



## MERCADOS



## Bovespa renova pico intradia do ano e sobe 0,57%; dólar cai 0,75%

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) voltou a renovar a máxima do ano, durante a sessão, e parecia a caminho de encerrar o dia também no maior nível desde 2 de outubro, mas perdeu parte da força em direção ao fechamento, em alta de 0,57%, aos 132.067,69 pontos, com giro a R\$ 19,7 bilhões. Entre a mínima e a máxima, foi dos 131.325,36 aos 133.471,08 pontos, saindo de abertura aos 131.326,63.

Na semana, ainda não neutraliza perdas (-0,21%), com ganhos no mês a 7,55% e no ano a 9,80%. O dia foi de alta bem espalhada pelas ações de maior peso, como Vale (ON +0,33%), Petrobras (ON +0,97%, PN +0,79%) e, entre os grandes bancos, Bradesco (ON +0,78%, PN +1,66%).

Na ponta vencedora do Ibovespa (Índice Bovespa), Vamos (+15,62%), empresa de locação de máquinas e equi-

pamentos que reportou lucro bem recebido pelo mercado, aponta Mathews Lima, analista da Top Gain.

Assim, com ganho de dois dígitos na sessão, ficou à frente de Hapvida (+7,21%), CVC (+6,6%) e LWSA (+5,02%). No lado oposto, RD Saúde (-2,54%), Embraer (-2,12%), Petz (-1,87%), São Martinho (-1,67%) e Marfrig (-1,57%).

## DÓLAR

O dólar apresentou queda firme na sessão de ontem, e até esboçou fechar abaixo R\$ 5,70 em dia marcado por recuo da moeda americana no exterior.

Com mínima a R\$ 5,6729, o dólar à vista terminou o dia cotado a R\$ 5,7092, em queda de 0,75%, interrompendo uma sequência de três pregões de alta, em que havia acumulado valorização de 1,85%.

Em março, a moeda apresenta recuo de 3,5%, o que leva a uma desvalorização de 7,62% no ano.

## INSS

# Teto de juros do consignado subirá para 1,85% ao mês

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Os aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pagarão mais nas futuras operações de crédito consignado. Por 12 votos a 1, o Conselho Nacional da Previdência Social (CNPS) aprovou nesta terça-feira (25) o novo limite de juros de 1,85% ao mês para essas operações.

O novo teto é 0,05 ponto percentual maior que o limite atual, de 1,8% ao mês, nível que vigorava desde o início de janeiro. O teto dos juros para o cartão de crédito consignado foi mantido em 2,46% ao mês.

Propostas pelo governo, as medidas entram em vigor cinco dias após a instrução normativa ser publicada no Diário Oficial da União, o que ocorrerá nos próximos dias. Os bancos haviam pedido a elevação do teto

para 1,99% ao mês. O governo proporia um teto de 1,88% ao mês, mas desistiu da ideia para apoiar a proposta da Confederação Nacional do Comércio (CNC), de teto de 1,85%.

A justificativa para o aumento foram as altas recentes na Taxa Selic, que define os juros básicos da economia. Desde janeiro, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central elevou os juros básicos de 12,25% para 14,25% ao ano. Por causa dos juros maiores, diversos bancos pararam de conceder crédito consignado, alegando inviabilidade das operações com o teto atual.

Apenas o representante dos bancos votou contra a medida, alegando descompasso entre os juros do consignado e a realidade do mercado financeiro.

As instituições financeiras pediam teto de 1,99% ao ano para permitir a retomada plena

das concessões. Uma resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) de 2021 determina a viabilidade econômica da concessão de crédito consignado ao INSS.

Com o novo teto, os bancos oficiais poderão continuar ou voltar a emprestar pela modalidade. Segundo os dados mais recentes do Banco Central (BC), referentes à última semana de fevereiro, o Banco da Amazônia cobrava 1,84% ao mês, percentual acima do teto e, portanto, sem emprestar; já a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, 1,8% ao mês.

Quando a taxa média está acima do teto atual de 1,8% ao mês, essas taxas, na prática, significam que as instituições suspenderam a oferta desse tipo de crédito. O levantamento do BC considerava apenas a alta da Taxa Selic em janeiro, sem considerar a elevação em março.

## IMPASSE

Em agosto de 2023, quando o Banco Central começou a cortar a Selic, o ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, havia dito para a pasta acompanhar o movimento e propor reduções no teto do consignado à medida que os juros baixarem. Durante o ciclo de baixa dos juros básicos, o CNPS reduziu o teto do crédito consignado aos segurados do INSS.

Com novo início de ciclo de alta da Selic em setembro do ano passado, o aumento do teto dos juros do consignado não acompanhou a evolução da taxa básica. O limite ficou inalterado de junho do ano passado a janeiro deste ano. Com a situação, instituições como Banco do Brasil, Itaú, Santander, Pan, BMG, Mercantil e Banrisul chegaram a suspender a oferta do consignado do INSS nos correspondentes bancários no fim de 2024.

## EUA

## 737 MAX: Juiz ordena julgamento para Boeing

O juiz federal responsável pelo caso criminal contra a Boeing nos Estados Unidos determinou que a empresa será levada a julgamento, aumentando as chances de que a gigante aeroespacial terá que se declarar culpada ou se defender de uma acusação que já havia reconhecido ter cometido.

A decisão foi tomada um dia após o Wall Street Journal informar que a Boeing tentava anular um acordo anterior, no qual se declararia culpada por ter enganado os reguladores antes dos dois acidentes fatais com aviões 737 MAX.

A Boeing e o Departamento de Justiça dos EUA (DOJ), na sigla em inglês) deveriam apresentar mudanças no acordo até 11 de abril. Uma das alterações em discussão era a possibilidade de a Boeing dispensar a contratação de um monitor externo, conforme noticiado pelo Journal.

O juiz distrital Reed O'Con-

nor cancelou esse prazo hoje e ordenou que as partes se preparassem para o julgamento, marcado para 23 de junho. Anteriormente, ele havia rejeitado o acordo devido a preocupações sobre questões de diversidade na escolha do monitor externo que supervisionaria a Boeing como parte do acordo.

Em 2021, a Boeing admitiu ter enganado os reguladores de segurança aérea sobre um aspecto do 737 MAX envolvido nos desastres, que resultaram na morte de 346 pessoas. Os promotores planejam usar essa admissão para processar a empresa, afirmou Paul Cassell, advogado das famílias das vítimas.

"O juiz está dizendo por que estamos discutindo coisas que já foram resolvidas há muito tempo", disse Cassell. "Isso parece um míssil de cruzeiro atingindo a cúpula da Boeing." Porta-vozes da Boeing e do DOJ se recusaram a comentar.

## BARREIRINHAS

## Reforma da renda é uma questão política

FERNANDA TRISOTTO/AE

O secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, disse que a reforma da renda ampla é uma questão de viabilidade política. Ele participa nesta terça-feira, de evento promovido pela Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE) para discutir a proposta de ampliação da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, que é compensada pela tributação da alta renda, e foi questionado sobre o envio de um projeto mais amplo.

"A questão da reforma da renda é uma questão de viabilidade política. Não lançamos nada sem conversar antes, como nós estamos fazendo aqui. Não é fácil fazer uma reforma de uma vez, de fato. E nós apontamos isso naquele prazo constitucional. Nós estamos fazendo uma primeira etapa, que é a tributação dos fundos fechados, offshore, subvenção de investimento, que já foi muito importante, inclusive, para a equidade do ambiente de negócio. E estamos avançando. Não é pouca coisa o que nós fizemos", argumentou.

## FAZENDA

# Haddad diz que implementação da reforma tributária ainda vai até 2032

LUCIANO NASCIMENTO/A BRASIL

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que a luta pela implementação da reforma tributária ainda vai se desenrolar até 2032, em especial para combater os lobbies para excluir da reforma diferentes setores.

Durante evento na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), na capital paulista, o ministro disse considerar como único defeito da reforma, a ampliar as exceções para pagamento de impostos.

"Se pudesse colocar um defeito nesta reforma — diante do caos que estamos vivendo, é até pecado dizer que é defeito — é a gente ampliar as exceções, porque isso faz com que a alíquota padrão vá se distanciando dos 21 22% de alíquota média", afirmou. "Então, a luta não acabou. Do meu ponto de vista, o recado que a gente tem que ter aqui é que assim, luta não acabou. Nós temos uma reforma, a melhor possível em regime democrático", acrescentou.

Haddad disse acreditar que isso poderá ser reavaliado ao final do prazo de transição em 2032. Aos empresários, o ministro afirmou que essas exceções levam a um aumento da alíquota média Imposto sobre Valor Agregado (IVA), o novo tributo que substituirá os impostos e contribuições que vigoram atualmente.

Além de prever a isenção tributária para produtos da cesta básica, a devolução de impostos para famílias de baixa renda, chamada

de cashback, o texto da lei complementar definiu, entre outros pontos, a inclusão de novos setores com redução da alíquota em 60% e também definiu 18 atividades por profissionais liberais que terão alíquota reduzida em 30%.

Com inclusão de exceções para setores da economia e produtos, a alíquota-padrão do IVA subiu para 27,84%, segundo cálculos preliminares. Isso porque alíquotas menores para um segmento significa alíquota maior sobre os demais produtos.

A lei complementar da reforma foi sancionada em janeiro. Ela instituiu um teto de 26,5% para a alíquota-padrão. Em 2031, uma avaliação estimará se as alíquotas finais do IVA, que entrarão em vigor em 2033, serão maiores que 26,5%. Caso positivo, o governo enviará um projeto para reduzir as exceções a setores e produtos, que precisará ser aprovado até o fim de 2032, para reequilibrar a alíquota-padrão em 26,5% em 2033.

## GATILHOS TRIBUTÁRIOS

A partir de 2033, haverá gatilhos automáticos para reduzir a carga tributária a cada vez que a taxa de referência ultrapassar 26,5%.

"É uma transição que vai exigir tenacidade do progresso nacional de resistir aos lobbies que vão surgir daqui até 2032 para tentar ampliar ao invés de diminuir as exceções que fazem com que a alíquota máxima se distancie da alíquota média", defendeu Haddad. "Nós vamos ter que ba-

talhar muito para essa reforma se concluir, a transição se concluir e até 2032 nós podemos sim reavaliar as exceções e diminuir o número delas para que a alíquota padrão se aproxime da alíquota média", concluiu.

## JET SKI

Haddad também criticou o governo anterior, afirmando que a única contribuição de Jair Bolsonaro para reforma tributária foi reduzir o imposto de importação sobre jet ski. O ministro lembrou ainda que Bolsonaro chegou a se reunir com parlamentares do PL, seu partido, no Congresso Nacional, onde defendeu o voto contrário à aprovação da reforma.

"A única iniciativa do governo anterior em relação à reforma, não foi uma medida de pouca importância, uma medida de grande importância que dialogou com toda a população brasileira, foi a redução do imposto sobre o jet ski. Isso, sim, foi a grande legado do governo anterior em relação à reforma tributária", disse. "Vamos nos lembrar que o ex-presidente da República esteve no Senado Federal mudando o voto para prejudicar a indústria brasileira, lembrou.

Durante o evento, Haddad classificou a reforma tributária como uma das três frentes mais importantes pela modernização do Brasil. As outras duas frentes, para o titular da Fazenda, são as áreas de crédito e infraestrutura.

"Nós temos um problema do sistema de crédito no Brasil, o que inclui a rolagem da dívida pública

e o seu sistema de rolagem, os juros que nós pagamos no Brasil para rolar a nossa dívida, e um outro problema de infraestrutura que é voltar a perseguir a melhoria da nossa qualidade de educação.", afirmou Haddad.

Em relação ao crédito, o ministro citou medidas aprovadas e implementadas em sua gestão, como o empréstimo consignado privado, a trava no rotativo do crédito, o Desenrola e o marco de garantias.

"O crédito consignado que entrou no ar na sexta-feira, permitindo ao trabalhador da ativa os mesmos benefícios dos aposentados e servidores públicos; a trava no rotativo do cartão de crédito, que chegava a 400% no Brasil; o desenrola, o marco de garantias que permitiu a indústria vender 14% mais de veículos, 16% mais de televisores, linha branca, tudo o que aconteceu no Brasil ano passado e que tem no marco de garantia um dos seus pilares, tudo isso tem que funcionar cada vez melhor", afirmou.

Na avaliação do ministro, o país precisa voltar a olhar para a indústria com maior seriedade e que a reforma tributária pode dar uma grande sustentabilidade por uma agenda de reindustrialização do país.

"Mas há uma nova indústria, uma indústria verde, uma indústria que abre oportunidades, uma indústria que exporta, além de atender o mercado interno, uma indústria eficiente, com capacidade de concorrer com os players globais", disse.

## Nota

### BÔNUS DE ITAIPU É ESTIMADO, PRELIMINARMENTE, EM R\$ 657 MILHÕES

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) está prevendo, em estimativas preliminares, o total de R\$ 657 milhões que deverá ser considerado para a distribuição do chamado "bônus de Itaipu" em junho deste ano. O valor beneficia todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional (SIN). O diretor-geral da Aneel, Sandoval Feitosa, reforçou que o montante previsto é com base em cálculos preliminares. O valor definitivo será conhecido apenas no fim de abril, quando a Empresa

Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional (ENBPar) encaminhar o saldo oficial à Aneel. Os R\$ 657 milhões são o resultado líquido estimado após uma série de deduções. A chamada conta de Itaipu é abastecida com receitas decorrentes dos pagamentos das distribuidoras com o repasse da potência contratada de Itaipu ou por outras fontes de receitas, como a comercialização da energia secundária alocada à Itaipu na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A conta totalizou R\$ 1,5 bilhão até o fim do ano passado, considerando recursos de anos anteriores. Desse total, foi descontado o déficit específico do exercício de 2024 no valor de R\$ 355 milhões.

Diário do  
**Acionista**

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908  
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002  
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar  
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000  
Tel.: (11) 2655-1899

## Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

**ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS



ACESSE NOSSO SITE

# ÁGUAS DAS AGULHAS NEGRAS S.A.

CNPJ 09.195.493/0001-37

Balanco patrimonial 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	7.946	2.451
Contas a receber de clientes	7	11.624	11.341
Estoques		987	490
Despesas antecipadas		233	233
Créditos com partes relacionadas	17	49	78
Tributos a recuperar		3	7
Outros ativos		136	121
		<b>20.978</b>	<b>14.721</b>
<b>Não circulante</b>			
Aplicações financeiras vinculadas	8	2.033	1.826
Depósitos judiciais		235	222
Tributos a recuperar		13	-
Imobilizado	9	742	634
Ativo de contrato	10	15.869	65.641
Intangível	11	139.141	80.612
		<b>158.033</b>	<b>148.935</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>179.011</b>	<b>163.656</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	12	901	1.951
Empréstimos e financiamentos	13	6.597	8.067
Obrigações tributárias	14	825	1.046
Obrigações trabalhistas		2.071	2.028
Obrigações com acionistas	17	17.677	15.457
Ônus da concessão		255	235
Débitos com partes relacionadas	17	755	593
Outras obrigações		1.618	1.367
		<b>30.699</b>	<b>30.744</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	13	57.019	49.746
Tributos diferidos	15	3.362	2.417
Provisões para contingências	16	882	828
		<b>61.263</b>	<b>52.991</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	18	<b>40.000</b>	<b>40.000</b>
Capital social		40.000	39.921
Reservas de lucros		7.049	-
Dividendos adicionais propostos		87.049	79.921
		<b>179.011</b>	<b>163.656</b>

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)										
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros			Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Patrimônio líquido	Reserva de lucros	
			Reserva de investimentos	Retenção de lucros	Retenção de lucros				Reserva de lucros	Retenção de lucros
Saldos em 1º de janeiro de 2023	36.694	2.451	3.120	30.039	-	-	-	72.304	-	-
Aumento de capital	3.306	-	-	(3.306)	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	9.989	9.989	-	-
Proposta de destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	500	-	-	-	-	-	(500)	-	-
Reserva de investimentos	-	-	355	-	-	-	-	(355)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(2.372)	-	(2.372)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	6.762	-	-	-	(6.762)	-	-
Saldos 31 de dezembro de 2023	40.000	2.951	3.475	33.495	-	-	9.348	79.921	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proposta de destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	467	-	-	-	-	-	(467)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	(2.220)	-	(2.220)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	(388)	-	-	7.049	(6.661)	-	-
Saldos 31 de dezembro de 2024	40.000	3.418	3.475	33.107	-	7.049	7.049	87.049	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
	Nota	30/12/2024	30/12/2023
Receita líquida	19	97.884	93.974
Custo dos serviços prestados	20	(58.660)	(55.222)
Lucro bruto		39.224	38.752
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	21	(24.559)	(22.417)
Outras receitas operacionais		245	191
		<b>(24.314)</b>	<b>(22.226)</b>
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>14.910</b>	<b>16.526</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	22	2.319	2.174
Despesas financeiras		(3.645)	(3.669)
		<b>(1.326)</b>	<b>(1.495)</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>13.584</b>	<b>15.031</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	15b	(3.291)	(3.557)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	15b	(945)	(1.485)
Lucro líquido do exercício		<b>9.348</b>	<b>9.989</b>

risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. 3.2. **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, através da provisão para perdas esperadas de crédito das contas a receber. Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa. 3.3. **Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o receptor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

- Equipamentos de informática: 5 anos
- Veículos: 5 anos
- Máquinas e equipamentos: 10 anos
- Móveis e utensílios: 10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. 3.4. **Ativo de contrato:** Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Concessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível. 3.5. **Intangível:** a) **Sistema de água e esgoto:** A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05). O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. b) **Softwares:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. 3.6. **Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao custo amortizado, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: **Ativos financeiros - custo amortizado:** São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja manter-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. **Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado:** São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. **Ativos financeiros - mensuração inicial:** No reconhecimento inicial a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. **Ativos financeiros - mensuração subsequente:** Custo amortizado: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. • Valor justo por meio do resultado: os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. **Passivos financeiros - reconhecimento inicial:** Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas. **Passivos financeiros - mensuração subsequente:** • Custo amortizado: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. • Valor justo por meio do resultado: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. **Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e • A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem outro significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. 3.7. **Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros:** Os ativos da Concessionária são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária. 3.8. **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. 3.9. **Tributos: Imposto de renda e contribuição social correntes:** A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser

aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **Tributos sobre as receitas:** As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS")	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	7,6%

Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado. 3.10. **Provisões:** Geral: São reconhecidas quando a Concessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. **Provisões para riscos cíveis e trabalhistas:** O Concessionária é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 3.11. **Receita operacional:** i) **Receita de prestação de serviços:** Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados. A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. ii) **Receitas de construção:** A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, a Concessionária estima que a margem é irrelevante, considerando a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção. 3.12. **Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros e multas vinculadas à operação. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva. As despesas financeiras abrangem substancialmente os juros com empréstimos e financiamentos, juros capitalizados, juros de mútuo, variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e contingências, tributos sobre operações financeiras e descontos concedidos. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido. 3.13. **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:** A Concessionária aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Concessionária decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados. **Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1):** esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. 3.14. **Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Concessionária, estão descritas a seguir. A Concessionária pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **CPC 26 (R1) Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras:** introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. As alterações entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. No Brasil a adoção antecipada não é permitida. A Concessionária está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e notas explicativas às demonstrações financeiras. **IFRS 19 Subsidiárias sem responsabilidade pública:** divulgações: permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis. A IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. A aplicação da referida norma, até o momento, não será elegível pela Concessionária. **Alterações ao CPC 18:** a atualização do Pronunciamento contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações contábeis individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas demonstrações contábeis separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham impactos nas demonstrações financeiras, visto que a Concessionária não possui investimentos. **Alterações ao CPC 02:** as alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham impactos nas demonstrações financeiras da Concessionária. 4. **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A elaboração das demonstrações financeiras pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em períodos futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado. **Estimativas e premissas contábeis:** As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir: a) **Vida útil dos ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Concessionária. b) **Provisões para riscos cíveis e trabalhistas:** A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. c) **Provisão para perdas esperadas de crédito das contas a receber:** A Concessionária registra as perdas esperadas de crédito esperadas de contas a receber, considerando a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, vencimento da carteira de contas a receber e expectativas de perdas futuras. Ainda que a Companhia acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes. 5. **Gestão de riscos financeiros:** 5.1. **Instrumentos financeiros por categoria:** A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Concessionária, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são como segue:

Demonstração dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
	31/12/2024	31/12/2023	
Lucro líquido do exercício	9.348	9.989	
Outros resultados abrangentes	-	-	
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>9.348</b>	<b>9.989</b>	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
	31/12/2024	31/12/2023	
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	13.584	15.031	
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido:			
Depreciação e amortização	8.782	6.487	
Juros sobre empréstimos e financiamentos e amortização de custos de transação sobre empréstimos e financiamentos	2.276	1.522	
Variações monetárias	400	1.067	
Atualização monetária das contingências	79	(75)	
Perdas esperadas de crédito das contas a receber	2.020	1.490	
Reversões de contingências	(25)	(548)	
Resultado na alienação/baixa de imobilizado/intangível	(13)	(12)	
<b>Variações dos ativos e passivos</b>	<b>(2.303)</b>	<b>(3.185)</b>	
Contas a receber de clientes	(497)	(80)	
Estoques	(13)	(193)	
Depósitos judiciais	(9)	(276)	
Tributos a recuperar	(8)	(2)	
Despesas antecipadas	(207)	(1.743)	
Aplicações financeiras - vinculadas	(15)	(37)	
Outros ativos	(1.050)	(124)	
Fornecedores	43	56	
Obrigações tributárias	20	27	
Obrigações trabalhistas	191	188	
Ônus da concessão	-	(75)	
Partes relacionadas, líquidas	251	165	
Adiantamento de clientes	23.429	19.794	
Outras obrigações	(3.427)	(3.055)	
<b>Fluxo líquido de caixa das atividades operacionais</b>	<b>(2.170)</b>	<b>(2.223)</b>	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	17.832	14.516	
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Adições ao imobilizado	(251)	(290	

## ÁGUAS DAS AGULHAS NEGRAS S.A.

CNPJ 09.195.493/0001-37

Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	2.033	2.033	1.826	1.826
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	11.624	11.624	11.341	11.341
Credito com partes relacionadas			49	49	78	78
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	901	901	1.951	1.951
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	63.616	63.616	57.813	57.813
Onus da concessão	Custo amortizado	-	255	255	235	235
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	755	755	593	593

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária. 5.2. **Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços. **Risco de taxas de juros:** Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Concessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Concessionária utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Concessionária obtém empréstimos e financiamentos em moedas locais sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A Concessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI. A análise de sensibilidade dos juros sobre os empréstimos e financiamentos, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas, utilizou as projeções do CDI para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Itaú. O cenário I corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III correspondem a uma alteração positiva e negativa de 25% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Operação	Risco	Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II -25%	Cenário III +25%
Ativo					
Equivalentes de caixa	CDI	7.685	8.829	8.543	9.114
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	2.033	2.336	2.260	2.411
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	CDI	(9.236)	(10.610)	(10.267)	(10.954)
Passivo líquido		482	555	536	571
Efeito líquido		73	54	89	89
CDI (a.a.)			14,88%		

5.3. **Risco de liquidez:** É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descausamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária. As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos aos empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores não descontados):

Em 31 de dezembro de 2024	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Fornecedores	901	901	-	-
Empréstimos e financiamentos	63.862	6.669	11.333	45.860
Onus da concessão	255	255	-	-
Débitos com partes relacionadas	755	755	-	-
	65.773	8.580	11.333	45.860

Em 31 de dezembro de 2023	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Fornecedores	1.951	1.951	-	-
Empréstimos e financiamentos	58.059	8.084	3.972	46.003
Onus da concessão	235	235	-	-
Débitos com partes relacionadas	593	593	-	-
	60.838	10.863	3.972	46.003

5.4. **Gestão de capital:** Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e beneficiários das outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde aos empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e 2023 podem ser assim resumidos:

	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	63.616	57.813
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(7.946)	(2.451)
Dívida líquida (a)	55.670	55.362
Total do patrimônio líquido (b)	87.049	79.921
Total do capital (a+b)	142.719	135.283
Índice de alavancagem financeira - % [a/(a+b)]	39,01%	40,92%

6. **Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	261	188
Aplicações financeiras	7.685	2.263
	7.946	2.451

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com remuneração relacionada à média no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 de aproximadamente 100,56% do CDI (98,59% em 2023).

7. **Contas a receber de clientes**

	31/12/2024	31/12/2023
Clientes (a)	23.374	21.107
Clientes - parcelamento (b)	1.040	1.054
Pontos arrecadadores (c)	303	253
Perdas esperadas de créditos das contas a receber	(13.093)	(11.073)
	11.624	11.341

(a) Representa o saldo de contas emitidas e ainda não recebidas, além dos valores fornecidos ainda não faturados (ajuste por competência). (b) Refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos. (c) São agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária. O *aging list* de contas a receber é composto da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer		
Faturado	4.467	4.329
Não faturado	3.764	3.445
Vencidas		
Até 30 dias	2.259	2.557
De 31 a 60 dias	837	847
De 61 a 90 dias	441	401
De 91 a 180 dias	948	795
Mais de 180 dias	12.024	10.058
	24.740	22.432

Movimentação da provisão para perdas esperadas de créditos das contas a receber:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(11.073)	(9.583)
(+) Adições	(3.428)	(3.522)
(-) Reversões	1.408	2.032
Saldo final	(13.093)	(11.073)

8. **Aplicações financeiras vinculadas:** O montante de R\$ 2.033 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.826 em 2023) corresponde à contrapartida com recursos próprios, prevista na cláusula 6ª do "Contrato de Financiamento e Repasse", firmado com a Caixa Econômica Federal em 27 de dezembro de 2018, destinada à execução de projetos, obras e serviços relativos ao empreendimento financiado.

9. **Imobilizado**

	31/12/2024	31/12/2023			
Equipamentos de informática	20%	1.229	(810)	419	365
Veículos	20%	168	(120)	48	63
Máquinas e equipamentos	10%	121	(75)	46	40
Móveis e utensílios	10%	518	(289)	229	166
	2.036	(1.294)	742	634	

Movimentação do imobilizado

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Depreciação	Reclassificação	Saldo em 31/12/2024
Equipamentos de informática	365	180	(126)	-	419
Veículos	63	-	(15)	-	48
Máquinas e equipamentos	40	7	(9)	8	46
Móveis e utensílios	166	64	(29)	28	229
	634	251	(179)	36	742

10. **Ativo de contrato**

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Transferências	Saldo em 31/12/2024	
Infraestrutura em construção	65.641	16.672	(66.408)	(36)	15.869
	65.641	16.672	(66.408)	(36)	15.869

Saldo em 31/12/2022

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Transferências	Saldo em 31/12/2023
Infraestrutura em construção	59.713	19.780	(13.852)	65.641
	59.713	19.780	(13.852)	65.641

As transferências ocorridas no exercício de 2024 e 2023 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato. Custos de empréstimos capitalizados: Os juros de empréstimos e financiamentos são capitalizados nos ativos de concessão durante o período em construção, sendo o montante de R\$ 3.471 em 31 de dezembro de 2024, a uma taxa média ponderada de 10,72% a.a. (R\$ 3.536 e 9,40% a.a. em 2023).

11. **Intangível**

	Taxa de amortização anual	Custo 31/12/2024	Amortização acumulada 31/12/2023	Valor líquido 31/12/2024	Valor líquido 31/12/2023
Softwares e aplicativos	20%	195	(188)	7	12
Desenvolvimento de projetos	20%	3.492	(2.866)	626	587
Concessão/Infraestrutura		191.531	(53.023)	138.508	80.013
		195.218	(56.077)	139.141	80.612

Os valores reconhecidos na linha de concessão/infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas utilizadas baseiam-se no prazo final da concessão ou na vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro, sendo esse montante em 31 de dezembro de 2024 composto pelos seguintes ativos:

	31/12/2024	31/12/2023		
Adutoras	10.321	(3.264)	7.057	6.112
Estação de Tratamento de Água - ETA	18.735	(9.036)	9.699	9.939
Reservatório	3.385	(1.477)	1.908	2.054
Booster	186	(45)	141	152
Elevatória de água	123	(28)	95	102
Substituição/Expansão de rede de água	22.252	(7.873)	14.379	11.827
Ligação de água	9.792	(2.849)	6.943	7.479
Ligação de esgoto	6.867	(3.245)	3.622	3.815
Substituição/Expansão de rede de esgoto	30.012	(6.933)	23.079	15.659
Elevatória - esgoto	7.887	(197)	7.690	283
Estação de Tratamento de Esgoto - ETE	55.621	(7.792)	47.829	10.807
Beneficentários em imóveis de terceiros	7.953	(1.798)	6.155	5.836
Máquinas e equipamentos	18.256	(8.345)	9.911	5.948
Veículos	141	(141)	-	-
	191.531	(53.023)	138.508	80.013

Movimentação do intangível

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Amortização	Transferências	Saldo em 31/12/2024
Softwares e aplicativos	12	-	(5)	-	7
Desenvolvimento de projetos	587	39	-	-	626
Concessão/Infraestrutura	80.013	685	(8.598)	66.408	138.508
	80.612	724	(8.603)	66.408	139.141

Softwares e aplicativos

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Amortização	Transferências	Saldo em 31/12/2023
Desenvolvimento de projetos	17	-	(5)	-	12
Concessão/Infraestrutura	504	83	-	-	587
	71.410	1.053	(6.302)	-	80.013
	71.931	1.136	(6.307)	-	80.612

As transferências ocorridas no exercício de 2024 e 2023 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato.

12. **Fornecedores**

	31/12/2024	31/12/2023
Materiais	491	812
Serviços	112	164
Infraestrutura	202	911
Outros	96	64
	901	1.951

13. **Empréstimos e financiamentos**

	31/12/2024	31/12/2023
FINAME PSI (a)	-	26
Capital de giro (b)	9.236	3.988
Saneamento para todos (c)	54.626	54.045
(-) custos de transação	(246)	(246)
Total de empréstimos e financiamentos	63.616	57.813
Circulante	6.597	8.067
Não circulante	57.019	49.746

(a) FINAME: A linha de crédito FINAME PSI foi obtida no exercício de 2014 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES com R\$ 252 de valor contratado. Este contrato foi celebrado com prazo de carência de 21 meses para a amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais durante o período de carência e, após, com pagamentos mensais, com término ocorrido no exercício de 2024. Estas operações tiveram como objetivo a aquisição de máquinas e equipamentos operacionais, com a finalidade de expandir, modernizar e reforçar a infraestrutura para dar suporte à operação da Concessionária e são amparadas por alienação fiduciária dos bens e aval prestado por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (b) Capital de giro: Em novembro de 2019, a Concessionária contratou um empréstimo de capital de giro no valor de R\$ 11.800. Este contrato foi celebrado com prazo de carência de 26 (vinte e seis) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais, inclusive durante o período de carência, com término ocorrido no exercício de 2024. Em fevereiro de 2024, a Concessionária contratou um empréstimo de capital de giro no valor de R\$ 5.000. Este contrato foi celebrado com prazo de carência de 23 (vinte e três) meses para amortização do principal, com pagamento de juros semestrais, inclusive durante o período de carência, e vencimento final para 2026. Em junho de 2024, a Concessionária contratou um empréstimo de capital de giro no valor de R\$ 4.000. Este contrato foi celebrado com prazo de carência de 11 (onze) meses para amortização do principal, com pagamento de juros semestrais, inclusive durante o período de carência, e vencimento final para 2026. (c) Saneamento para todos: A linha de crédito vinculada ao "Programa saneamento para todos" foi obtida no exercício de 2018 junto a Caixa Econômica Federal, com R\$ 61.814 de valor contratado. No período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2024, houve liberação de R\$ 2.883 restando um saldo a liberar no valor de R\$ 7.675. Este contrato foi celebrado com carência de 48 (quarenta e oito) meses para a amortização do principal, com capitalização das taxas de juros e administrativa, e pagamento da taxa de risco de crédito mensais durante o período de carência e, após, com pagamentos mensais, com vencimento final para 2037. Este financiamento é destinado a investimentos em sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, e é amparado por alienação fiduciária das ações, conta reserva, direitos creditórios, nota promissória e aval prestado por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. *Covenants:* A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar índices de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2024. A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	57.813	58.302
Captações	11.883	4.952
Juros e encargos financeiros	5.653	5.040
Variações monetárias	400	1.067
Amortização de principal	(9.963)	(9.343)
Amortização de juros	(2.170)	(2.223)
Custo de transação	(94)	-
Amortização dos custos de transação	94	18
Saldo final	63.616	57.813

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	31/12/2024	Total	31/12/2023	Total		
2025	-	-	3.972	(18)	3.954	
2026	11.333	(31)	11.302	3.972	(18)	3.954
2027	4.333	(23)	4.310	3.972	(18)	3.954
Após 2027	41.527	(120)	41.407	38.059	(175)	37.884
	57.193	(174)	57.019	49.975	(229)	49.746

14. **Obrigações tributárias:** Os impostos e contribuições estão assim representados:

	31/12/2024	31/12/2023
PIS/COFINS/CSLL retidos	38	26
ISS	71	46
IRRF	68	51
PIS	88	97
COFINS	429	469
IRPJ	64	225
CSLL	67	132
	825	1.046

15. **Imposto de renda e contribuição social:** a) *Composição dos tributos diferidos:* Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

	31/12/2023	Resultado	31/12/2024
Provisões perdas de crédito das contas a receber	65	14	

## ÁGUAS DAS AGULHAS NEGRAS S.A.

CNPJ 09.195.493/0001-37

para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 19 de março de 2025. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F; Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-1RJ090174/O.

## PROMPT PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ/MF: 02.992.449/0001-09

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024.** Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.S.as, as Demonstrações Contábeis acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, relativa ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. Cumpre-nos informar que a Companhia, neste exercício, não adquiriu investimentos ou participações em coligadas ou controladas, assim como não realizou e/ou promoveu nenhuma mudança administrativa. A evolução de suas operações e os principais fatos ocorridos neste exercício, poderão ser examinados através das próprias Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas. Colocamos-nos à disposição de V. Sas., para quaisquer esclarecimentos adicionais. **Divulgação de Informações Sobre Serviços de Não Auditoria Independente** - Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos nossos auditores independentes – BKR-Lopes, Machado Auditores, informamos que não há outros serviços prestados pelos mesmos a Prompt Participações S.A. Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2025. PROMPT PARTICIPAÇÕES S.A.

Balanco Patrimonial - Em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares reais)			
	Nota	2024	2023
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante:</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	104	128
Tributos a recuperar	5	4	5
		108	133
		108	133
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>			
<b>Patrimônio Líquido:</b>			
Capital social		5.978	5.878
Prejuízos acumulados		(5.870)	(5.745)
		108	133
		108	133
<b>Demonstração do Resultado - Exercícios Findos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto o prejuízo básico e diluído por ações em R\$)</b>			
	Nota	2024	2023
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	8	(102)	(105)
Despesas tributárias		(18)	(19)
Despesas de serviços do sistema financeiro		(16)	(16)
Outras receitas operacionais		-	11
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		<b>(136)</b>	<b>(129)</b>
<b>Resultado financeiro</b>		<b>11</b>	<b>19</b>
Receitas financeiras		11	19
		(125)	(110)
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(125)</b>	<b>(110)</b>
<b>Prejuízo básico e diluído por ação</b>	6c	<b>(0,00001)</b>	<b>(0,00002)</b>
<b>Quantidade média ponderada de ações</b>	6c	<b>11.515.411.199</b>	<b>4.670.367.747</b>
<b>Demonstração do Resultado Abrangente</b>			
Exercícios Findos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares reais)			
	2024	2023	
<b>Prejuízo do exercício</b>	(125)	(110)	
Outros resultados abrangentes	-	-	
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>(125)</b>	<b>(110)</b>	
<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido</b>			
Exercícios Findos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares reais)			
	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 01 janeiro de 2023</b>	<b>5.758</b>	<b>(5.635)</b>	<b>123</b>
Aumento de capital - AGOE 28/04/2023	120	-	120
Prejuízo do exercício	-	(110)	(110)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>5.878</b>	<b>(5.745)</b>	<b>133</b>
Aumento de capital - AGOE 30/04/2024	100	-	100
Prejuízo do exercício	-	(125)	(125)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>5.978</b>	<b>(5.870)</b>	<b>108</b>
<b>Demonstração dos Fluxos de Caixa</b>			
Exercícios Findos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares reais)			
	Nota	2024	2023
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Prejuízo do exercício		(125)	(110)
<b>Aumento (redução) de ativos:</b>			
Tributos a recuperar		1	(2)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades operacionais</b>		<b>(124)</b>	<b>(112)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Aumento de capital		100	120
<b>Recursos provenientes das atividades de financiamento</b>		<b>100</b>	<b>120</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(24)</b>	<b>8</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	4	128	120
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	4	104	128
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(24)</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração do Valor Adicionado</b>			
Exercícios Findos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares reais)			
	2024	2023	
<b>Insumos adquiridos de terceiros (inclui os valores dos impostos correspondentes)</b>			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(118)	(121)	
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>(118)</b>	<b>(121)</b>	
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>(118)</b>	<b>(121)</b>	
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>			
Receitas financeiras	11	19	
Outras receitas operacionais	-	11	
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>(107)</b>	<b>(91)</b>	
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>(107)</b>	<b>(91)</b>	
Impostos, taxas e contribuições Federais	18	19	
Remuneração de capital próprio	(125)	(110)	
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(125)</b>	<b>(110)</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1 - Contexto Operacional:** A Prompt Participações S.A. (Companhia), sociedade de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objetivo a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista, participação em empreendimentos imobiliários, participação, como quotista, em fundos de investimentos regularmente constituídos. No entanto, até o momento a Companhia não exerce atividades operacionais e vem apresentando prejuízo recorrentes. Caso seja necessário obterá aportes de capital de seus acionistas para honrar seus compromissos de curto prazo. A Companhia está avaliando oportunidades de futuras aquisições e não tem nenhuma operação com previsão de ser finalizada

**Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis**

**Aos Administradores e Acionistas da Prompt Participações S.A. - Rio de Janeiro - RJ - Opinião** - Examinamos as demonstrações contábeis da Prompt Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Prompt Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** - Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Ativo financeiro ao valor justo por meio do resultado - Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA** - Conforme descrito na nota explicativa nº4, em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía aplicações financeiras em cotas de fundos de investimento no montante de R\$104 mil, que representam, aproximadamente, 96% do Ativo da Companhia. Essas cotas de fundos de investimentos são precificadas pelo administrador do fundo de acordo com a política de remuneração estabelecida no regulamento do fundo e registradas ao seu valor justo por meio do resultado. Consideramos a contabilização dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado como o principal assunto de auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria** - Realizamos o cálculo dos rendimentos auferidos sobre o respectivo ativo financeiro, bem como a verificação da existência dessas cotas pelo recebimento da confirmação independente junto à instituição financeira administradora do fundo de investimento. Também realizamos a leitura das divulgações da Companhia sobre o assunto, incluídas nas notas nº3 (b) e nº4. Com base na abordagem e nos procedimentos de auditoria executados, consideramos adequadas as premissas aplicadas no reconhecimento, mensuração e adequada divulgação do valor justo sobre as cotas de fundos de invest-

at à data de emissão deste relatório. **2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** 2.1. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis - a) Declaração de conformidade - As Demonstrações Contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ("CPC") e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). As Demonstrações Contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidência a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão. As presentes Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela diretoria em 07 de fevereiro de 2025. b) Base de mensuração - As Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo. c) Moeda funcional e de apresentação - As Demonstrações Contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional"). d) Uso de estimativas e julgamentos - A elaboração das Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às informações anuais da Companhia em 31 de dezembro de 2023. 2.2. Pronunciamentos emitidos e interpretações emitidas recentemente - Não houve alterações significativas, para essas Demonstrações Contábeis, nos Pronunciamentos e Interpretações Contábeis em relação aos divulgados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023. 3 - Principais Práticas Contábeis: As principais práticas contábeis aplicadas na preparação dessas Demonstrações Contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados. **Apureza do resultado** O resultado é apurado pelo regime de competência. b) **Instrumentos financeiros - (i) Ativos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. (ii) **Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 (noventa) dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificadas em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 4. (iii) **Passivos financeiros não derivativos** - Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. (iv) **Instrumentos financeiros derivativos** - A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. (v) **Hierarquia de valor justo** - A Companhia aplica a hierarquia do valor justo introduzida pelo CPC 40 Instrumentos Financeiros. Evidenciação para todos os itens mensurados ao valor justo. A hierarquia concede prioridade máxima aos inputs do Nível 1 e prioridade mínima aos inputs do Nível 3. As premissas de cada nível seguem abaixo: Nível 1: são preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que a entidade pode acessar na data de mensuração. Nível 2: são aqueles que não são preços cotados incluídos no Nível 1 e que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente. Nível 3: são inputs baseados em dados não observáveis. c) **Tributos a recuperar** - São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais, conforme nota explicativa 5. d) **Imposto de renda e contribuição social** - São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro real, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela do lucro que exceder a R\$240 mil/ano ou R\$20 mil/mês. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base na alíquota de 9%. A Companhia não apurou lucro tributável e, consequentemente, não obteve base de cálculo positiva para imposto de renda e contribuição social. e) **Resultado básico e diluído por ação** - O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado do trimestre, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o mesmo período, conforme nota explicativa 6c. f) **Demonstração do valor adicionado** - A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, aplicáveis à companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstra-

ções contábeis. g) **Demonstração dos fluxos de caixa** - As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

**4 - Caixa e Equivalentes de Caixa**

	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos bancários	1	-
Aplicações financeiras (a)	103	128
	104	128

(a) As aplicações financeiras de curto prazo são constituídas de quotas de fundos de investimentos de renda fixa, mantidos em instituições de primeira linha, prontamente conversíveis em caixa. Em 31 de dezembro de 2024 a remuneração média foi de 89,24% do CDI (105,56% em 31 de dezembro de 2023). A seguir está apresentada a composição da carteira de aplicações financeiras:

Fundo	Nível	Adminis-trador	Quant. de Cotas	Valor	Quant. de Cotas	Valor
Itaú Top DI FICFI Ref.	1	Itaú	14.242	103	19.614	128
<b>5 - Tributos a Recuperar</b>						
	31/12/2024	31/12/2023				
IRPJ 2024	2	-				
IRPJ 2023	2	2				
IRPJ 2022	-	3				
	4	5				

**6 - Patrimônio Líquido:** a) **Capital social** - O capital social está representado por 14.255.137.226 ações ordinárias, sem valor nominal. A Companhia poderá aumentar o seu capital, independentemente de decisão em assembleia, até o limite de R\$10.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 30 de abril de 2024, foi deliberado o aumento de capital da Companhia no valor de R\$100, mediante a emissão privada de 8.333.333.333 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. b) **Dividendos** - Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos não inferiores a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. A Companhia apresentou prejuízo no exercício 2024, portanto, não houve proposta para distribuição de dividendos. c) **Prejuízo básico e diluído por ação** - Conforme requerido pela CPC 41 (Resultado por ação), foram reconciliados o prejuízo e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o prejuízo por ação básico e diluído:

	Prejuízo do período (em milhares)	Quantidade média ponderada de ações	Resultado por ação em R\$
31/12/2023	(110)	4.670.367.747	(0,00002)
31/12/2024	(125)	11.515.411.199	(0,00001)

**7 - Partes Relacionadas:** A Companhia não efetuou qualquer remuneração a diretores, administradores ou a pessoas chave da Administração ou qualquer outra operação com parte relacionada, durante o período. **8 - Despesas Gerais e Administrativas:** Está representado, substancialmente, pelo montante de R\$54 (R\$52 em 31 de dezembro de 2023) referente a despesas com a B3 S.A., R\$31 (R\$30 em 31 de dezembro de 2023) despesas de auditoria externa, R\$17 (R\$18 em 31 de dezembro de 2023) despesas com publicações societárias e R\$0 (R\$4 em 31 de dezembro de 2023) despesas com serviços jurídicos. **9 - Estrutura do Gerenciamento de Risco** - A Administração da Companhia tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. **Riscos de crédito** - Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. A exposição máxima ao risco de crédito é representada pelos valores dos ativos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial. **Risco de liquidez** - Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. **Risco de juros e taxa de câmbio** - A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas. Essas contratações estão expostas ao risco de flutuações na taxa de juros em função da parte passiva das operações de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexados ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros. **Riscos Fiscais** - As declarações de IRPJ apresentadas durante os cinco últimos anos estão sujeitas à revisão pelas autoridades fiscais. Outros impostos estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando em cada caso o prazo de prescrição. **Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros** - O CPC 40 (IFRS 7) estabelece que a entidade, deve divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada exercício, incluídas todas as operações com instrumento financeiro. A tabela a seguir demonstra a análise de sensibilidade preparada pela Administração da Companhia e o efeito das operações em aberto em 31 de dezembro de 2024:

Operação	Fator de risco	Cenário provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Ativos				
Aplicador	CDI (*)	14,75%	11,06%	7,38%
Aplicações financeiras				
R\$103 em 31 de dezembro de 2024 (Nota nº4)	-	15	11	8

(\*) Relatório Focus - Bacen. **10 - Cobertura de Seguros (não auditado):** Não foi contratado nenhum tipo de seguro.

**DIRETORIA**

Diogo Alexandre de Melo Bahia      Norberto Aguiar Tomaz  
 Contador: Marcelo Seixas Cavalcanti de Albuquerque - CRC-RJ-087065/0-8

vos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 07 de fevereiro de 2025.

**BKR - Lopes, Machado Auditores - CRC-RJ-2026/O-5**  
 Independent Member of - BKR International

**Mário Vieira Lopes**      **Marcio Alves Gonçalves Marçal**  
 Contador - CRC-RJ - 060.611/O-0      Contador - CRC-RJ - 106.994/O-8



# ENCRUZO NOVO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 12.285.462/0001-81

Aviso: As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://diariodoacionista.com.br/caderno-publicacoes-digitais-2025/>

Balancos patrimoniais - Em 31 de dezembro (em milhares de Reais)				Demonstrações do resultado					
	Nota	2024	2023	Nota	2024	2023	Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)		
Caixa e equivalentes de caixa		506	552		669	275	<b>Nota</b> <b>2024</b> <b>2023</b>		
Títulos e valores mobiliários	8 (i)	2.506	3.446	11	4.168	4.150	<b>Receita operacional líquida</b> <b>17</b> <b>22.325</b> <b>20.424</b>		
Concessionárias e permissionárias	9	2.150	2.175		299	268	Custo de construção 18 (a) (1.657) -		
Ativo de contrato	10	12.415	11.869	12	5.156	4.296	Custos operacionais 18 (b) (7.960) (6.075)		
Outros impostos e contribuições a recuperar		101	-		381	102	<b>Custos operacionais</b> <b>(9.617)</b> <b>(6.075)</b>		
Outros ativos		819	1.242		453	433	<b>Lucro bruto</b> <b>12.708</b> <b>14.349</b>		
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>18.497</b>	<b>19.284</b>		<b>21.006</b>	<b>13.732</b>	Despesas gerais e administrativas 18 (c) (480) (367)		
Títulos e valores mobiliários	8 (ii)	1.603	1.471		546	541	Provisão para perda de crédito esperada 9 (109) -		
Ativo de contrato	10	122.305	119.578		1.153	1.197	Outros (35) (27)		
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>123.908</b>	<b>121.049</b>		<b>31.031</b>	<b>24.994</b>	<b>Despesas operacionais</b> <b>(624)</b> <b>(394)</b>		
Imobilizado		1.048	1.050	11	4.829	8.892	<b>Resultado antes do resultado financeiro</b> <b>12.084</b> <b>13.955</b>		
<b>Total do imobilizado</b>		<b>1.048</b>	<b>1.050</b>	13	4.464	4.365	Receitas financeiras 570 626		
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>124.956</b>	<b>122.099</b>	14	15.928	15.572	Despesas financeiras (1.134) (1.567)		
<b>Total do ativo</b>		<b>143.453</b>	<b>141.383</b>	21 (c)	14.593	14.593	<b>Resultado financeiro</b> <b>19</b> <b>(564)</b> <b>(941)</b>		
					<b>39.814</b>	<b>43.422</b>	<b>Resultado antes dos impostos</b> <b>11.520</b> <b>13.014</b>		
					<b>70.845</b>	<b>68.416</b>	Imposto de renda e contribuição social correntes (1.745) (1.658)		
					<b>33.000</b>	<b>33.000</b>	Imposto de renda e contribuição social diferidos (356) (188)		
					<b>12.908</b>	<b>13.739</b>	<b>Imposto de renda e contribuição social</b> <b>20</b> <b>(2.101)</b> <b>(1.846)</b>		
					<b>26.700</b>	<b>26.228</b>	<b>Lucro líquido do exercício</b> <b>9.419</b> <b>11.168</b>		
					<b>72.608</b>	<b>72.967</b>			
					<b>143.453</b>	<b>141.383</b>			

Demonstrações do resultado abrangente				Demonstrações dos fluxos de caixa			
Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)				Exercícios findos em 31 de dezembro (em milhares de Reais)			
	Nota	2024	2023		Nota	2024	2023
Lucro líquido do exercício		9.419	11.168	Fluxo de caixa das atividades operacionais		9.419	11.168
Outros resultados abrangentes		-	-	Lucro líquido do exercício		9.419	11.168
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>		<b>9.419</b>	<b>11.168</b>	Ajustes para:		-	-
				- Imposto de renda e contribuição social diferidos		356	188
				- Imposto de renda e contribuição social correntes		1.745	1.658
				- Pis e Cofins diferidos	17	119	63
				- Provisão para perda de crédito esperada	9	109	-
				- Títulos e valores mobiliários - rendimento		(569)	(611)
				- Juros e correção monetária sobre financiamento	11	985	1.370
				- Depreciação		2	9
				- Ativo de contrato - construção		(1.911)	-
				- Ativo de contrato - remuneração	10	(13.231)	(13.076)
				<b>Variações em:</b>		<b>(2.976)</b>	<b>769</b>
				- Concessionárias e permissionárias		(84)	(897)
				- Ativo de contrato	10	11.869	11.348
				- Outros impostos e contribuições a recuperar		(101)	-
				- Outros ativos		423	(426)
				- Fornecedores		394	(35)
				- Salários a pagar		31	33
				- Imposto de renda e contribuição social a recolher		(94)	(134)
				- Outros impostos e contribuições a recolher		279	63
				- Encargos setoriais		5	44
				- Outros passivos		(43)	(162)
				<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>9.703</b>	<b>10.603</b>
				Impostos pagos sobre receita tributável		(791)	(611)
				Financiamentos - pagamento de juros	11	(912)	(1.231)
				<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<b>8.000</b>	<b>8.761</b>
				<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		<b>(12.990)</b>	<b>(14.450)</b>
				Títulos e valores mobiliários - aplicações		14.367	13.501
				Títulos e valores mobiliários - resgates		-	-
				<b>Caixa proveniente (utilizado) das atividades de investimento</b>		<b>1.377</b>	<b>(949)</b>
				<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		<b>(5.305)</b>	<b>(3.207)</b>
				Pagamento de dividendos	21 (d)	(5.305)	(3.207)
				Financiamento - pagamento de principal	11	(4.118)	(4.087)
				<b>Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento</b>		<b>(9.423)</b>	<b>(7.294)</b>
				<b>Redução (aumento) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(46)</b>	<b>518</b>
				Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		552	34
				<b>Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro</b>		<b>506</b>	<b>552</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1 Contexto operacional:** A Encruzo Novo Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima fechada, foi constituída em 18 de junho de 2010 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programação, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia é controlada pela Celeo Redes Brasil S.A. ("Celedo") A companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 12.534 e R\$ 5.710 em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente, devido à constituição dos dividendos a pagar para sua controladora. No entendimento da Administração, a geração de caixa da Companhia não é afetada e é suficiente para quitar suas obrigações de curto prazo, pois no que diz respeito ao pagamento desta obrigação, os acionistas podem utilizar esse recurso como aporte de capital. **1.1 Contrato de concessão** - O contrato de concessão N° 017/2010 ("Contrato") teve como objetivo: (i) a construção, operação e manutenção das instalações compostas pelas linhas de transmissão 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 240 km com origem na Subestação Miranda e término na Subestação Encruzo Novo e pela Subestação Encruzo Novo em 230/69 kV, 1x100 MVA; (ii) entradas de linha, interligação de barras, reator de linha, transformador de aterramento, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias as funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. O Contrato foi assinado no dia 13 de dezembro de 2010 e tem vigência de 30 anos. A Companhia entrou em operação comercial em julho de 2012. **1.2 Receita Anual Permissa (RAP)** - A Resolução Homologatória (RH) n° 3.348, de 16 de julho de 2024, estabeleceu a RAP da Companhia para o ciclo 2024-2025 em R\$ 20.516 (RH n° 3.216, de 4 de julho de 2023 estabeleceu a RAP em R\$ 19.831 para o ciclo 2023-2024). Um aumento aproximado de 3,5%, decorrente, do reajuste do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). **1.3 Revisão Tarifária Periódica** - A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) procederá a revisão da RAP durante o período da concessão, em intervalos periódicos de 5 (cinco) anos. A primeira revisão tarifária da Companhia ocorreu no ciclo 2016-2017 e a segunda ocorreu no ciclo 2021-2022. As próximas revisões estão previstas para os ciclos 2026-2027 e 2031-2032. **1.4 Reforço** - Por meio do despacho n° 4.036, a ANEEL decidiu autorizar a Companhia a implantação de reforços em suas instalações de transmissão. O objetivo desse reforço é instalação e substituição da proteção e controle diferencial de barras da cadeia principal contemplando uma unidade no bay da LT 230 kV Miranda II / Encruzo novo no terminal de Miranda II. As obras iniciaram em 2024 e a data prevista para a entrada em operação comercial é maio de 2025. O investimento previsto é de R\$ 1.895 e a RAP prevista é de R\$ 273. **2 Base de preparação: Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 20 de março de 2025. Detalhes sobre as principais políticas contábeis materiais da Companhia estão apresentados na nota explicativa 6. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela administração na sua gestão. **3 Políticas contábeis materiais:** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1° de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as novas normas contábeis (listadas abaixo) na preparação destas demonstrações financeiras porque não são aplicáveis.

Norma	Vigência
Passivos não circulantes com cláusulas restritivas e Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes - Alterações ao CPC 26/IAS 1	
Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior - Alterações ao CPC 06/IFRS 16	01/01/2024
Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7	

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário. **3.1 Títulos e valores mobiliários - circulante e não circulante** - Os saldos apresentados no circulante referem-se às aplicações financeiras que não se caracterizam como caixa e equivalentes de caixa. Incluem os CDBs com prazo de vencimento superior a 3 (três) meses. Os saldos apresentados no não circulante referem-se às aplicações financeiras em fundos de investimentos para fins de garantia do financiamento. **3.2 Instrumentos financeiros** - (a) **Classificação e mensuração** - Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Um ativo e um passivo financeiro são reconhecidos quando uma entidade se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro, exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo. Nesse caso, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados a valor justo por

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

de, ou de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2025.

**KPMG** Auditores Independentes Ltda. **Milena dos Santos Rosa**  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ Contador CRC RJ-100983/O-7

**José Mauricio Scovino de Souza** **Marcus Hansen Balata**  
Diretor Técnico Diretor Financeiro  
**Bruno Marcell S. M. Melo**  
Contador CRC-RJ 111193/O-8

Diário do Aconista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (11) 2655-1899 (21) 99122-4278



# ÁGUAS DA CONDESSA S.A.

CNPJ: 37.353.051/0001-07

Balanco patrimonial 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	11.064	15.930
Contas a receber de clientes	7	5.054	5.134
Estoques		804	68
Despesas antecipadas		70	68
Créditos com partes relacionadas	16	10	16
Tributos a recuperar		1	141
Outros ativos		574	1.140
		17.577	22.497
<b>Não circulante</b>			
Aplicações financeiras vinculadas	8	601	257
Depósitos judiciais		682	501
Tributos a recuperar		2	-
Ativo de direito de uso		24	-
Imobilizado	9	391	473
Ativo de contrato	10	30.761	12.658
Intangível	11	21.080	14.772
		53.541	28.661
		71.118	51.158
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		3.437	221
Empréstimos e financiamentos	12	834	26.031
Passivos de arrendamento		26	-
Obrigações tributárias	13	312	264
Obrigações trabalhistas		579	558
Obrigações com acionistas	16	797	-
Ônus da concessão		31	30
Débitos com partes relacionadas	16	158	123
Outras obrigações		377	351
		6.551	27.578
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	12	56.935	18.940
Provisões para contingências	15	64	76
		56.999	19.016
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social		5.010	5.010
Lucro acumulado		2.558	(446)
		7.568	4.564
		71.118	51.158

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Receita líquida</b>			
Custo dos serviços prestados	18	48.548	25.683
Lucro bruto	19	(34.875)	(14.247)
		13.673	11.436
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	20	(6.764)	(7.093)
Outras receitas operacionais		106	15
		(6.658)	(7.078)
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>			
Resultado financeiro		7.015	4.356
Receitas financeiras	21	1.718	1.367
Despesas financeiras	21	(4.225)	(4.491)
		(2.507)	(3.124)
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>			
Imposto de renda e contribuição social - correntes	14a	4.508	1.234
Lucro líquido do exercício		(707)	(56)
		3.801	1.178

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>			
Outros resultados abrangentes		3.801	1.178
Total do resultado abrangente do exercício		3.801	1.178

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)						
	Reserva de lucros					
	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimentos	Retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2023	5.010	-	-	-	(1.624)	3.386
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.178	1.178
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.010	-	-	-	(446)	4.564
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.801	3.801
Proposta de destinação do resultado do exercício:						
Reserva legal	-	168	-	-	(168)	-
Reserva de investimentos	-	-	119	-	(119)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(797)	(797)
Retenção de lucros	-	-	-	2.271	(2.271)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.010	168	119	2.271	-	7.568

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		4.508	1.234
Ajustes para reconciliar o prejuízo e o fluxo de caixa líquido:			
Depreciação e amortização		830	570
Juros sobre empréstimos, financiamentos, arrendamentos e amortização de custos de transação		3.838	4.055
Atualização monetária das contingências		8	(8)
Perdas esperadas de créditos das contas a receber		261	401
Reversão de contingências		(20)	(254)
Resultado na alienação/baixa de imobilizado/intangível		(12)	-
<b>Variáveis no ativo e passivo</b>			
Contas a receber de clientes		(181)	(1.248)
Estoques		(736)	25
Depósitos judiciais		(181)	(174)
Tributos a recuperar		(167)	(91)
Despesas antecipadas		(2)	(40)
Outros ativos		566	(1.133)
Aplicações financeiras vinculadas		(344)	(257)
Fornecedores		3.222	(136)
Obrigações tributárias		22	61
Obrigações trabalhistas		21	56
Ônus da concessão		1	3
Partes relacionadas, líquidas		41	56
Outras obrigações		26	119
		11.701	3.239
Imposto de renda e contribuição social pagos		(376)	(9)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos		(4.732)	(4.160)
Pagamento de juros sobre arrendamentos		(6)	-
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>		6.581	(930)
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Adições ao imobilizado		(35)	(75)
Adições ao ativo de contrato e intangível		(23.045)	(6.219)
Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível		37	-
<b>Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos</b>		(23.043)	(6.294)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Captações de empréstimos e financiamentos		11.618	18.755
Pagamento dos arrendamentos		(28)	-
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</b>		11.590	18.755
Aumento (redução) líquido(a) no caixa e equivalentes de caixa		(4.866)	11.531
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		15.930	4.399
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		11.064	15.930

**Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. Contexto operacional:** A Águas da Condesa S.A. (a "Concessionária"), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada na Praça Garcia nº 58, sala 213, Centro, Município de Parailha do Sul, no Estado do Rio de Janeiro - Brasil, controlada pela SAAB - Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., é uma sociedade de propósito específico de concessão entre o Município de Parailha do Sul (Concedente) e a Águas da Condesa S.A. (Concessionária), vencedora do Processo Licitatório nº 001/2020 que deu origem ao contrato de nº 070/2020, de 09 de junho de 2020, com vigência de 35 anos, a partir da data da efetiva assunção dos sistemas de tratamento e distribuição de água e de esgotamento sanitário e, por conseguinte, dos serviços de esgotos, ocorrida em 08 de dezembro de 2020. Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários no perímetro urbano do Município de Parailha do Sul, Estado do Rio de Janeiro. O serviço público de água e esgoto compreende os serviços de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e a cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessários à consecução deste objeto ao longo do período da concessão. A remuneração da Concessionária pelos serviços prestados considera a tarifa contratual cobrada diretamente dos usuários, conforme proposto no contrato de concessão, e tem por base os volumes de água e esgoto faturáveis e demais serviços, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido pela Concessionária. A tarifa, conforme contrato, será reajustada anualmente ou toda vez que for comprovada quebra do equilíbrio econômico-financeiro para uma das partes, de forma a realizar a devida remuneração dos custos de operação, manutenção e financiamentos, decorrentes dos investimentos realizados. O presente contrato de concessão possui cláusula de outorga, paga ao Poder Concedente, no valor de R\$ 10.000, e também de pagamento de taxa de regulação e fiscalização, correspondente a 1,0% sobre o valor efetivamente arrecadado pela Concessionária no mês imediatamente anterior, pagos à Secretaria Municipal de Governo, em atendimento ao Decreto Municipal nº 1.802 de 03 de janeiro de 2020. Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidas automaticamente para a Prefeitura de Parailha do Sul sem contrapartida financeira. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Adicionalmente, a Concessionária con-

siderou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07(R1), na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária. Em 19 de março de 2025, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Concessionária. **3. Principais contábeis materiais:** **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito para contas a receber. Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa. **3.3. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o receptor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:  
Equipamentos de informática 5 anos  
Veículos 5 anos  
Máquinas e equipamentos 10 anos  
Móveis e utensílios 10 anos  
Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. **3.4. Ativo de contrato:** Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Concessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível. **3.5. Intangível:** a) Sistema de água e esgoto: A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05). O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. b) Ônus da concessão: Refere-se ao ônus da concessão (outorga) registrado no ativo intangível (Nota 10), pago no início da concessão. A amortização reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. c) Softwares: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. **3.6. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: **Ativos financeiros - custo amortizado:** São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. **Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado:** São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado, e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos financeiros - mensuração inicial: No reconhecimento inicial a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. **Ativos financeiros - mensuração subsequente:** **Custo amortizado:** esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. **Valor justo por meio do resultado:** os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. **Passivos financeiros - reconhecimento inicial:** Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas. **Passivos financeiros - mensuração subsequente:** **Custo amortizado:** são reconhecidos utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. **Valor justo por meio do resultado:** são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. **Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e • A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.7. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros:** Os ativos da Concessionária são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária. **3.8. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. **3.9. Tributos:** Imposto de renda e contribuição social correntes: A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. **Tributos sobre as receitas:** As receitas de serviços estão sujeitas à Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS, à alíquota de 1,65% e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, à alíquota de 7,60%. Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado. **3.10. Provisões:** Geral: São reconhecidas quando a Concessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. **Provisões para riscos cíveis:** O Concessionária é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obri-

gação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.11. Receita operacional:** **i) Receita de prestação de serviços:** Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados. A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. **ii) Receitas de construção:** A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, a Concessionária estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção. **3.12. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros e multas vinculadas à operação. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva. As despesas financeiras abrangem substancialmente os juros de empréstimos e financiamentos, juros de mútuo, juros sobre arrendamentos, atualização monetária das contingências, tributos sobre operações financeiras e descontos concedidos. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido. **3.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:** A Concessionária aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Concessionária decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados. **Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1):** esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. **3.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Concessionária, estão descritas a seguir. A Concessionária pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **CPC 26 (R1) Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras:** introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtópicos de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. As alterações entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. No Brasil a adoção antecipada não é permitida. A Concessionária está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e notas explicativas às demonstrações financeiras. **IFRS 19 Subsidiárias sem responsabilidade pública:** divulgações: permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis. A IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. A aplicação da referida norma, até o momento, não será elegível pela Concessionária. **Alterações ao CPC 18:** a atualização do Pronunciamento contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações contábeis individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas demonstrações contábeis separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham impacto nas demonstrações financeiras, visto que a Concessionária não possui investimentos. **Alterações ao CPC 02:** as alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham impactos nas demonstrações financeiras da Concessionária. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** **Julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em exercícios futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado. **Estimativas e premissas contábeis:** As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir: a) **Vida útil dos ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Concessionária. b) **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. c) **Provisão para perdas esperadas de crédito para contas a receber:** A Concessionária registra as perdas esperadas de crédito esperadas de contas a receber, considerando a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, vencimento da carteira de contas a receber e expectativas de perdas futuras. Ainda que a Concessionária acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes. **5. Gestão de risco financeiro:** **5.1. Instrumentos financeiros por categoria:** A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos,

# ÁGUAS DA CONDESSA S.A.

CNPJ: 37.353.051/0001-07

Central do Brasil e do Banco Itaú. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Operação	Risco	Valor contábil	Cenário I provável -25%	Cenário II +25%	Cenário III +25%
Ativo					
Equivalentes de caixa	CDI	11.024	12.664	12.254	13.074
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	601	690	668	713
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	CDI	(25.842)	(29.687)	(28.726)	(30.649)
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(32.436)	(34.077)	(33.669)	(34.489)
Passivo líquido		(46.653)	(50.410)	(49.473)	(51.351)
Efeito líquido		(3.757)	(2.820)	(4.698)	
CDI (a.a.)			14,88%		
IPCA (a.a.)			5,06%		

**5.3. Risco de liquidez:** É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária. As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos às debêntures, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores não descontados):

	Valor contábil			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos	
Em 31 de dezembro de 2024				
Fornecedores	3.437	3.437	-	-
Empréstimos e financiamentos	58.279	858	12.619	44.802
Passivo de arrendamento	26	26	-	-
Onus da concessão	31	31	-	-
Débitos com partes relacionadas	158	158	-	-
	61.931	4.510	12.619	44.802
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	221	221	-	-
Empréstimos e financiamentos	45.505	26.050	-	19.455
Onus da concessão	30	30	-	-
Débitos com partes relacionadas	123	123	-	-
	45.879	26.424	-	19.455

**5.4. Gestão de capital:** Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e beneficiar às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e 2023 podem ser assim sumarizados:

	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	57.769	44.971
Passivo de arrendamento (Nota 12)	26	26
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(11.064)	(15.930)
Dívida líquida (a)	46.731	29.041
Total do patrimônio líquido (b)	7.568	4.564
Total do capital (a+b)	54.299	33.605
Índice de alavancagem financeira - % [a/(a+b)]	86,06%	86,42%

**6. Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	40	67
Aplicações financeiras	11.024	15.863
	11.064	15.930

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com remuneração relacionada à média no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 de aproximadamente 101,30% do CDI (100,70% em 2023). **7. Contas a receber de clientes:** As contas a receber correspondem aos serviços de distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotos sanitários e são registradas após aferição do consumo efetivo dos serviços, acrescidos de estimativa de receitas oriundas dos serviços que ainda não foram faturados. As contas a receber estão compostas como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Clientes (a)	6.255	5.964
Clientes - parcelamento (b)	904	1.035
Pontos arrecadadores (c)	126	105
Perdas esperadas de créditos das contas a receber	(2.231)	(1.970)
	5.054	5.134

(a) Representa o saldo de contas emitidas, além dos valores ainda não faturados (ajuste por Competência). (b) Refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos. (c) São agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária. O *aging list* de contas a receber é composto da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer		
Faturado	2.409	2.651
Não faturado	1.447	1.241
Vencidas		
Até 30 dias	723	689
De 31 a 60 dias	270	275
De 61 a 90 dias	121	157
De 91 a 180 dias	245	317
Mais de 180 dias	2.070	1.774
	7.285	7.104

Movimentação da provisão para perdas esperadas de créditos das contas a receber:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(1.970)	(1.569)
(+) Adições	(1.144)	(1.335)
(-) Reversões	883	934
Saldo final	(2.231)	(1.970)

**8. Aplicações financeiras vinculadas:** O montante de R\$ 601 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 257 em 2023) corresponde à aplicação financeira mantida em conta reserva, de titularidade da Águas da Condesa S.A., constituída em favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em atendimento às obrigações definidas no "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos e Outras Avenças" em dezembro de 2022.

**9. Imobilizado**

	31/12/2024	31/12/2023
Máquinas e equipamentos	20%	5
Equipamentos de informática	20%	337
Veículos	20%	102
Móveis e utensílios	10%	284
		728
Movimentação do imobilizado		
Saldos em 31/12/2023		
Máquinas e equipamentos	183	21
Equipamentos de informática	68	(65)
Veículos	219	(13)
Móveis e utensílios	473	35
	473	391
Saldos em 31/12/2022		
Máquinas e equipamentos	201	41
Equipamentos de informática	88	(59)
Veículos	211	(20)
Móveis e utensílios	503	75
	473	473

**10. Ativo de contrato**

	31/12/2024	31/12/2023
Infraestrutura em construção	12.658	25.089
	12.658	25.089
Saldos em 31/12/2022		
Infraestrutura em construção	10.972	6.573
	10.972	6.573

As transferências ocorridas no exercício de 2024 e 2023 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato. Custos de empréstimos capitalizados: Os juros de empréstimos e financiamentos são capitalizados nos ativos de concessão durante o período em construção, sendo o montante de R\$ 2.080 capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a uma taxa média ponderada de 13,03% a.a. (R\$ 392 e 12,45% a.a. em 2023).

**11. Intangível**

	31/12/2024	31/12/2023
Softwares e aplicativos	20%	28
Outorga	2,87%	10.000
Concessão/Infraestrutura		12.883
		22.911

Os valores reconhecidos na linha de concessão/infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas utilizadas baseiam-se no prazo final da concessão ou na vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Sendo esse montante em 31 de dezembro de 2024 composto pelos seguintes ativos:

	31/12/2024	31/12/2023
Captação	678	(27)
Adutoras	246	(5)
ETA - Estação de Tratamento de Água	922	(10)
Reservatório	325	(5)
Booster	475	(18)
Substituição/expansão de rede de água	7.476	(281)
Ligação de água	1.292	(58)
Benefetorias e imóveis de terceiros	238	(5)
Máquinas e equipamentos	1.231	(255)
	12.883	(664)

**Movimentação do intangível**

	31/12/2024	31/12/2023
Softwares e aplicativos	15	(6)
Outorga	9.139	(287)
Concessão/Infraestrutura	5.618	36
	14.772	36
Saldos em 31/12/2022		
Softwares e aplicativos	21	(6)
Outorga	9.426	(287)
Concessão/Infraestrutura	865	38
	10.312	38

As transferências ocorridas no exercício de 2024 e 2023 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato. **12. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos**

	31/12/2024	31/12/2023
FINEM (a)	IPCA	7,21% e 7,63% a.a.
Capital de giro (b)	CDI	1,25% e 1,30% a.a.
(-) Custos de transação		(509)
Total de empréstimos e financiamentos		57.769

**13. Obrigações tributárias:** Os impostos e contribuições estão assim representados:

	31/12/2024	31/12/2023
PIS/COFINS/CSLL retidos	12	14
ISS	44	6
IRRF	15	27
PIS	29	30
COFINS	139	141
IRPJ	47	34
CSLL	26	12
	312	264

**14. Imposto de renda e contribuição social: a) Conciliação da taxa efetiva**

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	4.508	1.234
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - alíquotas vigentes	(1.533)	(419)
(Adições) exclusões no cálculo do tributo		
Permanentes	(1)	-
Efeito referente a alíquota de adicional do imposto de renda	24	24
Créditos fiscais sobre despesas temporárias não contabilizadas	788	302
Créditos fiscais sobre prejuízos fiscais não contabilizados	-	35
Incentivo empresa cidadã (Lei nº 11.770/08)	2	1
Programa de Alimentação do Trabalhador (Decreto nº 3.000/99)	13	1
Total do imposto de renda e da contribuição social	(707)	(56)
Alíquota efetiva	15,7%	4,5%

**15. Provisão para contingências:** As provisões para contingências são constituídas para fazer face às perdas em processos judiciais e administrativos, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes desses processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Concessionária e de seus assessores legais. As provisões para contingências estão assim demonstradas:

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado financeiro	1.315	952
Receitas financeiras		
Rendimento com aplicações financeiras	(84)	(66)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	480	475
Juros e multas vinculadas à operação	7	6
Variação monetária sobre outros ativos	1.718	1.367
Despesas financeiras		
Juros com empréstimos e financiamentos	(3.807)	(3.999)
Juros de arrendamentos	(6)	8
Atualização monetária das contingências	(8)	-
Tributos sobre operações financeiras	(222)	(221)
Descontos concedidos	(88)	(154)
Outras despesas financeiras	(94)	(125)
	(4.225)	(4.491)
Resultado financeiro	(2.507)	(3.124)

**22. Seguros:** O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2024 está apresentada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
D&O - RC Administradores	27/10/2024 a 27/10/2025	50.000
Responsabilidade civil geral	17/01/2025 a 17/01/2026	13.000
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	31/12/2024 a 31/12/2025	132.878
Riscos operacionais	17/01/2025 a 17/01/2026	75.000
Riscos ambientais	22/12/2024 a 22/12/2025	5.000
Garantia de concessão	08/12/2024 a 08/12/2025	800
Veículos	17/10/2024 a 17/10/2025	100

**23. Transações que não envolvem caixa:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Concessionária realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2024	31/12/2023
Adição direito de uso	54	-
Juros capitalizados	2.080	(392)

Marcio Salles Gomes - Diretor; João Henrique Tebyriça de Sá - Diretor; Anderson Xavier de Farias - Contador - CPF.: 022.482.407-40 - CRC RJ-091850/O-5

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos acionistas da Águas da Condesa S.A.: Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Águas da Condesa S.A. ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 19 de março de 2025. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F; Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-1R/J090174/O.

# ÁGUAS DO IMPERADOR S.A.

CNPJ 02.150.327/0001-75

Balanco patrimonial 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)				Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)						
Nota 31/12/2024 31/12/2023				Reserva de lucros						
Ativo				Capital social	Reserva legal	Reserva de investimentos	Retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
<b>Circulante</b>										
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.545	37.825	52.600	10.520	10.140	31.500	-	-	104.760
Contas a receber de clientes	7	35.423	33.937	-	-	-	-	-	-	35.185
Estoques		2.446	436	-	-	-	(6.988)	-	-	(6.988)
Despesas antecipadas		633	379	-	-	-	-	-	-	-
Créditos com partes relacionadas	19	90	134	-	-	369	-	-	(369)	-
Tributos a recuperar		880	221	-	-	-	-	-	(8.796)	(8.796)
Outros ativos		809	2.945	-	-	-	-	19.000	(19.000)	-
		<b>41.826</b>	<b>75.877</b>						<b>(7.020)</b>	
<b>Não circulante</b>										
Aplicações financeiras vinculadas	8	2.161	2.166	52.600	10.520	10.509	31.532	19.000	-	124.161
Tributos diferidos	17	1.945	2.956	-	-	-	-	-	-	44.172
Depósitos judiciais		2.682	2.525	-	-	-	-	-	(4.000)	(4.000)
Tributos a recuperar		6	-	-	-	-	-	-	-	-
Operações com derivativos		-	154	-	-	346	-	-	(346)	-
Ativo de direito de uso	9	95	333	-	-	-	-	-	(11.043)	(11.043)
Imobilizado	10	1.241	1.398	-	-	-	-	22.205	(22.205)	-
Ativo de contrato	11	105.507	49.820	-	-	-	-	-	(6.578)	-
Intangível	12	128.977	127.730	-	-	-	-	-	-	-
		<b>240.614</b>	<b>187.082</b>	<b>52.600</b>	<b>10.520</b>	<b>10.855</b>	<b>31.225</b>	<b>41.205</b>	<b>-</b>	<b>146.405</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>282.440</b>	<b>262.959</b>							
<b>Passivo</b>										
<b>Circulante</b>										
Fornecedores	13	2.190	2.262	-	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	14	4.155	13.005	-	-	-	-	-	-	-
Passivos de arrendamento	14	120	315	-	-	-	-	-	-	-
Notas comerciais escriturais	15	14.549	15.566	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações tributárias	16	2.404	2.804	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações trabalhistas		3.540	3.582	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações com acionistas	19	34.651	13.756	-	-	-	-	-	-	-
Ônus da concessão		551	486	-	-	-	-	-	-	-
Débitos com partes relacionadas	19	1.338	969	-	-	-	-	-	-	-
Outras obrigações		1.556	1.748	-	-	-	-	-	-	-
		<b>65.054</b>	<b>54.493</b>							
<b>Não circulante</b>										
Empréstimos e financiamentos	14	49.169	46.885	-	-	-	-	-	-	-
Passivos de arrendamentos	14	-	57	-	-	-	-	-	-	-
Notas comerciais escriturais	15	19.232	31.911	-	-	-	-	-	-	-
Provisões para contingências	18	2.580	5.452	-	-	-	-	-	-	-
		<b>70.981</b>	<b>84.305</b>							
<b>Patrimônio líquido</b>	20									
Capital social		52.600	52.600	-	-	-	-	-	-	-
Reservas de lucros		52.600	52.561	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos		41.205	19.000	-	-	-	-	-	-	-
		<b>146.405</b>	<b>124.161</b>							
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>282.440</b>	<b>262.959</b>							

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, a Subconcessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCP 07 (R1), na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Subconcessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Subconcessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Subconcessionária. Em 19 de março de 2025, a diretoria executiva da Subconcessionária autorizou a emissão destas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Subconcessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Subconcessionária. **3. Políticas contábeis materiais: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Subconcessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, através da provisão para perdas esperadas de crédito das contas a receber. Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Subconcessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa. **3.3. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Subconcessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o receptor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

específicos que são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. **3.9. Tributos: Imposto de renda e contribuição social correntes:** A Subconcessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **Tributos sobre as receitas:** As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS")	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	7,6%

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
Nota 31/12/2024 31/12/2023			
Receita líquida	21	232.608	190.377
Custo dos serviços prestados	22	(117.146)	(85.820)
Lucro bruto		115.462	104.557
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	23	(52.455)	(49.969)
Outras receitas operacionais		168	580
		<b>(52.287)</b>	<b>(49.389)</b>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		63.175	55.168
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	24	5.291	7.953
Despesas financeiras	24	(8.749)	(13.939)
		<b>(3.458)</b>	<b>(5.986)</b>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		59.717	49.182
Imposto de renda e contribuição social - corrente	17b	(14.534)	(14.185)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	17b	(1.011)	189
Lucro líquido do exercício		<b>44.172</b>	<b>35.185</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
Nota 31/12/2024 31/12/2023			
Lucro líquido do exercício		44.172	35.185
Outros resultados abrangentes		-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>44.172</b>	<b>35.185</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
Nota 31/12/2024 31/12/2023			
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		59.717	49.182
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido:			
Depreciação e amortização		9.423	7.977
Juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos e amortização de custos de transação		3.383	4.086
Juros sobre notas comerciais escriturais e amortização de custos de transação		4.840	6.821
Ganho com operações de swap		(160)	(57)
Juros e IOF sobre mútuo		2	-
Variações monetárias		421	472
Atualização monetária das contingências		(994)	501
Provisão para perdas esperadas de crédito das contas a receber		10.820	9.192
Provisão (reversão de) para contingências		(1.878)	1.518
Resultado na alienação de imobilizado		103	(44)
Perda com derivativos		154	24
<b>Variações no ativo e passivo</b>		<b>(12.306)</b>	<b>(12.831)</b>
Contas a receber de clientes		(2.010)	(9)
Estoques		(157)	(88)
Depósitos judiciais		(84)	(199)
Tributos a recuperar		(254)	(275)
Despesas antecipadas		2.136	(2.620)
Outros ativos		5	(779)
Aplicações financeiras - vinculadas		(72)	1.008
Fornecedores		65	78
Ônus da concessão		(1.059)	(370)
Obrigações tributárias		(42)	502
Obrigações trabalhistas		413	341
Partes relacionadas, líquidas		(176)	296
Outras obrigações		72.290	64.726
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(15.464)	(12.590)
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos		(5.413)	(6.012)
Pagamento de juros sobre arrendamentos		(33)	(62)
Pagamento de juros sobre notas comerciais escriturais		(5.679)	(6.913)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<b>45.701</b>	<b>39.149</b>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições ao imobilizado		(213)	(486)
Adições ao ativo de contrato e intangível		(55.568)	(39.095)
Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível		(100)	49
Direito da concessão de exploração		(6.055)	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos		<b>(61.932)</b>	<b>(39.532)</b>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos		-	(13.209)
Captações de empréstimos e financiamentos		5.812	21.263
Captações de mútuo		390	-
Pagamento dos arrendamentos		(321)	-
Pagamento de notas comerciais escriturais		(12.857)	(12.150)
Pagamento dos empréstimos e financiamentos		(12.813)	(245)
Pagamento de mútuo		(392)	-
Derivativos recebidos		136	37
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos		<b>(20.045)</b>	<b>(4.304)</b>
Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa		<b>(36.280)</b>	<b>(4.687)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		37.825	42.512
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<b>1.545</b>	<b>37.825</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. Contexto operacional:** A Águas do Imperador S.A. (a "Subconcessionária"), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada à Rua Dr. Sá Earp, n.º 84, Morin, no Município de Petrópolis - RJ - Brasil, controlada pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., é uma sociedade de propósito específico de subconcessão entre a Prefeitura Municipal de Petrópolis (concedente), a Subconcessionária Municipal de Desenvolvimento de Petrópolis - COMDEP (subconcedente) e a Águas do Imperador S.A. (Subconcessionária), através do Contrato de Subconcessão, com prazo de 30 anos contados da emissão da ordem de serviço inicial do contrato, que foi em 01 de janeiro de 1998. Em 20 de janeiro de 2012 foi assinado um aditivo para prorrogação de mais 180 meses, que fez com que o término do contrato passasse para janeiro de 2043. Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários no perímetro urbano do Município de Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro, compreendendo inclusive as sedes distritais. O serviço público de água e esgoto compreende os serviços de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e a cobrança direta aos usuários dos serviços abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessárias à consecução deste objeto ao longo do período da subconcessão. A remuneração da Subconcessionária pelos serviços prestados considera a tarifa contratual cobrada diretamente dos usuários, conforme proposto no contrato de subconcessão, e tem por base os volumes de água e esgoto futuráveis e demais serviços, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido pela Subconcessionária. A tarifa, conforme contrato, será reajustada anualmente ou toda vez que for comprovada quebra do equilíbrio econômico-financeiro para uma das partes, de forma a realizar a devida remuneração dos custos de operação, manutenção e financiamentos, decorrentes dos investimentos realizados. O presente contrato de subconcessão possui cláusula de outorga onde o percentual de 3,5232% é aplicado sobre a arrecadação bruta oriunda do fornecimento de água tratada e coleta e tratamento de esgoto. Em 17 de dezembro de 2024, foi celebrado o sétimo termo aditivo ao contrato consolidado de Subconcessão, estabelecendo: (i) a quitação da diferença financeira decorrente do número de economias efetivamente cadastradas na tarifa social até o ano de 2024; (ii) a implantação da Estação de Tratamento de Esgoto - ETE Itamarati, na área do Esporte Clube Cascatina; (iii) o reconhecimento da perda financeira da Subconcessionária decorrente da não aplicação do reajuste do ano de 2022 em sua integralidade. Findo o prazo da subconcessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Subconcessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidas automaticamente à Subconcedente Subconcessionária Municipal de Desenvolvimento de Petrópolis - COMDEP. **2. Base de preparação e apresentação**

Equipamentos de informática 5 anos  
Veículos 5 anos  
Beneficiárias em imóveis de terceiros 25 anos  
Máquinas e equipamentos 10 anos  
Móveis e utensílios 10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. **3.4. Ativo de contrato:** Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Subconcessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível. **3.5. Intangível:** a) Sistema de água e esgoto: A Subconcessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCP 05 desse mesmo Comitê (OCP 05). O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Subconcessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Subconcessionária. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. b) Softwares: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. **3.6. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A Subconcessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: **Ativos financeiros - custo amortizado:** São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. **Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado:** São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado, e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. **Ativos financeiros - mensuração inicial:** No reconhecimento inicial a Subconcessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. **Ativos financeiros - mensuração subsequente:** **Custo amortizado:** esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. **Valor justo por meio do resultado:** os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. **Passivos financeiros - reconhecimento inicial:** Todos os passivos financeiros da Subconcessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Subconcessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, notas comerciais escriturais, passivo de arrendamentos, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas. **Passivos financeiros - mensuração subsequente:** **Custo amortizado:** são contabilizados utilizando o método

# ÁGUAS DO IMPERADOR S.A.

CNPJ 02.150.327/0001-75

nais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. c) **Provisão para perdas esperadas de crédito das contas a receber:** A Subconcessionária registra as perdas esperadas de crédito esperadas de contas a receber, considerando a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, vencimento da carteira de contas a receber e expectativas de perdas futuras. Ainda que a Subconcessionária acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes. d) **Receita não faturada:** As receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com último faturamento de cada ciclo de leitura. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.10 e 7.5. **Gestão de riscos financeiros:** 5.1. **Instrumentos financeiros por categoria:** A Subconcessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Subconcessionária, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, são como segue:

Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	31/12/2024		31/12/2023	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>					
Equivalentes de caixa	Nível 2	1.489	1.489	37.774	37.774
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	2.161	2.161	2.166	2.166
Contas a receber de clientes	Nível 2	35.423	35.423	33.937	33.937
Operações com derivativos	Nível 2	-	-	154	154
Crédito com partes relacionadas	Nível 2	90	90	134	134
<b>Passivos financeiros</b>					
Fornecedores	Nível 2	2.190	2.190	2.262	2.262
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	53.324	53.324	59.890	59.890
Notas comerciais escriturais	Nível 2	33.781	33.781	47.477	47.477
Passivos de arrendamento	Nível 2	120	120	372	372
Ônus da concessão	Nível 2	551	551	486	486
Débitos com partes relacionadas	Nível 2	1.338	1.338	969	969

As políticas de gerenciamento de risco da Subconcessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Subconcessionária está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Subconcessionária. 5.2. **Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Subconcessionária, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços. **Risco de taxas de juros:** Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Subconcessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Subconcessionária utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações assim como para garantir seus investimentos e expansões. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Subconcessionária obtém empréstimos, financiamentos e notas comerciais escriturais em moedas locais sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") e da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A Subconcessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI. A análise de sensibilidade, dos juros sobre os equivalentes de caixa, empréstimos, financiamentos e notas comerciais escriturais (sem os custos de transação), utilizou as projeções do CDI e TJLP para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Itaú. O cenário I corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III correspondem a uma alteração positiva e negativa de 25% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Operação	Risco	Valor contábil			
		Cenário I provável	Cenário II -25%	Cenário III +25%	
<b>Ativo</b>					
Equivalentes de caixa	CDI	1.489	1.711	1.655	1.766
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	2.161	2.483	2.402	2.563
<b>Passivo</b>					
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(54.181)	(58.916)	(57.735)	(60.103)
Notas comerciais escriturais	CDI	(33.949)	(39.001)	(37.738)	(40.264)
Passivo líquido		(84.480)	(93.723)	(91.416)	(96.038)
Efeito líquido		(9.243)	(6.936)	(11.558)	
CDI (a.a.)		14,88%			
TJLP (a.a.)		8,74%			

5.3. **Risco de liquidez:** É o risco de a Subconcessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descumprimento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem da Subconcessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Subconcessionária. As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos aos empréstimos e financiamentos e às notas comerciais escriturais, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores não descontados):

Operação	Valor contábil		Entre um e dois anos		Entre um e dois anos		Acima de dois anos	
	um ano	dois anos	dois anos	dois anos	dois anos	dois anos	dois anos	dois anos
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>								
Fornecedores	2.190	2.190	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	54.181	4.281	4.086	-	45.814	-	-	-
Notas comerciais escriturais	33.949	14.663	12.857	-	6.429	-	-	-
Passivos de arrendamento	120	120	-	-	-	-	-	-
Ônus da concessão	550	550	-	-	-	-	-	-
Débitos com partes relacionadas	1.338	1.338	-	-	-	-	-	-
	92.328	23.142	16.943	-	52.243	-	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>								
Fornecedores	2.262	2.262	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	60.891	13.115	3.620	-	44.156	-	-	-
Notas comerciais escriturais	47.821	15.677	12.857	-	19.287	-	-	-
Passivos de arrendamento	372	315	57	-	-	-	-	-
Ônus da concessão	486	486	-	-	-	-	-	-
Débitos com partes relacionadas	969	969	-	-	-	-	-	-
	112.801	32.824	16.534	-	63.443	-	-	-

5.4. **Gestão de capital:** Os objetivos da Subconcessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Subconcessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras empresas do setor, a Subconcessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde aos empréstimos, financiamentos, notas comerciais escriturais e passivos de arrendamento, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e operações com derivativos. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e 2023 podem ser assim sumarizados:

	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	53.324	59.890
Passivos de arrendamento (Nota 14)	120	372
Notas comerciais escriturais (Nota 15)	33.781	47.477
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(1.545)	(37.825)
(+) Operações com derivativos	-	(154)
Dívida líquida (a)	85.680	69.760
Total do patrimônio líquido (b)	146.405	124.161
Total do capital (a+b)	232.085	193.921
Índice de alavancagem financeira - % [(a)/(a+b)]	37%	35%

6. **Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	56	51
Aplicações financeiras	1.489	37.774
	1.545	37.825

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com remuneração relacionada à média no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 de aproximadamente 86,00% do CDI (101,27% em 2023).

7. **Contas a receber de clientes**

	31/12/2024	31/12/2023
Clientes (a)	103.790	91.100
Clientes - parcelamento (b)	4.877	5.224
Pontos arrecadadores (c)	416	452
Provisão para perdas esperadas de crédito das contas a receber	(73.660)	(62.839)
	35.423	33.937

(a) Representa o saldo de contas emitidas e ainda não recebidas, além dos valores fornecidos e ainda não faturados (ajuste por competência). (b) Refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Subconcessionária para a quitação de seus débitos. (c) São agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Subconcessionária. O *aging list* de contas a receber é composto da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer		
Faturado	18.019	17.380
Não faturado	9.181	8.443
Vencidas		
Até 30 dias	3.994	4.156

	31/12/2024	31/12/2023
De 31 a 60 dias	1.935	1.951
De 61 a 90 dias	1.299	1.122
De 91 a 180 dias	4.190	3.575
Mais de 180 dias	70.465	60.149
	109.083	96.776

Abaixo apresentamos a movimentação da provisão para perdas esperadas de créditos das contas a receber:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(62.839)	(53.647)
(+) Constituições	(15.730)	(16.031)
(-) Reversões	4.909	6.839
Saldo final	(73.660)	(62.839)

8. **Aplicações financeiras vinculadas:** O montante de R\$ 2.161 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 2.166 em 2023) corresponde à aplicação financeira mantida em conta reserva, de titularidade da Águas do Imperador S.A., constituída em favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em atendimento às obrigações definidas no "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças" em 28 de março de 2018. 9. **Ativo de direito de uso**

	31/12/2024	31/12/2023
Amortização acumulada	575	(480)
Valor líquido	95	677

10. **Imobilizado**

	31/12/2024	31/12/2023
Equipamentos de informática	20%	1.902
Veículos	20%	1.813
Máquinas e equipamentos	10%	63
Móveis e utensílios	10%	885
Beneficiárias em imóveis de terceiros	4%	220
		4.883

11. **Ativo de contrato**

	31/12/2024	31/12/2023
Infraestrutura em construção	49.820	57.355
	49.820	57.355

12. **Intangível**

	31/12/2024	31/12/2023
Softwares e aplicativos	197	(169)
Desenvolvimento de projetos	116	(106)
Outorga da concessão	8.000	(678)
Concessão/Infraestrutura	211.332	(91.715)
	219.645	(92.668)

13. **Empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento**

	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos	54.181	59.890
Notas comerciais escriturais	33.781	47.477
Passivos de arrendamento	120	372
Ônus da concessão	551	486
Débitos com partes relacionadas	1.338	969
	92.328	23.142

14. **Provisões para perdas esperadas de crédito das contas a receber**

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para contingências	1.854	(976)
Provisão participação nos lucros	321	(7)
Provisões salariais e encargos em acordo coletivo	83	(11)
Arrendamentos	18	(10)
Outros	82	166
Ativo fiscal diferido	5.145	(443)
Ganhos com derivativos	(52)	52
Juros capitalizados	(1.800)	(638)
Ajustes do regime de tributação transitório Lei nº 12.973/2014	(337)	18
Passivo fiscal diferido	(2.189)	(568)
Tributos diferidos, líquidos	2.956	(1.011)
	2.956	(1.011)

15. **Notas comerciais escriturais**

	31/12/2024	31/12/2023
Notas comerciais escriturais	33.781	47.477
Principal	1.806	2.821
Juros e encargos financeiros	(168)	(344)
Custo de transação a apropriar	33.781	47.477
Total de notas comerciais estruturais	14.549	15.566
Circulante	19.232	31.911
Não circulante	-	-

16. **Obrigações tributárias:** Os impostos e contribuições estão assim representados:

	31/12/2024	31/12/2023
PIS/COFINS/CSLL retidos	214	56
ISS	102	194
IRRF	431	428
PIS	294	304
COFINS	1.363	1.449
IRPJ	-	133
CSLL	-	240
	2.404	2.804

17. **Imposto de renda e contribuição social:** a) **Composição dos tributos diferidos:** Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

b) **Composição dos tributos diferidos:** Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

c) **Composição dos tributos diferidos:** Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

d) **Composição dos tributos diferidos:** Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

e) **Composição dos tributos diferidos:** Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

f) **Composição dos tributos diferidos:** Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

g) **Composição dos tributos diferidos:** Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

h) **Composição dos tributos diferidos:** Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

i) **Composição dos tributos diferidos:** Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

j) **Composição dos tributos diferidos:** Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

k) **Composição dos tributos diferidos:** Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

l) **Composição dos tributos diferidos:** Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

m) **Composição dos tributos diferidos:** Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

n) **Composição dos tributos diferidos:** Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

o) **Composição dos tributos diferidos:** Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

p) **Composição dos tributos diferidos:** Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

q) **Composição dos tributos diferidos:** Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

r) **Composição dos tributos diferidos:** Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

s) **Composição dos tributos diferidos:** Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

t) **Composição dos tributos diferidos:** Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

u) **Composição dos tributos diferidos:** Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

v) **Composição dos tributos diferidos:** Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

w) **Composição dos tributos diferidos:** Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.



# ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO LTDA.

CNPJ: 03.119.806/0001-91

Balanco patrimonial 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	24.741	19.298
Contas a receber de clientes	7	26.014	25.885
Estoques		3.640	965
Despesas antecipadas		536	363
Créditos com partes relacionadas	20	78	119
Tributos a recuperar	8	15	2
Outros ativos		841	169
		55.865	46.801
<b>Não circulante</b>			
Aplicações financeiras vinculadas	9	2.283	1.773
Depósitos judiciais		36	39
Tributos a recuperar		18	-
Operações com derivativos		-	106
Ativo de direito de uso	10	493	603
Imobilizado	11	1.267	1.117
Ativo de contrato	12	71.693	61.578
Intangível	13	132.729	124.220
		208.519	189.436
		264.384	236.237
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	14	2.316	1.970
Empréstimos e financiamentos	15	5.779	12.200
Passivos de arrendamento	15	354	752
Notas comerciais escriturais	16	16.217	17.319
Obrigações tributárias	17	2.007	1.765
Obrigações trabalhistas	17	3.956	2.937
Obrigações com sócios	20	16.280	10.978
Ônus da concessão		313	304
Débitos com partes relacionadas	20	1.187	843
Adiantamento de clientes		-	4
Outras obrigações		2.605	1.372
		51.014	50.444
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	15	70.076	51.999
Passivos de arrendamento	15	224	7
Notas comerciais escriturais	16	21.393	35.504
Obrigações tributárias	17	130	129
Tributos diferidos	18	1.307	1.249
Provisões para contingências	19	946	1.631
		94.076	90.519
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social		44.000	44.000
Lucro acumulado		75.294	51.274
		119.294	95.274
Total do passivo e patrimônio líquido		264.384	236.237
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
<b>Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)</b>			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	22	172.808	156.748
Custo dos serviços prestados	23	(89.765)	(76.667)
Lucro bruto		83.043	80.081
Recargas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	24	(36.278)	(31.814)
Outras receitas operacionais		371	158
		(35.907)	(31.656)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		47.136	48.425
Receita (despesas) financeiras			
Receitas financeiras	25	4.666	5.094
Despesas financeiras	25	(11.338)	(14.583)
Resultado financeiro, líquido		(6.672)	(9.489)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		40.464	38.936
Imposto de renda e contribuição social - corrente	18b	(10.148)	(10.487)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	18b	(58)	(652)
Lucro líquido do exercício		30.258	27.797
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
<b>Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)</b>			
	31/12/2024	31/12/2023	
Lucro líquido do exercício	30.258	27.797	
Outros resultados abrangentes	-	-	
Total do resultado abrangente do exercício	30.258	27.797	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)</b>			
	Capital social	Lucro acumulado	Patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2023	44.000	35.714	79.714
Lucro líquido do exercício	-	27.797	27.797
Juros sobre o capital próprio	-	(5.286)	(5.286)
Proposta de destinação do resultado do exercício:			
Distribuição dos lucros aos sócios	-	(6.949)	(6.949)
Saldos 1º de janeiro de 2024	44.000	51.274	95.274
Lucro do líquido do exercício	-	30.258	30.258
Juros sobre o capital próprio	-	(6.238)	(6.238)
Saldos 31 de dezembro de 2024	44.000	75.294	119.294
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
<b>Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)</b>			
	31/12/2024	31/12/2023	
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício antes dos tributos sobre o lucro	40.464	38.936	
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido:			
Depreciação e amortização	12.450	12.055	
Juros sobre empréstimos e financiamentos e arrendamentos e amortização de custos de transação sobre empréstimos e financiamentos	5.317	5.883	
Juros sobre notas comerciais escriturais e amortização de custos de transação sobre notas comerciais escriturais	5.382	7.556	
Ganhos com operações de swap	(110)	(39)	
Variações monetárias	8	39	
Atualização monetária das contingências	(362)	76	
Provisão para perdas esperadas de crédito esperadas para contas a receber	1.571	(145)	
Reversões de contingências	(323)	(143)	
Resultado na alienação/baixa de imobilizado/intangível	(1)	16	
Perda com derivativos	106	16	
Resultado na baixa de arrendamento	(17)	-	
Variações no ativo e passivo			
Contas a receber de clientes	(1.700)	(4.265)	
Estoques	(2.675)	(217)	
Depósitos judiciais	3	1	
Tributos a recuperar	133	(112)	
Despesas antecipadas	(173)	(265)	
Outros ativos	(672)	(55)	
Aplicações financeiras - vinculadas	(510)	15	
Fornecedores	346	814	
Ônus da concessão	9	2	
Obrigações tributárias	(843)	(520)	
Obrigações trabalhistas	1.019	240	
Partes relacionadas, líquidas	385	344	
Outras obrigações	1.229	142	
	61.036	80.358	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(10.145)	(9.510)	
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(4.568)	(5.962)	
Pagamentos de juros sobre arrendamentos	(100)	(137)	
Pagamento de juros sobre notas comerciais escriturais	(6.309)	(7.681)	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	39.914	37.068	
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições ao imobilizado	(327)	(663)	
Adições ao ativo de contrato e intangível	(27.151)	(21.050)	
Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível	34	15	
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(28.108)	(21.698)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	(6.097)	
Captações de empréstimos e financiamentos	21.206	(724)	
Pagamento dos arrendamentos	(732)	(724)	
Pagamento das notas comerciais escriturais	(14.286)	-	
Pagamento dos empréstimos e financiamentos	(12.644)	(11.851)	
Derivativos recebidos	93	26	
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	(6.363)	(18.646)	
Aumento (redução) líquido(a) no caixa e equivalentes de caixa	5.443	(3.276)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	19.298	22.574	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	24.741	19.298	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)</b>			

forma a realizar a devida remuneração dos custos de operação, manutenção e financiamentos decorrentes dos investimentos realizados. O presente contrato de concessão possui cláusula de outorga, sendo está um percentual aplicado sobre a arrecadação bruta oriunda do fornecimento de água tratada e coleta e tratamento de esgoto, além da taxa para custeio com a regulação dos serviços concedidos. Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidas automaticamente para a Prefeitura de Nova Friburgo.

**2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:**  
**2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 (R1) na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária. Em 19 de março de 2025, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

**2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

**2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Concessionária.

**3. Políticas contábeis materiais:**  
**3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

**3.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber. Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa.

**3.3. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o receptor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos.

**3.4. Ativo de contrato:** Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Concessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível.

**3.5. Intangível:** a) Sistema de água e esgoto: A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05). O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. b) Softwares: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-las e fazer com que estejam prontas para ser utilizadas. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada.

**3.6. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: **Ativos financeiros - custo amortizado:** São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. **Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado:** São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação a custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. **Ativos financeiros - mensuração inicial:** No reconhecimento inicial a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. **Ativos financeiros - mensuração subsequente - Custo amortizado:** Esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estáo sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. **Valor justo por meio do resultado:** os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. **Passivos financeiros - reconhecimento inicial:** Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamentos, notas comerciais escriturais, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas. **Passivos financeiros - mensuração subsequente - Custo amortizado:** São contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. **Valor justo por meio do resultado:** são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. **Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e • A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

**3.7. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros:** Os ativos da Concessionária são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária.

**3.8. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos.

**3.9. Tributos:** Imposto de renda e contribuição social correntes: A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base as adições e exclusões temporárias,

oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **Tributos sobre as receitas:** As receitas de serviços estão sujeitas à Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, à alíquota de 1,65% e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, à alíquota de 7,60%. Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados devedoramente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados devedoramente nessas próprias linhas na demonstração do resultado.

**3.10. Provisões:** **Geral:** São reconhecidas quando a Concessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. **Provisões para riscos cíveis e trabalhistas:** O Concessionária é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**3.11. Receita operacional:** i) **Receita de prestação de serviços:** Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados. A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. ii) **Receitas de construção:** A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, a Concessionária estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção.

**3.12. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multas vinculadas à operação e ganhos com derivativos. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva. As despesas financeiras abrangem substancialmente os juros e variação monetária com empréstimos e financiamentos, juros capitalizados, juros sobre arrendamentos, variação monetária sobre contingências, tributos sobre operações financeiras, descontos concedidos e perdas com derivativos. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido.

**3.13. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:** A Concessionária aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Concessionária decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados. **Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1):** esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

**3.14. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Concessionária, estão descritas a seguir. A Concessionária pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **CPC 26 (R1) Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras:** introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. As alterações entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. No Brasil a adoção antecipada não é permitida. A Concessionária está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e notas explicativas às demonstrações financeiras. **IFRS 19 Subsidiárias sem responsabilidade pública:** divulgações: permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido pelo CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas, não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis. A IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. A aplicação da referida norma, até o momento, não será elegível pela Concessionária. **Alterações ao CPC 18:** a atualização do Pronunciamento contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações contábeis individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas demonstrações contábeis separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham impactos nas demonstrações financeiras, visto que a Empresa não possui investimentos. **Alterações ao CPC 02:** as alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham

# ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO LTDA.

CNPJ: 03.119.806/0001-91

Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	31/12/2024		31/12/2023		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	24.679	24.679	19.234	19.234
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	26.014	26.014	25.885	25.885
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	2.283	2.283	1.773	1.773
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	78	78	119	119
Operações com derivativos	Custo amortizado	Nível 2	-	-	106	106
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	2.316	2.316	1.970	1.970
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	75.855	75.855	64.199	64.199
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	-	578	578	759	759
Debitores	Custo amortizado	-	37.610	37.610	52.823	52.823
Ônus da concessão	Custo amortizado	-	313	313	304	304
Debitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	1.187	1.187	843	843

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária. Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 para esses ativos e passivos. 5.2. Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo as operações sujeitas as taxas de juros e riscos de preços. Risco de taxas de juros: Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Concessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Concessionária utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Concessionária obtém empréstimos e financiamentos e notas comerciais escriturais em moedas locais sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("IPCA"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A Concessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI. A análise de sensibilidade, dos juros sobre os equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos e notas comerciais escriturais, utilizou as projeções do CDI e IPCA para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica Focus, do Banco Central do Brasil e do Banco Itaú. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III correspondem a uma alteração positiva e negativa de 25% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Operação	Risco	Valor contábil			Cenário I provável			Cenário II 25%			Cenário III 50%		
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativo													
Equivalentes de caixa	CDI	24.679	28.351	27.433	29.269								
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	2.283	2.623	2.538	2.708								
Passivo													
Empréstimos e financiamentos e Notas comerciais escriturais	IPCA	(76.767)	(80.651)	(79.684)	(81.626)								
Passivo líquido	CDI	(87.526)	(93.011)	(91.644)	(94.386)								
Efeito líquido			(5.485)	(4.118)	(6.860)								
CDI (a.a.)		14,88%											
IPCA (a.a.)		5,06%											

5.3. Risco de liquidez: É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descumprimento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária. As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos aos empréstimos e financiamentos e notas comerciais escriturais, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores não descontados):

Em 31 de dezembro de 2024	Valor contábil		Menos de um ano		Entre um e dois anos		Acima de dois anos	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	2.316	2.316	-	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	76.767	5.890	5.730	65.147				
Passivos de arrendamento	578	354	224	-				
Notas comerciais estruturais	37.721	16.292	14.286	7.143				
Ônus da concessão	313	313	-	-				
Debitos com partes relacionadas	1.187	1.187	-	-				
	118.882	26.352	20.240	72.290				
	Valor contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos				

Em 31 de dezembro de 2023

Fornecedores	1.970	1.970	-	-
Empréstimos e financiamentos	65.396	12.312	4.089	48.995
Passivos de arrendamento	759	759	-	-
Notas comerciais estruturais	-	-	-	-
Ônus da concessão	304	304	-	-
Debitos com partes relacionadas	843	843	-	-
	69.272	16.188	4.089	48.995

5.4. Gestão de capital: Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, emitir novas quotas ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde aos empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento e notas comerciais escriturais, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e 2023 podem ser assim resumidos:

	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	75.855	64.199
Passivos de arrendamento (Nota 15)	578	759
Notas comerciais escriturais (Nota 16)	37.610	52.823
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(24.741)	(19.298)
(-) Operações com derivativos	-	(106)
Dívida líquida (a)	89.302	98.377
Total do patrimônio líquido (b)	119.294	95.274
Total do capital (a+b)	208.596	193.651
Índice de alavancagem financeira - % [a/(a+b)]	42,81%	50,80%

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	62	64
Aplicações financeiras	24.679	19.234
	24.741	19.298

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com remuneração relacionada à média no período findo em 31 de dezembro de 2024 de aproximadamente 101,1% do CDI (100,44% em 2023).

7. Contas a receber de clientes

	31/12/2024	31/12/2023
Clientes (a)	45.580	43.674
Clientes - parcelamento (b)	2.841	3.498
Pontos arrecadadores (c)	938	487
Perdas de créditos das contas a receber	(23.345)	(21.774)
	26.014	25.885

(a) Refere-se ao saldo de contas emitidas e ainda não recebidas, além dos valores fornecidos e ainda não faturados (ajuste por competência). (b) Refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos. (c) Agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária. O aging list de contas a receber é composto da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer		
Faturado	15.278	15.430
Não faturado	7.840	7.481
Vencidas		
Até 30 dias	2.167	2.185
De 31 a 60 dias	779	692
De 61 a 90 dias	404	253
De 91 a 180 dias	1.133	1.143
Mais de 180 dias	21.758	20.475
	49.359	47.659

Abaixo apresentamos a movimentação da provisão para perdas esperadas de créditos:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(21.774)	(21.919)
(+) Constituições	(4.612)	(4.215)
(-) Reversões	3.041	4.360
Saldo final	(23.345)	(21.774)

8. Tributos a recuperar: Os impostos e contribuições a recuperar estão assim representados:

	31/12/2024	31/12/2023
IRPJ	18	-
PIS	3	-
COFINS	12	2
	33	2

9. Aplicações financeiras vinculadas: O montante de R\$ 2.283 (R\$ 1.773 em 2023), corresponde à obrigação da Concessionária constante no Contrato de Financiamento na modalidade FINEM, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, onde a Concessionária se obriga, como garantia do pagamento de quaisquer obrigações do contrato, a constituir uma conta reserva com saldo não inferior ao montante equivalente à soma das prestações de amortizações do principal e juros da dívida, vencíveis nos três meses imediatamente subsequentes. 10. Ativo de direito de uso

Movimentação do ativo de direito de uso	31/12/2024			31/12/2023			
	Saldo em 31/12/2023	Adições	Amortização	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023	Adições	Amortização
Imóveis	603	644	(682)	565	603	644	(682)
	603	644	(682)	565	603	644	(682)

11. Imobilizado	31/12/2024			31/12/2023			
	Saldo em 31/12/2023	Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023	Adições	Depreciação
Equipamentos de informática	583	162	(201)	544	583	162	(201)
Veículos	112	53	(29)	136	112	53	(29)
Máquinas e equipamentos	81	17	(13)	85	81	17	(13)
Móveis e utensílios	341	95	(55)	422	341	95	(55)
	1.117	327	(298)	1.146	1.117	327	(298)

12. Ativo de contrato	31/12/2024			31/12/2023			
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Transferências	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2022	Adições	Transferências
Infraestrutura em construção	61.578	29.846	(19.610)	71.814	61.578	29.846	(19.610)
	61.578	29.846	(19.610)	71.814	61.578	29.846	(19.610)

13. Intangível	31/12/2024			31/12/2023			
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas
Infraestrutura em construção	63.277	21.996	(15)	85.258	63.277	21.996	(15)
	63.277	21.996	(15)	85.258	63.277	21.996	(15)

Custos de empréstimos capitalizados: Os juros de empréstimos e financiamentos são capitalizados nos ativos de concessão durante o período em construção, sendo R\$ 2.432 em 31 de dezembro de 2024, a uma taxa média ponderada de 12,45% a.a. (R\$ 2.217 e 11,23% a.a. em 2023).

14. Fornecedores: Os fornecedores estão assim representados:	31/12/2024			31/12/2023			
	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas
Softwares e aplicativos	15	-	(5)	10	15	-	(5)
Desenvolvimento de projetos	60	-	(60)	-	60	-	(60)
Concessão/Infraestrutura	229.805	(97.086)	132.719	124.205	229.805	(97.086)	132.719
	230.503	(97.774)	132.729	124.220	230.503	(97.774)	132.729

Os valores reconhecidos na linha Concessão/Infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas utilizadas baseiam-se no prazo final da concessão ou na vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Sendo esse montante em 31 de dezembro de 2024 composto pelos seguintes ativos:

Movimentação do intangível:	31/12/2024			31/12/2023			
	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023	Adições	Baixas
Softwares e aplicativos	15	-	(5)	10	15	-	(5)
Concessão/Infraestrutura	124.205	402	(33)	124.574	124.205	402	(33)
	124.220	402	(33)	124.574	124.220	402	(33)

14. Fornecedores: Os fornecedores estão assim representados:

	31/12/2024	31/12/2023
Mercadoria	505	717
Serviços	29	225
Infraestrutura	1.733	942
Outros	49	86
	2.316	1.970

15. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos

Linha de Crédito	Indexador	Juros	31/12/2024		31/12/2023	
			Empréstimos e financiamentos	Arrendamentos	Empréstimos e financiamentos	Arrendamentos
FINAME PSI (a)	TJLP e IPCA	6,00% e 6,75% a.a.	2.272	2.966		
FINEM (b)	IPCA e IPCA	6,08% e 6,49% a.a.	74.495	54.500		
CCB (c)	CDI	0,65% a.a.	-	1.408		
Capital de giro (d)	CDI	1,04% a.a.	-	6.522		
(-) Custos de transação			(912)	(1.197)		
Total de empréstimos e financiamentos			75.855	64.199		
Circulante			5.779	12.200		
Não circulante			70.076	51.999		

Arrendamentos direito de uso (e)

	31/12/2024	31/12/2023
Arrendamentos direito de uso (e)	578	759
Total de arrendamento	578	759
Circulante	354	759
Não circulante	224	-
Endividamento total	76.433	64.958
Endividamento total - Circulante	6.133	12.952
Endividamento total - Não circulante	70.300	52.006

(a) Os contratos FINAME PSI vigentes foram obtidos nos exercícios de 2014 e 2019 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e somam R\$ 5.959 de valor contratado. Os contratos FINAME foram celebrados com prazo de carência entre 18 e 25 meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais durante o período de carência e, após, com pagamentos mensais, com termos previstos para 2024 e 2029. Estas operações têm como objetivo a aquisição de máquinas e equipamentos operacionais para, com a finalidade de expandir, modernizar e reforçar a infraestrutura para dar suporte à operação da Concessionária e são amparadas por alienação fiduciária dos bens e notas promissórias avalizadas por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (controladora). (b) Os contratos FINEM foram obtidos em 2018 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES com R\$ 81.666 de valor contratado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve liberação de R\$ 21.206, restando um saldo a liberar no valor de R\$ 12.193. Os contratos FINEM foram celebrados com prazo de carência de 49 (quarenta e nove) meses para amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais durante o período de carência e, após, com pagamentos mensais, com termo previsto para 2039. Estas operações têm como objetivo a reconstrução, modernização e expansão dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do município de Nova Friburgo e possui como garantia carta de fiança bancária, vinculação da receita e fiança emitida por S

## ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO LTDA.

CNPJ: 03.119.806/0001-91

co, vinculadas à compra e venda de materiais ou das prestações de serviços, oriundos do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (Management Fee) com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. 21. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social realizado é de R\$ 44.000.000 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 44.000 em 2023) e está representado por 44.000.000 (quarenta e quatro milhões) de quotas, no valor de um real cada uma.

	31/12/2024		31/12/2023	
	Quantidade de quotas	Participação (%)	Quantidade de quotas	Participação (%)
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	44.000.000	100	44.000.000	100
Total	44.000.000	100	44.000.000	100

b) Distribuição de lucros e juros sobre o capital próprio: No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram destinados R\$ 6.237 (R\$ 5.288 em 2023) dos lucros acumulados para juros sobre o capital próprio.

	31/12/2024	31/12/2023
22. Receita líquida	156.267	149.204
Receita de prestação de serviços	32.543	22.082
Receita de construção	(899)	(367)
Cancelamentos	187.911	170.919
Receita Bruta		
Deduções da receita bruta:		
PIS e COFINS sobre serviços prestados	(14.323)	(13.730)
Descontos concedidos	(780)	(441)
Receita líquida	172.808	156.748

	31/12/2024	31/12/2023
23. Custos dos serviços prestados	156.267	149.204
Taxas de recursos hídricos e ambientais	(1.345)	(1.287)
Ônus da concessão	(3.583)	(3.411)
Energia elétrica	(8.935)	(8.617)
Custo de construção	(32.543)	(22.082)
Materiais aplicados nos serviços	(5.195)	(4.468)
Salários e benefícios a empregados	(18.977)	(18.518)
Utilização de imóveis e telefonia	(453)	(289)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(4.527)	(4.185)
Serviços de terceiros	(3.192)	(2.794)
Depreciações e amortizações	(10.737)	(10.507)

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras: Aos quotistas da Águas de Nova Friburgo Ltda.: Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Águas de Nova Friburgo Ltda. ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de uma Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 19 de março de 2025. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F; Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-1RJ090174/O

Outros	(278)	(509)
24. Despesas gerais e administrativas	(89.765)	(76.667)
Salários e benefícios a empregados	31/12/2024	31/12/2023
Utilização de imóveis e telefonia	(13.595)	(13.095)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(390)	(629)
Serviços de terceiros	(855)	(751)
Despesas com contencioso	(13.614)	(11.988)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	(513)	(1.179)
Depreciações e amortizações	(141)	(132)
Provisão (reversão) perdas de crédito esperadas para contas a receber	(854)	(727)
Reversões de contingências	(1.571)	145
Outras	323	143
25. Resultado Financeiro	(5.068)	(3.601)
Receitas financeiras	36.278	(31.814)
Rendimentos com aplicações financeiras	2.531	2.926
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(227)	(245)
Juros e multas vinculadas à operação	1.676	1.724
Variáveis monetárias sobre outros ativos	255	44
Ganhos com operações de swap	113	89
Ganho com derivativos	5	75
Outras	313	481
Despesas financeiras	4.666	5.094
Juros com empréstimos e financiamentos	(10.118)	(13.071)
Juros sobre arrendamentos	(92)	(142)
Variável monetária sobre empréstimos e financiamentos	(8)	(39)
Atualização monetária das contingências	362	(76)
Tributos sobre operações financeiras	(415)	(3)
Descontos concedidos	(309)	(735)
Perdas com operações de swap	(3)	(50)
Perda com derivativos	(111)	(91)
Comissão e escrituração	(42)	-
Outras	(602)	(376)
Resultado financeiro	(11.338)	(14.583)
26. Seguros: O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de segu-	(6.672)	(9.489)

ros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2024 está apresentada a seguir:

Ramos	Vigência das apólices	Coberturas
Responsabilidade civil geral	17/01/2025 a 17/01/2026	13.000
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	31/12/2024 a 31/12/2025	132.878
Responsabilidade civil administradores - D&O	27/10/2024 a 27/10/2025	50.000
Riscos operacionais	17/01/2025 a 17/01/2026	75.000
Riscos ambientais	22/12/2024 a 22/12/2025	5.000
Garantia de concessão	24/01/2025 a 24/01/2026	3.123
Seguro de veículos	17/10/2024 a 17/10/2025	200
Garantia judicial	01/01/2021 a 26/10/2028	2.926

27. Transações que não envolvem caixa: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Concessionária realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2024	31/12/2023
Adição de arrendamentos	644	50
Juros capitalizados	2.432	2.217
IRRF sobre swap	17	13
Juros sobre o capital próprio	5.851	1.350
	8.873	3.360

28. Eventos subsequentes: Em 13 de janeiro de 2025, a Concessionária Águas de Nova Friburgo Ltda. firmou o 8º termo aditivo ao contrato de Concessão, objetivando o seguinte: i) redução de determinadas tarifas; ii) ampliação de descontos de tarifa social; iii) incorporação de tarifa de pequeno comércio; iv) expansão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário; v) readequação de metas dos serviços prestados e vi) estabelecimento de medidas de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, através de realinhamento tarifário e ampliação do prazo do Contrato de Concessão por mais 120 meses, a contar do ano de 2039, passando seu término para 01 de julho de 2049.

Danielle Silva de Souza Moreira - Diretor  
Carlos Eduardo Tavares de Castro - Diretor;  
Anderson Xavier de Farias - Contador  
CPF.: 022.482.407-40 - CRC RJ-091850/O-5

Manhã Tarde Noite 30° 21° 85% 06:00 18:01

OUTONO: Sol com poucas nuvens. Chove rápido durante o dia e à noite.

Rio de Janeiro

### PRAIA DE IPANEMA

Tubarão de espécie rara é filmado por mergulhadores

CAIO POSSATI/AE

Um tubarão da espécie Mako (*Isurus oxyrinchus*), considerado raro e em risco de extinção, foi filmado por mergulhadores no domingo passado, após ser visto nas águas do Rio de Janeiro, entre as Ilhas Cagarras e a Praia de Ipanema. O registro foi publicado nas redes sociais pela escola de mergulho Macau Dive e também pela ONG Instituto Mar Urbano, que se apresenta como uma entidade focada em compartilhar conhecimento sobre o ambiente marinho.

"A gente carimbou no nosso álbum de figurinhas do Instituto Urbano um tubarão Mako, pela primeira vez, vivo aqui nas nossas águas", disse Ricardo Gomes, diretor da ONG, que tranquilizou a população sobre os perigos de ter um animal como esse próximo das praias cariocas. "Não é uma notícia para a gente ficar com medo, para causar alarme, o Rio de Janeiro tem um histórico quase zero de incidentes de tubarão", afirmou. Na avaliação dos pesquisadores, quem corre mais riscos são os próprios animais. Cerca de 80 milhões deles são mortos anualmente, afirma o Instituto Mar Urbano.

A espécie é conhecida por nadar a uma velocidade de 70 km/h e ser um predador importante para o equilíbrio do ecossistema marinho.

O instrutor de mergulho Andrew Macau descreveu o momento em que ele e seus alunos avistaram o tubarão. "Nós estávamos chegando próximo da Ilha das Cagarras, quando observamos uma nadadeira caudal e a dorsal vindo em nossa direção", disse.

Ele parou a embarcação e, para a surpresa de Macau, o animal foi até os mergulhadores, que já começaram a gravar com a câmera subaquática. "Foi a primeira vez que eu tive a oportunidade de avistar um no Rio de Janeiro", disse o instrutor. Macau explica também que os mergulhadores chegam a desembolsar cerca de R\$ 6 mil para nadar ao lado de tubarões, em locais como a Colômbia.

### IMUNIZAÇÃO

# Prefeitura retomará vacinação nas escolas nesta quarta-feira

A prefeitura do Rio de Janeiro dará início, hoje, a uma nova edição do Programa Vacina na Escola. A iniciativa envolve a ida de equipes até as instituições de ensino da rede municipal, para atualizar as cadernetas de vacinação de crianças e adolescentes na cidade.

Serão ofertadas todas as vacinas que integram o calendá-

rio de rotina do Programa Nacional de Imunizações (PNI). Atualmente, o Sistema Único de Saúde (SUS) oferece 16 vacinas para crianças e adolescentes, que protegem contra mais de 20 doenças, como meningites, febre amarela, hepatite A, sarampo, caxumba, rubéola, poliomielite e HPV, entre outras.

As escolas particulares inte-

ressam em receber equipes de vacinação também podem solicitar a participação no programa.

A prevenção de doenças por meio de vacinação é especialmente importante em populações como os estudantes, que convivem em grandes grupos de crianças e adolescentes nas salas de aula e em espaços comuns nos intervalos.

# Rio promove vacinação contra sarampo na Central do Brasil

DOUGLAS CORREA/ABRASIL

A Secretaria Municipal de Saúde do Rio vacinou contra o sarampo ontem no terminal de trens da Central do Brasil. A ação faz parte da mobilização contra a doença, que voltou a ter casos confirmados no estado do Rio de Janeiro neste ano. A vacinação, que ocorre das 8 às 16h será retomada amanhã no mesmo local.

Há duas vacinas disponíveis para proteção contra o sarampo: vacina tríplice viral (sarampo, caxumba e rubéola) e a tetraviral (sarampo, caxumba, rubéola e varicela). Ambas são contraindicadas para gestantes.

Os imunizantes também estão disponíveis para crianças e adultos em todas as 239 unidades de Atenção Primária do município, como clínicas da família e centros municipais de saúde.

Ao anunciar a vacinação em pontos de grande circulação, a prefeitura do Rio busca completar o esquema vacinal contra o sarampo para adultos de 18 a 59 anos que não estejam imunizados.

Na rotina do Programa Nacional de Imunizações (PNI) para a vacinação infantil, a pri-

meira dose desta vacina é aplicada aos 12 meses de idade. Aos 15 meses, está prevista a vacina combinada à vacina varicela, a tetraviral.

Caso não tenham sido vacinadas na infância, estão contemplados na vacinação de rotina do PNI as pessoas até 29 anos, com duas doses, em intervalo mínimo de 30 dias; e as pessoas entre 30 e 59 anos, com uma dose.

De acordo com o secretário municipal de Saúde do Rio, Daniel Soranz, "em 2025, até o momento, o município do Rio não registrou nenhum caso da doença, mas há casos recentes em cidades vizinhas", alertou.

### SINTOMAS

O sarampo é uma doença febril aguda, altamente transmissível, que pode acometer pessoas em qualquer faixa etária. Sua transmissão ocorre diretamente por contato direto pessoa a pessoa, por meio de gotículas de secreções expelidas ao falar, tossir ou espirrar.

Além disso, o contágio também ocorre por dispersão de gotículas com partículas virais no ar, em ambientes fechados como, por exemplo, escolas, creches e clínicas.

Principais sintomas do sarampo:

- Manchas vermelhas (exantema) no corpo e febre alta (acima de 38,5°) acompanhada de um ou mais dos seguintes sintomas:
- Tosse seca;
- Irritação nos olhos (conjuntivite);
- Nariz escorrendo ou entupido;
- Mal-estar intenso;

O sarampo é uma doença que pode causar quadros graves, provocando a morte ou deixando sequelas por toda a vida.

Segundo o Ministério da saúde, algumas das complicações do sarampo são:

- Pneumonia — Uma em cada 20 crianças pode desenvolver pneumonia, causa mais comum de morte por sarampo em crianças pequenas;
- Otite média aguda — Chega a acometer uma em 10 crianças com sarampo, e pode resultar em perda auditiva permanente;
- Encefalite aguda — Até quatro em cada 1 mil crianças podem desenvolver essa complicação, que leva à morte em 10% dos casos;
- Morte — Até três em cada 1 mil crianças não resistem à doença.

### ENGENHO NOVO

# Criminosos sequestram cinco ônibus na zona norte do Rio de Janeiro

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

Cinco ônibus foram sequestrados na manhã de ontem no bairro Engenho Novo, no Rio de Janeiro. Criminosos usaram os veículos para deixá-los atravessados visando interromper o trânsito.

O ato foi na Rua Barão do Bom Retiro, importante ligação entre o subúrbio carioca e bairros mais próximos ao centro da cidade, como Vila Isabel, Grajaú e Andaraí.

Segundo a Polícia Militar (PM), o sequestro é uma retaliação de criminosos à ocupação, por parte da PM, do Morro São João, que ocorre desde janeiro. A presença da polícia na comunidade tem como meta principal impedir disputas entre facções rivais dos morros São João e do vizinho Macacos, que duram mais de um ano.

Os cinco ônibus foram deixados no meio da pista sem as chaves, de forma a dificultar a remoção dos veículos. Um reboque foi acionado para liberar a via, na altura da rua Acaré.

### LINHAS

O Rio Ônibus - Sindicato das Empresas de Ônibus do Município do Rio de Janeiro informou que os veículos usados como barricadas são os seguintes:

- B27126 - 639 (Jardim América x Saens Pena)
- A72045 - 422 (Grajaú x Cosme Velho)
- B25588 - 606 (Engenho de

Dentro x Terminal Gentileza) C47574 - 607 (Cascadura x Rio Comprido)

B25598 - 606 (Engenho de

Dentro x Terminal Gentileza) Ainda de acordo com o Rio Ônibus, apenas este ano 27 veículos foram sequestrados.

"Mais uma vez reiteramos o apelo às autoridades de segurança pública, ressaltando a necessidade urgente de se tomar providências para devolver o direito de viver em paz da população carioca", informou a entidade, em nota.

### PREJUÍZOS

Seis linhas que passam pela região ficaram com a operação prejudicada:

- 232 (Lins x Castelo)
- 606 (Engenho de Dentro x Terminal Gentileza)
- SV606 (Engenho de Dentro x Terminal Gentileza)
- 607 (Cascadura x Rio Comprido)
- 638 (Marechal Hermes x Saens Peña)
- 639 (Jardim América x Saens Peña)

### DESVIOS

O Centro de Operações Rio, serviço de monitoramento da prefeitura em tempo real, recomenda os seguintes desvios aos motoristas:

- Do Grande Méier para o Centro ou Grande Tijuca: Rua General Belgarde, Avenida Marechal Rondon e Rua São Francisco Xavier.
- Da Grande Tijuca ou centro para o Grande Méier: Avenida Rei Pelé, Rua São Francisco Xavier e Rua 24 de Maio.

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

publicidade@diariodoacionista.com.br

# ÁGUAS DO PARAIBA S.A.

CNPJ 01.280.003/0001-99

Balanco patrimonial 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)						
	Nota	31/12/2024	31/12/2023			
<b>Ativo</b>						
<b>Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	6	153.262	43.735			
Contas a receber de clientes	7	101.158	94.065			
Estoques		3.514	794			
Despesas antecipadas		654	461			
Créditos com partes relacionadas	21	138	201			
Tributos a recuperar	8	715	1.711			
Outros ativos		1.558	1.185			
		<u>260.999</u>	<u>142.152</u>			
<b>Não circulante</b>						
Aplicações financeiras vinculadas	9	4.056	4.142			
Tributos diferidos	18	-	1.409			
Depósitos judiciais		6	9			
Tributos a recuperar	8	58	80			
Operações com derivativos		-	455			
Ativo de direito de uso	10	35	8			
Imobilizado	11	2.267	2.409			
Ativo de contrato	12	46.678	72.305			
Intangível	13	304.920	267.053			
		<u>358.020</u>	<u>347.870</u>			
		<u>619.019</u>	<u>490.022</u>			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023			
<b>Passivo</b>						
<b>Circulante</b>						
Fornecedores	14	3.073	2.349			
Empréstimos e financiamentos	15	21.145	28.264			
Passivos de arrendamento	15	25	11			
Debêntures e notas comerciais escriturais	16	29.844	37.201			
Obrigações tributárias	17	8.317	7.378			
Obrigações trabalhistas		5.257	5.185			
Obrigações com acionistas	20	69.246	17.142			
Ônus da concessão		56	6.730			
ICMS a devolver a clientes		213	213			
Débitos com partes relacionadas	20	2.143	1.528			
Outras obrigações		3.244	1.297			
		<u>142.563</u>	<u>107.298</u>			
<b>Não circulante</b>						
Empréstimos e financiamentos	15	106.259	125.687			
Passivos de arrendamento	15	11	-			
Debêntures e notas comerciais escriturais	16	189.254	63.869			
Tributos diferidos	18	274	-			
Provisões para contingências	19	2.038	2.440			
		<u>297.836</u>	<u>191.996</u>			
<b>Patrimônio líquido</b>						
Capital social		116.500	116.500			
Reservas de lucros		62.120	74.228			
		<u>178.620</u>	<u>190.728</u>			
		<u>619.019</u>	<u>490.022</u>			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						
<b>Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)</b>						
	Nota	31/12/2024	31/12/2023			
Receita líquida	22	369.388	328.842			
Custo dos serviços prestados	23	(149.061)	(150.412)			
Lucro bruto		<u>220.327</u>	<u>178.430</u>			
Recargas (despesas) operacionais		-	-			
Despesas gerais e administrativas	24	(100.050)	(62.147)			
Outras receitas (despesas) operacionais		(1.194)	1.607			
		<u>(101.244)</u>	<u>(60.540)</u>			
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>119.083</u>	<u>117.890</u>			
Resultado financeiro		-	-			
Receitas financeiras	25	19.247	16.157			
Despesas financeiras	25	(36.491)	(48.687)			
		<u>(17.244)</u>	<u>(32.530)</u>			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		<u>101.839</u>	<u>85.360</u>			
Imposto de renda e contribuição social - corrente	18b	(25.978)	(22.436)			
Imposto de renda e contribuição social - diferido	18b	(1.683)	(2.125)			
Lucro líquido do exercício		<u>74.178</u>	<u>60.799</u>			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						
<b>Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)</b>						
		31/12/2024	31/12/2023			
Lucro líquido do exercício		74.178	60.799			
Outros resultados abrangentes		-	-			
Total do resultado abrangente do exercício		<u>74.178</u>	<u>60.799</u>			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						
<b>Demonstração das mudanças do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)</b>						
<b>Reserva de lucros</b>						
	Capital social	Re-serva legal	Reser-va de investi-mentos	Reten-ção de lucros	Lucros acumu-lados	Patri-mônio líquido
Saldos 1º de janeiro de 2023	116.500	18.265	19.688	27.957	-	182.340
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	60.799	60.799
Dividendos distribuídos	-	-	-	(26.414)	-	(26.414)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(11.647)	-	(11.647)
Proposta de destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	3.040	-	(3.040)	-	-
Reserva de investimentos	-	-	2.166	(2.166)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(14.440)	(14.440)	-
Retenção de lucros	-	-	-	41.153	(41.153)	-
Saldos 31 de dezembro de 2023	116.500	21.325	21.854	31.049	-	190.728
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	74.178	74.178
Dividendos intercalares	-	-	-	(7.360)	(48.500)	(55.860)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(12.375)	-	(12.375)
Proposta de destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	1.975	-	(1.975)	-	-
Reserva de investimentos	-	-	282	(282)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(18.051)	(18.051)	-
Retenção de lucros	-	-	-	5.370	(5.370)	-
Saldos 31 de dezembro de 2024	116.500	23.300	22.136	16.684	-	178.620
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						
<b>Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)</b>						
		31/12/2024	31/12/2023			
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>						
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		101.839	85.360			
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido:		-	-			
Depreciação e amortização		24.195	22.861			
Juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos e amortização de custos de transação		14.294	19.211			
Juros sobre debêntures, notas comerciais escriturais e amortização de custos de transação		19.485	14.606			
Perda com operações de swap		(473)	(193)			
Variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos		923	1.411			
Avaliação monetária das contingências		(173)	(348)			
Provisão (reversão de) para perdas esperadas de créditos das contas a receber		26.900	(6.305)			
Reversões de contingências		(229)	(689)			
Resultado na alienação/baixa de imobilizado/intangível		30	106			
Perda com derivativos		455	77			
Variações dos ativos e passivos		(33.993)	(11.667)			
Contas a receber de clientes		(2.720)	998			
Estoques		3	-			
Depósitos judiciais		657	(2.424)			
Tributos a recuperar		(193)	(245)			
Despesas antecipadas		(373)	(235)			
Outros ativos		86	62			
Aplicações financeiras vinculadas		724	298			
Fornecedores		(6.674)	6.730			
Ônus da concessão		(1.730)	(2.918)			
Obrigações tributárias		72	644			
Obrigações trabalhistas		678	317			
Partes relacionadas, líquidas		1.947	85			
Outras obrigações		145.730	127.742			
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(24.730)	(22.169)			
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos		(15.474)	(19.320)			
Pagamento de juros sobre arrendamentos		(3)	(2)			
Pagamento de juros sobre debêntures e notas comerciais escriturais		(16.193)	(14.706)			
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>89.330</u>	<u>71.545</u>			
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>						
Adições ao imobilizado		(556)	(621)			
Adições ao ativo de contrato e intangível		(34.793)	(38.701)			
Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível		63	205			
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos		<u>(35.286)</u>	<u>(39.117)</u>			
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>						
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(32.326)	(47.747)			
Captações de debêntures e notas comerciais escriturais		146.573	-			
Captações de empréstimos e financiamentos		-	497			
Pagamento de arrendamentos		(24)	(24)			
Pagamento de debêntures e notas comerciais escriturais		(31.860)	(6.074)			
Pagamento de empréstimos e financiamentos		(27.280)	(21.713)			
Derivativos recebidos		400	137			
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento		<u>55.483</u>	<u>(74.924)</u>			
Aumento (redução) líquido(a) no caixa e equivalentes de caixa		<u>109.527</u>	<u>(42.496)</u>			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		43.735	86.231			
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>153.262</u>	<u>43.735</u>			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)</b>						

convenção Pública nº 001/96 de 16 de setembro de 1996, com prazo inicial de 30 anos prorrogáveis contados da data de emissão da ordem de serviço inicial, que foi em 14 de setembro de 1999. Em 23 de novembro de 2007, 20 de maio de 2015 e 6 de março de 2020 foram assinados termos aditivos para prorrogação de mais 108, 72 e 180 meses, respectivamente, passando o término do contrato para setembro de 2059. Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários no perímetro urbano do Município de Campos, Estado do Rio de Janeiro. O serviço público de água e esgoto compreende os serviços de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e a cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessárias à consecução deste objeto ao longo do período da Concessão. A remuneração da Concessionária pelos serviços prestados considera a tarifa contratual cobrada diretamente dos usuários, conforme proposto no contrato de concessão, e tem por base os volumes de água e esgoto faturáveis e demais serviços, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido pela Concessionária. A tarifa, conforme contrato, será reajustada anualmente ou toda vez que for comprovada quebra do equilíbrio econômico-financeiro para uma das partes, de forma a realizar a devida remuneração dos custos de operação, manutenção e financiamentos, decorrentes dos investimentos realizados. Fim do prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidas automaticamente para a Prefeitura de Campos dos Goytacazes. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** 2.1. **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCP/07(R1), na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária. Em 19 de março de 2025, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Concessionária. **3. Políticas contábeis materiais:** 3.1. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, através da provisão para perdas esperadas de créditos das contas a receber. Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa. **3.3. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o receptor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Benefetórias em imóveis de terceiros	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Outros imobilizados	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. **3.4. Ativo de contrato:** Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Concessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível. **3.5. Intangível:** a) **Sistema de água e esgoto:** A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCP/05 desse mesmo Comitê (OCP/05). O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. b) **Softwares:** As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. **3.6. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: **Ativos financeiros - custo amortizado:** São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. **Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado:** São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. **Ativos financeiros - mensuração inicial:** No reconhecimento inicial a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. **Ativos financeiros - mensuração subsequente:** • **Custo amortizado:** esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. • **Valor justo por meio do resultado:** os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. **Passivos financeiros - reconhecimento inicial:** Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas. **Passivos financeiros - mensuração subsequente:** • **Custo amortizado:** são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. • **Valor justo por meio do resultado:** são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. **Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e • A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retenendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.7. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros:** Os ativos da Concessionária são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária. **3.8. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data

do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. **3.9. Tributos: imposto de renda e contribuição social correntes:** A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa da contribuição social e as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixo na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **Tributos sobre as receitas:** As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS")	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	7,6%

Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado. **3.10. Provisões:** Geral: São reconhecidas quando a Concessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. **Provisões para riscos civis e trabalhistas:** O Concessionária é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.11. Receita operacional:** i) **Receita de prestação de serviços:** Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo

# ÁGUAS DO PARAIBA S.A.

CNPJ 01.280.003/0001-99

As receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com último faturamento de cada ciclo de leitura. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.15 e 7.5. **Gestão de riscos financeiros:** 5.1. **Instrumentos financeiros por categoria:** A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Concessionária, em 31 de dezembro de 2024, são como segue:

Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	31/12/2024		31/12/2023		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	153.194	153.194	43.690	43.690
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	101.158	101.158	94.065	94.065
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	4.056	4.056	4.142	4.142
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	138	138	201	201
Operações com derivativos	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	-	-	455	455
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	3.073	3.073	2.349	2.349
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	127.404	127.404	153.951	153.951
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	-	36	36	11	11
Debêntures e notas comerciais escriturais	Custo amortizado	-	219.098	219.098	101.070	101.070
Ônus da concessão	Custo amortizado	-	56	56	6.730	6.730
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	2.143	2.143	1.528	1.528

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária. Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 para esses ativos e passivos. **5.2. Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços. **Risco de taxas de juros:** Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Concessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Concessionária utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações, assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Concessionária obtém empréstimos e financiamentos, debêntures ou notas escriturais em moedas locais sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), do Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("IPCA"), da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") e da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("SELIC"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A Concessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI. A análise de sensibilidade, dos juros sobre os equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, debêntures e notas comerciais escriturais, utilizou as projeções do CDI, IPCA, TJLP e SELIC para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Itaú O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. Os cenários 2 e 3 correspondem a uma alteração positiva e negativa de 25% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Operação	Risco	Valor contábil			
		Cenário I provável	Cenário II -25%	Cenário III +25%	
Ativo					
Equivalentes de caixa	CDI	153.194	175.989	170.290	181.688
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	4.056	4.660	4.509	4.810
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	CDI	(33.847)	(38.883)	(37.624)	(40.143)
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(2.420)	(2.542)	(2.512)	(2.573)
Empréstimos e financiamentos	SELIC	(737)	(848)	(820)	(875)
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(92.430)	(100.508)	(98.493)	(102.533)
Debêntures e notas comerciais escriturais	CDI	(67.898)	(78.001)	(75.475)	(80.527)
Debêntures e notas comerciais escriturais	IPCA	(158.701)	(166.731)	(164.732)	(168.747)
Passivo líquido		(198.783)	(206.864)	(204.857)	(208.900)
Efeito líquido		(8.081)	(6.074)	(10.117)	
CDI (a.a.)		14,88%			
IPCA (a.a.)		5,06%			
SELIC (a.a.)		15,00%			
TJLP (a.a.)		8,74%			

**5.3. Risco de liquidez:** É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária. As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos aos empréstimos, financiamentos, debêntures e notas comerciais escriturais, 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores não descontados):

Operação	Valor contábil			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos	
Em 31 de dezembro de 2024				
Fornecedores	3.073	3.073	-	-
Empréstimos e financiamentos	129.434	21.299	18.672	89.463
Passivos de arrendamento	36	25	11	-
Ônus da concessão	56	56	-	-
Debêntures e notas comerciais escriturais	226.599	30.468	25.714	170.417
Débitos com partes relacionadas	2.143	2.143	-	-
	361.341	57.064	44.397	259.890
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	2.349	2.349	-	-
Empréstimos e financiamentos	156.135	28.418	20.275	107.442
Passivos de arrendamento	11	11	-	-
Ônus da concessão	6.730	6.730	-	-
Debêntures e notas comerciais escriturais	101.764	37.478	25.714	38.572
Débitos com partes relacionadas	1.528	1.528	-	-
	268.517	76.514	45.989	146.014

**5.4. Gestão de capital:** Os objetivos da Concessionária são administrar seu capital sob os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde aos empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento, debêntures e notas comerciais escriturais subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e 2023 podem ser assim resumidos:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	127.404	153.951		
Passivos de arrendamento (Nota 15)	36	11		
Debêntures e notas comerciais escriturais (Nota 16)	219.098	101.070		
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(153.262)	(43.735)		
(+/-) Operações com derivativos	-	(455)		
Dívida líquida (a)	193.276	210.842		
Total do patrimônio líquido (b)	178.620	190.728		
Total do capital (a+b)	371.896	401.570		
Índice de alavancagem financeira - % [a/(a+b)]	51,97%	52,50%		

**6. Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	68	45
Aplicações financeiras	153.194	43.690
	153.262	43.735

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com remuneração relacionada à média no período findo em 31 de dezembro de 2024 de aproximadamente 102,16% do CDI (100,61% em 2023).

**7. Contas a receber de clientes**

	31/12/2024	31/12/2023
Clientes (a)	250.689	226.848
Clientes - parcelamento (b)	19.155	18.914
Pontos arrecadadores (c)	1.349	2.482
Perdas esperadas de créditos das contas a receber	(170.035)	(154.179)
	101.158	94.065

(a) Representa o saldo de contas emitidas e ainda não recebidas, além dos valores fornecidos ainda não faturados (ajuste por competência). (b) Refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos. (c) Refere-se aos agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária. O aging list de contas a receber é composto da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
Faturado	53.487	50.152
Não faturado	17.810	16.417
Vencidas	-	-
Até 30 dias	9.966	9.319

De 31 a 60 dias	5.351	5.280
De 61 a 90 dias	3.614	3.900
De 91 a 180 dias	10.752	9.712
Mais de 180 dias	170.213	153.464
	271.193	249.244

Abaixo apresentamos a movimentação da provisão para perdas esperadas de créditos das contas a receber:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(154.179)	(160.484)
(+) Constituições	(44.820)	(42.227)
(-) Reversões	17.920	48.532
(-) Baixas de incobráveis	11.044	-
Saldo final	(170.035)	(154.179)

**8. Tributos a recuperar:** Os impostos e contribuições a recuperar estão assim representados:

	31/12/2024	31/12/2023
PIS	125	123
COFINS	576	564
IRPJ	58	1.104
Outros	14	-
	773	1.791
	715	1.711
	58	80

**9. Aplicações financeiras vinculadas:** O montante R\$ 4.056 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 4.142 em 2023) corresponde à obrigação da Concessionária constante no Contrato de Financiamento na modalidade FINEM, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, onde a Concessionária se obriga, como garantia do pagamento de quaisquer obrigações do contrato, a constituir uma conta reserva com saldo não inferior ao montante equivalente à soma das prestações de amortizações do principal e juros da dívida, vencíveis nos três meses imediatamente subsequentes.

**10. Ativo de direito de uso**

	31/12/2024		31/12/2023	
	Amortização acumulada	Valor líquido	Amortização acumulada	Valor líquido
Imóveis	49	(14)	35	102
	49	(14)	35	102

**Movimentação do ativo de direito de uso:**

	31/12/2022		31/12/2023		31/12/2024	
	Saldos em 31/12/2022	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2023	Adições	Amortização
Imóveis	8	49	(22)	35	49	(22)
	8	49	(22)	35	49	(22)
	27	-	(19)	8	27	(19)
	27	-	(19)	8	27	(19)

**11. Imobilizado**

	Taxa de depreciação anual	31/12/2024		31/12/2023	
		Custo	Valor líquido	Custo	Valor líquido
Equipamentos de informática	20%	2.548	(1.686)	862	925
Veículos	20%	998	(579)	419	450
Máquinas e equipamentos	10%	261	(181)	80	76
Móveis e utensílios	10%	1.779	(897)	882	933
Benefetorias em imóveis de terceiros	4%	41	(17)	24	25
		5.627	(3.360)	2.267	2.409

**Movimentação do imobilizado**

	31/12/2023		31/12/2024	
	Saldos em 31/12/2023	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2024
Equipamentos de informática	925	290	(12)	(341)
Veículos	450	134	-	(165)
Máquinas e equipamentos	76	20	-	(16)
Móveis e utensílios	933	112	(10)	(153)
Benefetorias em imóveis de terceiros	25	-	-	(1)
	2.409	556	(22)	(676)
	2.409	556	(22)	2.267

**12. Ativo de contrato**

	31/12/2022		31/12/2023		31/12/2024	
	Saldos em 31/12/2022	Adições	Transferências	Saldos em 31/12/2023	Adições	Transferências
Infraestrutura em construção	72.305	33.461	(59.088)	46.678	72.305	33.461
	72.305	33.461	(59.088)	46.678	72.305	33.461
	55.188	36.535	(19.418)	72.305	55.188	36.535
	55.188	36.535	(19.418)	72.305	55.188	36.535

As transferências ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato. **Custos de empréstimos capitalizados:** Os juros de empréstimos e financiamentos são capitalizados nos ativos de concessão durante o período em construção, sendo o montante de R\$ 1.015 em 31 de dezembro de 2024, a uma taxa média ponderada de 12,51% a.a. (R\$ 75 e 11,25% a.a. em 2023).

**13. Intangível**

	Taxa de amortização anual	31/12/2024		31/12/2023	
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Softwares e aplicativos	20%	177	(172)	5	10
Concessão/Infraestrutura		478.433	(173.518)	304.915	267.043
		478.610	(173.690)	304.920	267.053

Os valores reconhecidos na linha concessão/Infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas utilizadas baseiam-se no prazo final da concessão ou na vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Sendo esse montante em 31 de dezembro de 2024 composto pelos seguintes ativos:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Captação	5.651	(943)	4.708	4.749
Auditoras	7.429	(1.144)	6.285	3.776
Estação de Tratamento de Água - ETA Reservatório	14.476	(7.240)	7.236	6.374
Substituição/Expansão de rede de água	364	(78)	286	300
Ligação de água	125.352	(41.024)	84.328	63.169
Ligação de esgoto	16.762	(3.150)	13.612	14.161
Ligação de esgoto	20.863	(3.164)	17.699	14.888
Substituição/Expansão de rede de esgoto	160.193	(70.306)	89.887	84.978
Elevatória - esgoto	22.019	(3.516)	18.503	11.071
Estação de Tratamento de Esgoto - ETE	57.853	(18.188)	39.665	41.784
Emissário	1.831	(441)	1.390	1.463
Benefetorias em imóveis de terceiros	8.191	(3.895)	4.296	3.806
Máquinas e equipamentos	37.062	(20.131)	16.931	16.376
Máquinas e equipamentos - bens arrendados	387	(298)	89	148
	478.433	(173.518)</		



## ÁGUAS DA IMPERATRIZ S.A.

CNPJ 39.523.638/0001-42

Balanco patrimonial 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)			
	Notas	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	57.141	36.353
Contas a receber de clientes	7	10.496	-
Estoques		2.225	-
Despesas antecipadas		394	16
Crédito com partes relacionadas	17	55	-
Operações com derivativos		4.164	-
Tributos a recuperar		602	-
Outros ativos		1.513	17
		<u>76.590</u>	<u>36.386</u>
<b>Não circulante</b>			
Ativo de direito de uso	8	517	776
Imobilizado	9	1.080	683
Ativo de contrato	10	14.827	-
Intangível	11	290.104	307.720
		<u>308.528</u>	<u>309.179</u>
		<u>383.118</u>	<u>345.565</u>
<b>Total do ativo</b>			
	Notas	31/12/2024	31/12/2023
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	12	1.432	723
Empréstimos	13	105.987	-
Passivos de arrendamento	13	299	252
Notas comerciais escriturais	14	226.383	842
Obrigações tributárias		627	15
Obrigações trabalhistas		1.122	-
Ônus da concessão	16	28.972	122.480
Débitos com partes relacionadas	17	842	2.997
Outras obrigações		651	665
		<u>366.315</u>	<u>127.974</u>
<b>Não circulante</b>			
Passivos de arrendamento	13	250	525
Notas comerciais escriturais	14	-	199.261
Tributos diferidos	15	5.033	508
		<u>5.283</u>	<u>200.294</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social		35.003	20.003
Prejuízo acumulado		(23.483)	(2.706)
		<u>11.520</u>	<u>17.297</u>
		<u>383.118</u>	<u>345.565</u>

Demonstração do resultado			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
	Notas	31/12/2024	31/12/2023
<b>Receita líquida</b>			
	19	79.616	-
<b>Custo dos serviços prestados</b>			
	20	(59.347)	-
<b>Lucro bruto</b>			
		<u>20.269</u>	-
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	21	(24.224)	(2.223)
Outras receitas operacionais		29	-
		<u>(24.195)</u>	<u>(2.223)</u>
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>			
		<u>(3.926)</u>	<u>(2.223)</u>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	22	7.534	241
Despesas financeiras	22	(19.860)	(213)
		<u>(12.326)</u>	<u>28</u>
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>			
		<u>(16.252)</u>	<u>(2.195)</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social-diferido</b>			
	15b	(4.525)	(508)
		<u>(20.777)</u>	<u>(2.703)</u>

Demonstração do resultado abrangente			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
	Notas	31/12/2024	31/12/2023
<b>Prejuízo do exercício</b>			
		(20.777)	(2.703)
<b>Outros resultados abrangentes</b>			
		-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>			
		<u>(20.777)</u>	<u>(2.703)</u>

Demonstração das mudanças do patrimônio líquido			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
	Capital social	Prejuízo acumulado	Patrimônio líquido
	Realizado	Arrecadado	Arrecadado
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2023</b>			
	3	(3)	(3)
<b>Aumento de capital</b>			
	38.424	(18.424)	20.000
<b>Prejuízo do exercício</b>			
		(2.703)	(2.703)
<b>Saldos 31 de dezembro de 2023</b>			
	38.427	(18.424)	(2.706)
<b>Aumento de capital</b>			
		15.000	15.000
<b>Prejuízo do exercício</b>			
		(20.777)	(20.777)
<b>Saldos 31 de dezembro de 2024</b>			
	38.427	(3.424)	(23.483)
			11.520

Demonstração dos fluxos de caixa			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
	31/12/2024	31/12/2023	
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	(16.251)	(2.195)	
Ajustes para reconciliar o prejuízo e o fluxo de caixa líquido:			
Depreciação e amortização	12.260	70	
Juros sobre empréstimos e arrendamentos e amortização de custos de transação sobre empréstimos	539	25	
Juros sobre notas comerciais escriturais e amortização de custos de transação	13.021	183	
Variáveis cambiais	5.532	-	
Perdas esperadas de crédito de contas a receber	2.500	-	
Ganho com derivativos	(4.164)	-	
Variáveis no ativo e passivo			
Contas a receber de clientes	(12.996)	-	
Estoques	(2.225)	-	
Tributos a recuperar	(602)	-	
Despesas antecipadas	(378)	(16)	
Outros ativos	(1.496)	(17)	
Fornecedores	709	723	
Ônus da concessão	146	-	
Obrigações tributárias	612	15	
Obrigações trabalhistas	1.122	-	
Partes relacionadas, líquidas	(2.210)	2.997	
Outras obrigações	(14)	665	
	(3.895)	2.450	
Pagamento de juros sobre arrendamentos	(84)	(26)	
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(3.979)	2.424	
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Adições ao imobilizado	(628)	(683)	
Adições ao ativo de contrato e intangível	(89.300)	(183.744)	
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(89.928)	(184.427)	
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Aumento de capital	15.000	20.000	
Captação e custos de transação de notas comerciais escriturais	(49)	198.424	
Captação de empréstimo	100.000	-	
Pagamento dos arrendamentos	(256)	(68)	
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	114.695	218.356	
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	20.788	36.353	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	36.353	-	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	57.141	36.353	

**Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. Contexto operacional:** A Águas da Imperatriz S.A. ("Concessionária"), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada na Avenida Feliciano Sodré nº 1014, Várzea, Município de Teresópolis, no Estado do Rio de Janeiro-Brasil, controlada pela Águas da Imperatriz Participações S.A., tem por objeto social a exploração de serviços públicos relativos à gestão, estruturação de projetos de implantação, expansão, restauração e operação do sistema de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto no Município de Teresópolis, bem como a realização das atividades correlatas, complementares, alternativas ou acessórias e a exploração de receitas autorizadas nos termos do Contrato de Concessão resultante da Concorrência Pública nº 002/2023, processo administrativo nº 16.520/2019, celebrado com o Município de Teresópolis (Poder Concedente) em 01 de dezembro de 2023, com prazo de 25 anos, prorrogáveis, a contar da data de assinatura dos serviços e dos sistemas a eles inerentes, ocorrida em 6 de janeiro de 2024. A remuneração da Concessionária pelos serviços prestados considera a tarifa contratual, conforme proposto no contrato de concessão, e tem por base os volumes de água e esgoto futuráveis e demais serviços, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido pela Concessionária. A tarifa, conforme contrato, será reajustada anualmente ou toda vez que for comprovada quebra do equilíbrio econômico-financeiro para uma das partes, de forma a realizar a devida remuneração dos custos de operação, manutenção e financiamentos, decorrentes dos investimentos realizados. O presente contrato de concessão possui cláusula de outorga fixa, devida ao Município de Teresópolis e à Companhia Estadual de Água e Esgotos do Rio de Janeiro-CEDAE, no total de R\$306.200. A primeira parcela, no valor de R\$ 183.720, foi paga em 6 de dezembro de 2023. Em 4 de junho de 2024, foi celebrado o 1º termo aditivo ao contrato de concessão, estabelecendo: (i) redução na tarifa para estabelecimentos comerciais de pequeno porte de consumo; (ii) antecipação de obras de infraestrutura de esgotamento sanitário; (iii) antecipação parcial ao Município de Teresópolis de parte da segunda parcela da outorga fixa, no valor de R\$ 30.000, cujo o valor presente na data de pagamento ao poder concedente foi de R\$ 29.631, tendo a Concessionária reconhecido um desconto financeiro de R\$ 369; (iv) redução do montante relativo à segunda parcela da outorga em R\$ 20.740; e (v) aplicação de dois reajustes de equilíbrio tarifário de 3,63%, a serem aplicados na referência janeiro de 2025 e referência janeiro de 2026, de forma cumulativa ao reajuste tarifário anual. Em 4 e 6 de dezembro de 2024, foram pagos os valores de R\$ 13.051 e R\$ 29.864 de outorga fixa, respectivamente, resultando em um saldo a pagar de R\$ 28.825. Além disso, a Concessionária possui os seguintes compromissos mensais de pagamento: i) outorga mensal (1% sobre a receita arrecadada no mês anterior); ii) custo da regulação e fiscalização, destinado à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro-AGENER-SA (0,5% sobre a receita arrecadada no mês anterior) e iii) custo de manutenção, proteção e preservação das nascentes destinado ao Fundo de Proteção das Nascentes (1% sobre a receita arrecadada no mês anterior). Fim do prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidos automaticamente para a Prefeitura de Teresópolis. O passivo circulante está superior ao ativo circulante no montante de R\$ 289.725 em 31 de dezembro de 2024. Não observamos riscos ao refinanciamento, uma vez que a Concessionária goza de boa avaliação creditícia junto às instituições financeiras adicionais, o acionista indireto controlador da Concessionária possui habilidade e intenção de buscar financiamentos e de prover recursos financeiros adicionais, para eventual de necessidade da Conces-

sionária. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:** **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCP 07 (R1), na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária. Em 19 de março de 2025, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Concessionária. **3. Políticas contábeis materiais:** **3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito esperadas de contas a receber. Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa. **3.3. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o receptor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseado no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes: Equipamentos de informática 5 anos; Máquinas e equipamentos 10 anos; Móveis e utensílios 10 anos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. **3.4. Ativo de contrato:** Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Companhia de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível. **3.5. Intangível:** a) Sistema de água e esgoto: A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCP 05 desse mesmo Comitê (OCP 05). O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. b) Ônus da concessão: Refere-se ao ônus da concessão (outorga) registrado no ativo intangível (Nota 9), pago no início da concessão. A amortização reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. c) Softwares: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. **3.6. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: **Ativos financeiros-custo amortizado:** São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. **Ativos financeiros-valor justo por meio do resultado:** São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado dos ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. **Ativos financeiros-mensuração inicial:** O reconhecimento inicial a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. **Ativos financeiros-mensuração subsequente:** • *Custo amortizado:* esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. • *Valor justo por meio do resultado:* os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. **Passivos financeiros-reconhecimento inicial:** Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, notas comerciais escriturais, passivos de arrendamento, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas. **Passivos financeiros-mensuração subsequente:** • *Custo amortizado:* são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. • *Valor justo por meio do resultado:* são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. **Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e • A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.7. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros:** Os ativos da Concessionária são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária. **3.8. Tributos: Imposto de renda e contribuição social correntes:** A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **3.9. Receita operacional:** i) *Receita de prestação de serviços:* Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados. ii) *Receitas de construção:* A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, a

Concessionária estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção. **3.10. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros, multas vinculadas à operação e ganho com derivativos. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva. As despesas financeiras abrangem substancialmente os juros com empréstimos e financiamentos, juros sobre arrendamentos e descontos concedidos. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido. **3.11. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:** A Concessionária aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Concessionária decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados. **Acordos de financiamento de fornecedores-Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1):** esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. **3.12. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Concessionária, estão descritas a seguir. A Concessionária pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **CPC 26 (R1) Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras:** introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. As alterações entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. No Brasil a adoção antecipada não é permitida. A Concessionária está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e notas explicativas às demonstrações financeiras. **IFRS 19 Subsidiárias sem responsabilidade pública:** divulgações: permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis. A IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. A aplicação da referida norma, até o momento, não será elegível pela Concessionária. **Alterações ao CPC 18:** a atualização do Pronunciamento contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações contábeis individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas demonstrações contábeis separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham impactos nas demonstrações financeiras, visto que a Concessionária não possui investimentos. **Alterações ao CPC 02:** as alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham impactos nas demonstrações financeiras da Concessionária. **4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras pela Concessionária requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em exercícios futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado. **Estimativas e premissas contábeis:** As principais premissas relativas a incertezas nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo o risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir: a) *Vida útil dos ativos intangíveis:* Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Concessionária. b) *Provisão para perdas esperadas de créditos das contas a receber:* A Companhia registra as perdas esperadas de créditos das contas a receber, considerando a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, vencimento da carteira de contas a receber e expectativas de perdas futuras. Ainda que a Companhia acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes. c) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:* Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhoraria a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para

**ÁGUAS DA IMPERATRIZ S.A.**

CNPJ 39.523.638/0001-42

Notas comerciais escriturais	CDI	(227.145)	(260.944)	(252.494)	(269.394)
Passivo líquido		(276.041)	(317.116)	(306.847)	(327.385)
Efeito líquido		(41.075)	(30.806)	(51.344)	
CDI (a.a.)			14,88%		

5.3. Risco de liquidez: É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária. As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos às notas comerciais escriturais, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores não descontados):

	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2024				
Fornecedores	1.432	1.432	-	-
Empréstimos	105.987	105.987	-	-
Passivos de arrendamento	549	299	250	-
Notas comerciais escriturais	226.383	226.383	-	-
Ônus da concessão	28.972	28.972	-	-
Débitos com partes relacionadas	842	842	-	-
	364.165	363.915	250	-

	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	723	723	-	-
Passivos de arrendamento	777	252	286	239
Notas comerciais escriturais	201.629	1.629	200.000	-
Ônus da concessão	122.480	122.480	-	-
Débitos com partes relacionadas	2.997	2.997	-	-
	328.606	128.081	200.286	239

5.4. Gestão de capital: Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde às notas comerciais escriturais e passivos de arrendamento, subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e 2023 podem ser assim resumidos:

	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos (Nota 13)	105.987	-
Passivos de arrendamento (Nota 13)	549	777
Notas comerciais escriturais (Nota 14)	226.383	200.103
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(57.141)	(36.353)
Dívida líquida (a)	275.778	164.527
Total do patrimônio líquido (b)	11.520	17.297
Total do capital (a+b)	287.298	181.824
Índice de alavancagem financeira - % [a/(a+b)]	95,99%	90,49%

6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e bancos	50	8
Aplicações financeiras	57.091	36.345
	57.141	36.353

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário-CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

7. Contas a receber de clientes

	31/12/2024	31/12/2023
Clientes (a)	12.238	-
Clientes-parcelamento (b)	609	-
Pontos arrecadadores (c)	149	-
Perdas esperadas de créditos das contas a receber	(2.500)	-
	10.496	-

(a) Representa o saldo de contas emitidas e ainda não recebidas, além dos valores fornecidos ainda não faturados (ajuste por competência). (b) Refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos. (c) São agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária. O *aging list* de contas a receber é composto da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer		
Faturado	4.095	-
Não faturado	3.668	-
Vencidas		
Até 30 dias	1.562	-
De 31 a 60 dias	743	-
De 61 a 90 dias	457	-
De 91 a 180 dias	1.265	-
Mais de 180 dias	1.206	-
	12.996	-

Movimentação da provisão para perdas esperadas de créditos das contas a receber:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	-	-
(+) Adições	(2.817)	-
(-) Reversões	317	-
Saldo final	(2.500)	-

8. Ativo de direito de uso

	31/12/2024	31/12/2023
Custo		
Amortização acumulada		
Valor líquido		
Imóveis	874	(357)
	874	(357)

Movimentação do ativo de direito de uso

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 31/12/2023	776	27
Adições	27	(286)
Amortização	(70)	-
Saldo em 31/12/2024	776	776

9. Imobilizado

	31/12/2024	31/12/2023
Taxa de depreciação anual		
Depreciação		
Valor líquido		
Equipamentos de informática	20%	615
Veículos	20%	206
Máquinas e Equipamentos	10%	198
Móveis e utensílios	10%	204
Outros	-	-
	1.223	(143)
	1.080	683

Movimentação do imobilizado

	31/12/2023	31/12/2024
Saldo em 31/12/2023	683	628
Adições	(143)	(88)
Reclassificação	-	-
Saldo em 31/12/2024	683	1.080

10. Ativo de contrato

	31/12/2023	31/12/2024
Saldo em 31/12/2023	-	14.827
Adições	-	14.827
Saldo em 31/12/2024	-	14.827

11. Intangível

	31/12/2024	31/12/2023
Taxa de amortização anual	20%	-
Custo	24	19
Amortização	(5)	-
Valor líquido	19	19
Outorga da concessão	4,0134%	299.896
	(11.741)	288.155
Concessão/Infraestrutura	1.565	1.480
	(11.831)	290.104
	307.720	307.720

Os valores reconhecidos na linha de concessão/infraestrutura referem-se a máquinas e equipamentos. Movimentação do intangível:

	31/12/2023	31/12/2024
Saldo em 31/12/2023	24	-
Adições	-	(5)
Reclassificação	-	-
Saldo em 31/12/2024	24	19

Custos de empréstimos capitalizados: Os juros de empréstimos e financiamentos são capitalizados nos ativos de concessão durante o período em construção, sendo o montante de R\$ 13.308 capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.496 e 13,44% a.a. em 2023). 12. Fornecedores: Os fornecedores estão assim representados:

	31/12/2024	31/12/2023
Materiais	163	36
Serviços	801	682
Infraestrutura	452	5
Outros	16	5
	1.432	723

13. Empréstimos e arrendamentos

	31/12/2024	31/12/2023
Contrato de empréstimo internacional (a)	CDI	0,8% a.a.
Total de empréstimos	105.987	-
Circulante	105.987	-
Não circulante	-	-
Arrendamentos	12,41% a.a.	-
Arrendamentos direito de uso	549	777
Total de arrendamentos	549	777
Circulante	299	252
Não circulante	250	525
Endividamento total	106.536	777
Endividamento total-Circulante	106.286	252
Endividamento total-Não circulante	250	525

(a) Contrato de empréstimo internacional: Em 21 de novembro de 2024 a Concessionária celebrou contrato de empréstimo com o Itaú Unibanco S.A no valor de € 16.396 (equivalentes a R\$ 100.000 na data da contratação) a taxa de juros contratada é de 3,42% a.a. e o prazo de vencimento do principal e juros é outubro de 2025. A Concessionária contratou um swap para hedge cambial, garantido o pagamento do empréstimo em reais por um valor pré-determinado (CDI + 0,80% a.a.). Esta operação tem como objetivo financiar o capital de giro da Concessionária e possui garantia aval da Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. A movimentação dos empréstimos e passivos de arrendamento é como segue:

Empréstimos e financiamentos

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	-	-
Captação	100.000	-
Juros e encargos financeiros	455	-
Variações cambiais	5.532	-
Saldo final	105.987	-

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:

	31/12/2024	31/12/2023
Passivos de arrendamento	-	286
2025	-	239
2026	-	250
	-	525

14. Notas comerciais escriturais

	31/12/2024	31/12/2023
Principal	CDI	1,60% a.a.
Juros e encargos	27.145	1.629
(-) Custo de transação a apropriar	(762)	(1.526)
	226.383	200.103
Circulante	226.383	842
Não circulante	-	199.261

A movimentação das notas comerciais escriturais é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	200.103	-
Captação	-	200.000
Juros e encargos financeiros	25.516	1.629
Custos de transação	(49)	(1.576)
Amortização dos custos de transação	813	50
Saldo final	226.383	200.103

Em 02 de outubro de 2023 foram emitidas 200.000 notas comerciais escriturais, em série única, integralizadas em 06 de dezembro de 2023, com garantia fidejussória e valor nominal de R\$ 1, perfazendo o total de R\$ 200.000, tendo a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. como fiadora. O prazo de vencimento da dívida é de dois anos, a contar da data de emissão. O saldo do valor nominal unitário não será atualizado monetariamente e deverá ser amortizado em uma única parcela, prevista para 02 de outubro de 2025. Sobre as notas comerciais escriturais incidem juros remuneratórios semestrais correspondentes à variação acumulada de 100% do CDI, acrescida de spread de 1,60% a.a., base 252 dias úteis, desde dezembro de 2023 até a data de vencimento. Os recursos captados serão utilizados exclusivamente para pagamento de outorga fixa e realização de investimentos necessários requeridos pelo contrato de concessão celebrado junto ao Município de Teresópolis, relativos à gestão, estruturação de projetos de implantação, expansão, restauração e operação do sistema de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto. *Covenants*: As notas comerciais escriturais possuem condições contratuais que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*Covenants*) com base em índices financeiros. A Administração acompanha os cálculos destes índices mensalmente, a fim de verificar indícios de não cumprimento dos termos contratuais. Não foram identificadas quebras nos termos contratuais em 31 de dezembro de 2024. 15. Imposto de renda e contribuição social: a) Composição dos tributos diferidos: Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.

	31/12/2023	Resultado	31/12/2024
Arrendamentos	1	-	1
Ativo fiscal diferido	-	-	1
Juros capitalizados	(509)	(4.525)	(5.034)
Passivo fiscal diferido	(509)	(4.525)	(5.034)
Tributos diferidos, líquidos	(508)	(4.525)	(5.033)
b) Conciliação da taxa efetiva			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(16.252)	(2.195)	34%
Alíquota nominal	-	-	34%
Imposto de renda e contribuição social-alíquotas vigentes (Adições) exclusões no cálculo do tributo	5.526	746	-
Permanentes	-	(43)	-
Créditos fiscais sobre despesas temporárias não contabilizados	-	(1.222)	-
Créditos fiscais sobre prejuízos fiscais não contabilizados	-	(32)	-
Outros ajustes	(10.008)	-	-
Total do imposto de renda e da contribuição social	(4.525)	(508)	-
Alíquota efetiva	27,84%	23,13%	-

16. Ônus da concessão: Do valor de R\$ 28.972, R\$ 28.825 refere-se ao valor da outorga fixa e o valor restante refere-se aos seguintes compromissos mensais de pagamento: • Pagamento de outorga mensal, destinada ao município de Teresópolis, no valor correspondente a 1% (um por cento) calculado sobre a receita arrecadada no mês anterior, decorrente da prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; • Pagamento a título de custo da regulação e fiscalização, destinado à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro-AGENERSA, no valor correspondente a 0,5% (meio por cento) calculado sobre a receita arrecadada no mês anterior, decorrente da prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; e • Pagamento a título de custo de manutenção, proteção e preservação das nascentes, cujo valor é recolhido ao Fundo de Proteção e Preservação das Nascentes, no valor correspondente a 1% (um por cento) calculado sobre a receita arrecadada no mês anterior, decorrente da prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. A Concessionária também possui compromissos: (i) em relação a cobertura de água potável de atender 9% da população até 2028 em todo o município da concessão; (ii) em relação a cobertura de esgotamento sanitário de atender 90% da população até 2033 em todo o município da concessão; (iii) reduzir os índices de perdas até 2033 para 25%.

17. Partes relacionadas

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante		
Créditos com partes relacionadas		
Águas do Imperatriz S.A.	6	-
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	49	-
	55	-

Passivo circulante

	31/12/2024	31/12/2023
Débitos com partes relacionadas		
Águas do Imperatriz S.A.	4	-
Águas de Niterói S.A.	13	-
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	780	708
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	45	2.289
	842	2.997

Resultado com partes relacionadas

	31/12/2024	31/12/2023
Custos		
Análises laboratoriais	-	-
Águas do Imperatriz S.A.	(129)	-
Despesas		
Contrato de gestão (Management Fee)	-	-
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	(2.618)	-
	(2.747)	-

Os saldos decorrem de transações entre concessionárias do mesmo grupo econômico, vinculadas à compra e venda de peças de reposição ou das prestações de serviços, oriundos do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (Management Fee) com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. 18. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social subscrito por Águas da Imperatriz Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 38.427 (R\$ 38.427 em 2023) e o capital a integralizar é de R\$3.424 (R\$ 18.424 em 2023), perfazendo R\$ 35.003 de capital realizado (R\$ 20.003 em 2023), que está representado por 38.426.719 (trinta e oito milhões e quatrocentos e vinte e seis mil e setecentos e dezoito) ações ordinárias, nominativas, no valor de um real cada uma. Em 4 de junho de 2024 foi realizado aporte de capital pela Águas da Imperatriz Participações S.A. no montante de R\$ 15.000.

19. Receita líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de prestação de serviços	76.927	-
Receita de construção	13.108	-
Cancelamentos	(1.308)	-
	88.727	-

PIS e COFINS sobre serviços prestados

Descontos concedidos	(6.782)
Receita líquida	(2.329)
	79.616

20. Custos dos serviços prestados

	31/12/2024	31/12/2023
Taxas de recursos hídricos e ambientais	(776)	
Ônus da concessão	(1.516)	
Energia elétrica	(14.234)	
Custo de construção	(13.108)	
Materiais aplicados nos serviços	(3.896)	
Salários e benefícios a empregados	(7.942)	
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(4.001)	
Serviços de terceiros	(1.926)	
Depreciações e amortizações	(11.634)	
Outros custos	(314)	
	(59.347)	

21. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Salários e benefícios a empregados	(8.598)	(6)
Utilização de imóveis e telefonia	(222	

## CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE PARATY S.A.

CNPJ 19.080.515/0001-77

Balanco patrimonial 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)				
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	6	11.324	7.185	
Contas a receber de clientes	7	3.994	3.655	
Estoques		328	126	
Despesas antecipadas		98	70	
Créditos com partes relacionadas	17	11	16	
Tributos a recuperar		36	342	
Convênio - PPP	12	363	3.657	
Adiantamentos a terceiros		71	70	
Outros ativos		41	78	
		<b>16.266</b>	<b>15.199</b>	
<b>Não circulante</b>				
Depósitos judiciais		6	-	
Tributos diferidos		1.438	1.926	
Tributos a recuperar		1	-	
Ativo de direito de uso	8	545	761	
Imobilizado	9	273	348	
Ativo de contrato	10	6.765	3.557	
Intangível	11	1.854	1.658	
		<b>8.541</b>	<b>8.250</b>	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>				
Fornecedores		90	151	
Empréstimos e financiamentos	13	8.052	237	
Passivos de arrendamento	13	229	198	
Obrigações tributárias	14	278	596	
Obrigações trabalhistas		531	703	
Ônus da concessão		6	7	
Débitos com partes relacionadas	17	163	121	
Convênio PPP	12	7.603	6.614	
Outras obrigações		548	512	
		<b>17.500</b>	<b>9.139</b>	
<b>Não circulante</b>				
Empréstimos e financiamentos	13	-	8.009	
Passivos de arrendamento	13	415	642	
		<b>415</b>	<b>8.651</b>	
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social		19.814	19.814	
Prejuízo acumulado		(10.581)	(14.155)	
		<b>9.233</b>	<b>5.659</b>	
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>		<b>27.148</b>	<b>23.449</b>	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				
<b>Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)</b>				
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	
<b>Receita líquida</b>				
Custo dos serviços prestados	19	19.403	21.217	
Lucro bruto	20	(8.091)	(11.581)	
		<b>11.312</b>	<b>9.636</b>	
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>				
Despesas gerais e administrativas	21	(7.041)	(7.095)	
Outras receitas operacionais		1.064	74	
		<b>(5.977)</b>	<b>(7.021)</b>	
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>5.335</b>	<b>2.615</b>	
<b>Resultado financeiro</b>				
Receitas financeiras	22	1.076	961	
Despesas financeiras	22	(1.203)	(1.601)	
		<b>(127)</b>	<b>(640)</b>	
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>5.208</b>	<b>1.975</b>	
Imposto de renda e contribuição social - corrente	15a	(1.147)	(520)	
Imposto de renda e contribuição social - diferido	15a	(487)	1.926	
Lucro líquido do exercício		<b>3.574</b>	<b>3.381</b>	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				
<b>Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)</b>				
	31/12/2024	31/12/2023		
Lucro líquido do exercício	3.574	3.381		
Outros resultados abrangentes	-	-		
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>3.574</b>	<b>3.381</b>		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)</b>				
	Capital social	Prejuízo acumulado	Patrimônio líquido	
	Realiza-ção	A inter- gular	Prejuízo acumulado	
Saldos em 1º de janeiro de 2023	20.744	(930)	(17.536)	2.278
Lucro líquido do exercício	-	-	3.381	3.381
Saldos 31 de dezembro de 2023	20.744	(930)	(14.155)	5.659
Lucro líquido do exercício	-	-	3.574	3.574
Saldos 31 de dezembro de 2024	20.744	(930)	(10.581)	9.233
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				
<b>Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)</b>				
	31/12/2024	31/12/2023		
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	5.208	1.975		
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido:				
Depreciação e amortização	482	462		
Juros sobre empréstimos e financiamentos e arrendamentos e amortização de custos de transação sobre empréstimos e financiamentos	1.115	1.346		
Perdas de créditos das contas a receber	39	465		
Resultado na alienação/baixa de imobilizado/intangível	(46)	(70)		
Receita de construção ativo financeiro - PPP	(2.677)	(6.118)		
Subsídio tarifário - PPP	(550)	-		
<b>Variações dos ativos e passivos</b>				
Contas a receber	(378)	(405)		
Estoques	(202)	15		
Depósitos judiciais	(6)	9		
Tributos a recuperar	171	(413)		
Despesas antecipadas	(28)	(63)		
Outros ativos	36	18		
Fornecedores	(61)	(2)		
Obrigações tributárias	(315)	307		
Obrigações trabalhistas	(172)	173		
Ônus da concessão	(4)	1		
Partes relacionadas, líquidas	47	62		
Outras obrigações	2.623	123		
	<b>5.285</b>	<b>(2.115)</b>		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.017)	(366)		
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.002)	(1.358)		
Pagamento de juros sobre arrendamentos	(111)	-		
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>3.155</b>	<b>(3.839)</b>		
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>				
Adições ao imobilizado	(25)	(134)		
Adições ao ativo de contrato e intangível	(3.570)	91		
Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível	46	75		
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos</b>	<b>(3.549)</b>	<b>32</b>		
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Pagamentos de juros sobre arrendamentos	(195)	(167)		
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos	(197)	(262)		
Parceria Público-Privada - PPP	4.925	6.935		
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos</b>	<b>4.533</b>	<b>6.506</b>		
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	4.139	2.699		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7.185	4.486		
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	11.324	7.185		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)</b>				
<p><b>1. Contexto operacional:</b> A Concessionária Águas de Paraty S.A. ("Concessionária"), sociedade anônima de capital fechado, com sede localizada à Rua Lorival Valentim dos Santos, n.º 297, Vila Colonial, no Município de Paraty, Rio de Janeiro - Brasil, controlada pela SAAB - Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., é uma parceria público-privada patrocinada entre o Município de Paraty (Poder Concedente) e a Concessionária Águas de Paraty S.A. O objeto de concessão pública prevista que fosse aberta licitação para que uma empresa - ou um consórcio de empresas - assumisse a gestão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Distrito Sede de Paraty, com ações para implantação da coleta e do tratamento de efluentes, bem como para melhorias na qualidade e na distribuição da água. O Grupo Águas do Brasil foi o vencedor desta concessão, através do Contrato de Parceria Público-Privada - PPP nº 008/2014, de 04 de fevereiro de 2014, com vigência de 30 anos, prorrogados por mais 10 anos, conforme 3º termo aditivo ao Contrato de PPP, firmado em dezembro de 2024. Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários, dotando a área urbana do distrito sede de Paraty de um novo sistema de esgotamento sanitário e de um sistema de abastecimento de água reestruturado, compatíveis com as necessidades de seus moradores e visitantes. O serviço público de água e esgoto compreende os serviços de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e a cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessários à consecução deste objeto ao longo do período da concessão. A modalidade de concessão patrocinada definida no edital estabelece que os investimentos ocorram através de recursos próprios e de contraprestações públicas, pagas pelo Poder Concedente. Até 2019, os recursos públicos eram provenientes de contraprestações do FECEAM - Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano, da Eletrouclear, bem como pelas contraprestações orçamentárias municipais. No final de 2019, foi assinado o Segundo Aditivo entre a Concessionária e a Prefeitura Municipal de Paraty, objetivando readequar a política tarifária, garantir a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão e substituir o então sistema de garantia pública baseado no Fundo de Parcerias Público Privadas de Paraty por uma nova estrutura assentada na vinculação de receitas de royalties de petróleo. Em 16 de dezembro de 2024, a Concessionária firmou o 3º termo aditivo ao contrato de PPP, objetivando o seguinte: i) estabelecimento de novas metas de atendimento de esgoto; ii) estabelecimento de cronograma e percentual de desconto tarifário regressivo para tarifa de esgoto, quando esta começar a ser aplicada; iii) revisão da contraprestação orçamentária municipal, devida pelo poder público; iv) estabelecimento de medidas compensatórias para garantir a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, através de realinhamento tarifário e ampliação do prazo do Contrato de Concessão por mais 120 meses, a contar do ano de 2044, passando seu término para março de 2054. Os valores de investimentos estimados estão apresentados abaixo: • Investimentos: são estimados investimentos totais na ordem de R\$ 146.165 durante todo o período de concessão. • Contraprestações públicas: totalizarão R\$ 141.400 ao longo dos 40 anos de concessão.</p>				

Esses recursos serão aplicados diretamente em infraestrutura, incluindo a implantação e modernização dos sistemas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e implantação de rede de combate a incêndio no Centro Histórico. Como remuneração pelos serviços, obras e intervenções realizadas no âmbito do contrato, a Concessionária fará jus ao recebimento (i) da receita decorrente da arrecadação das tarifas, de acordo com a estrutura tarifária, as quais serão todas cobradas diretamente dos usuários; (ii) dos preços referentes aos serviços complementares, os quais serão diretamente cobrados dos usuários; (iii) do pagamento da contraprestação orçamentária municipal; (iv) vinculação de receitas de royalties de petróleo; e, ainda, (v) da eventual aferição de receitas extraordinárias. Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidos automaticamente para a Prefeitura de Paraty, sem contrapartida financeira. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 (R1), na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária. Em 19 de março de 2025, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Concessionária. **3. Políticas contábeis materiais: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação, e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. **3.2. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, através da provisão para perdas esperadas de crédito para contas a receber. Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa. **3.3. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o receptor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Benefícios em imóveis de terceiros	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. **3.4. Ativo de contrato:** Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Concessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível. **3.5. Intangível:** a) Sistema de água e esgoto: A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05). O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. b) Softwares: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. **3.6. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: **Ativos financeiros - custo amortizado:** São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. **Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado:** São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. **Ativos financeiros - mensuração inicial:** No reconhecimento inicial a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. **Ativos financeiros - mensuração subsequente:** **Custo amortizado:** esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. **Valor justo por meio do resultado:** os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. **Passivos financeiros - reconhecimento inicial:** Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamentos, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas. **Passivos financeiros - mensuração subsequente:** **Custo amortizado:** são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. **Valor justo por meio do resultado:** são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. **Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e • A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mais transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, há troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **3.7. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros:** Os ativos da Concessionária são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária. **3.8. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. **3.9. Tributos: Imposto de renda e contribuição social correntes:** A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de

duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. **Tributos sobre as receitas:** As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS")	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	7,6%

Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado. **3.10. Provisões:** Geral: São reconhecidas quando a Concessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. **Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas:** O Concessionária é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.11. Receita operacional:** i) **Receita de prestação de serviços:** Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados. A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. **Receitas de construção:** A receita relacionada a construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma

## CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE PARATY S.A.

CNPJ 19.080.515/0001-77

Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	8.052	8.052	8.246	8.246
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	-	644	644	840	840
Ônus da concessão	Custo amortizado	-	6	6	7	7
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	163	163	121	121

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária. Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 para esses ativos e passivos. **5.2. Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços. **Risco de taxas de juros:** Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Concessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Concessionária obtém empréstimos e financiamentos em moedas locais, sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A Concessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI. A análise de sensibilidade, dos juros sobre os equivalentes de caixa e empréstimos e financiamentos (sem os custos de transação) utilizou as projeções do CDI para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Banco Itaú. O cenário I corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III correspondem a uma alteração positiva e negativa de 25% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir

Ativo	Valor contábil	Cenário		
		I provável	II 25%	III 25%
Equivalentes de caixa	11.291	12.971	12.551	13.391
Passivo				
Empréstimos e financiamentos	(8.042)	(9.239)	(8.939)	(9.538)
Passivo líquido	3.249	3.732	3.612	3.853
Efeito líquido		483	363	604
CDI (a.a.)		14,88%		

**5.3. Risco de liquidez:** É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária. As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos aos empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores não descontados):

Em 31 de dezembro de 2024	Valor contábil	Menos de		
		um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Fornecedores	90	90	-	-
Empréstimos e financiamentos	8.052	8.052	-	-
Passivos de arrendamento	644	229	262	153
Ônus da concessão	6	6	-	-
Débitos com partes relacionadas	163	163	-	-
	9.955	8.540	262	153

Em 31 de dezembro de 2023	Valor contábil	Menos de		
		um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Fornecedores	151	151	-	-
Empréstimos e financiamentos	8.246	237	8.009	-
Passivos de arrendamento	840	198	226	415
Ônus da concessão	7	7	-	-
Débitos com partes relacionadas	121	121	-	-
	9.365	714	8.235	415

**5.4. Gestão de capital:** Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e beneficiários as outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condição com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde aos empréstimos e financiamentos e passivos de arrendamento, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e 2023 podem ser assim sumarizados:

	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	8.052	8.246
Passivos de arrendamento (Nota 13)	644	840
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(11.324)	(7.185)
Dívida líquida (a)	(2.628)	1.901
Total do patrimônio líquido (b)	9.233	5.987
Total do capital (a+b)	6.605	7.888
Índice de alavancagem financeira - % [a/(a+b)]	-39,79%	24,10%

**6. Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	33	64
Aplicações financeiras	11.291	7.121
	11.324	7.185

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com remuneração relacionada à média no período findo em 31 de dezembro de 2024 de aproximadamente 96,25% do CDI (101,11% em 2023). **7. Contas a receber de clientes:** As contas a receber correspondem aos serviços de distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotos sanitários e são registradas após aferição do consumo efetivo dos serviços, acrescidos de estimativa de receitas oriundas dos serviços que ainda não foram faturados. As contas a receber estão compostas como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Cientes (a)	9.480	8.871
Cientes - parcelamento (b)	541	803
Pontos arrecadadores (c)	83	52
Perdas de créditos das contas a receber	(6.110)	(6.071)
	3.994	3.655

(a) A conta "Clientes" representa o saldo de contas emitidas e ainda não recebidas, além dos valores fornecidos ainda não faturados (ajuste por competência). (b) A conta de "Clientes - parcelamento" refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos. (c) Os "Pontos arrecadadores" são agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária. O *aging list* de contas a receber é composto da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer		
Faturado	2.318	2.397
Não faturado	920	876
Vencidas		
Até 30 dias	434	426
De 31 a 60 dias	222	213
De 61 a 90 dias	129	126
De 91 a 180 dias	304	273
Mais de 180 dias	5.777	5.415
	10.104	9.726

Abaixo apresentamos a movimentação da provisão para perdas esperadas de créditos das contas a receber:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(6.071)	(5.606)
(+) Constituições	(1.344)	(1.600)
(-) Reversões	1.305	1.135
Saldo final	(6.110)	(6.071)

**8. Ativo de direito de uso**

	31/12/2024		31/12/2023	
	Amortização	Valor	Amortização	Valor
Imóveis	1.074	(529)	545	1.074
	1.074	(529)	545	1.074

	Saldos em 31/12/2022		Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2023	
Imóveis	875	(216)	102	(216)	761	(216)
	875	(216)	102	(216)	761	(216)

**9. Imobilizado**

	Taxa de depreciação anual	31/12/2024		31/12/2023	
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Equipamentos de informática	20%	416	(291)	125	172
Veículos	20%	71	(69)	2	12
Máquinas e equipamentos	10%	36	(24)	12	15
Móveis e utensílios	10%	234	(157)	77	88
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%	107	(50)	57	61
		864	(591)	273	348

**Movimentação do imobilizado**

	Saldos em 31/12/2023		Adições	Depreciação	Reclassificação	Saldos em 31/12/2024
Equipamentos de informática	172	16	(64)	(1)	1	125
Veículos	12	-	(10)	-	-	2
Máquinas e equipamentos	15	-	(3)	-	-	12
Móveis e utensílios	88	9	(20)	-	-	77
Benfeitorias em imóveis de terceiros	61	-	(4)	-	-	57
	348	25	(101)	-	-	273

**10. Ativo de contrato**

	Saldos em 31/12/2022		Transferências	Baixas	Reclassificação	Saldos em 31/12/2023	
Infraestrutura em construção	3.557	3.550	(340)	(1)	(1)	6.765	6.765
	3.557	3.550	(340)	(1)	(1)	6.765	6.765

**Movimentação do ativo de contrato:**

	Saldos em 31/12/2023		Transferências	Baixas	Reclassificação	Saldos em 31/12/2024	
Infraestrutura em construção	3.557	3.550	(340)	(1)	(1)	6.765	6.765
	3.557	3.550	(340)	(1)	(1)	6.765	6.765

Infraestrutura em construção

As transferências ocorridas no exercício de 2024 e 2023 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato.

**11. Intangível**

	Taxa de amortização anual	31/12/2024		31/12/2023	
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Softwares e aplicativos	20%	212	(205)	7	11
Concessão/Infraestrutura		2.602	(755)	1.847	1.647
		2.814	(960)	1.854	1.658

Os valores reconhecidos na linha de concessão/infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada, calculada com base no prazo do contrato de concessão, sendo esse montante em 31 de dezembro de 2024 composto pelos seguintes ativos:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Amortização	Valor líquido	Amortização	Valor líquido
PMI - Proposta de Manifestação de Interesse	602	(212)	390	411
Captação	32	(1)	31	-
Auditorias	1	-	1	-
Estação de Tratamento de Água - ETA	190	(54)	136	144
Reservatório	19	(2)	17	8
Booster	5	-	5	-
Substituição/Expansão de rede de água	204	(33)	171	112
Ligação de água	102	(20)	82	76
Ligação de esgoto	62	(12)	50	52
Substituição/Expansão de rede de esgoto	369	(43)	326	143
Elevatória - esgoto	5	(1)	4	4
Emissária	19	(3)	16	15
Benfeitorias em imóveis de terceiros	22	(2)	20	6
Máquinas e equipamentos	970	(372)	598	676
	2.602	(755)	1.847	1.647

**Movimentação do intangível:**

	Saldos em 31/12/2023		Adições	Amortização	Baixas	Reclassificação	Saldos em 31/12/2024	
Softwares e aplicativos	11	(4)	-	-	-	-	7	
Concessão/Infraestrutura	1.647	20	(161)	1	340	1.847	1.847	
	1.658	20	(165)	1	340	1.854	1.854	

Softwares e aplicativos

Concessão/Infraestrutura

As transferências ocorridas no exercício de 2024 e 2023 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato.

**12. Parceria Público-Privada - PPP:** Conforme descreve a ICPC 01 - Contratos de Concessão e considerando as características estabelecidas no contrato de PPP, a infraestrutura construída é bifurcada em: (i) Ativo de contrato, constituído pela realização dos investimentos e baixado quando dos recebimentos das parcelas dos convênios firmados. (ii) Ativo intangível, compreendendo o direito ao uso, durante o período da concessão, da infraestrutura construída ou adquirida pela Companhia e, consequentemente, ao direito de cobrar aos consumidores pelos serviços prestados ao longo do contrato. O percentual definido para segregação considerou o plano de investimentos a serem realizados durante o prazo de concessão e os valores recebidos/receber através dos convênios. O ativo financeiro e o ativo intangível são originados da receita de construção e os investimentos têm como contrapartida o custo de construção. A recomposição tarifária é composta pela diferença de todos os repasses efetuados pela Prefeitura versus todo o investimento no ativo financeiro. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia registrou R\$ 2.677 de ativo financeiro (R\$ 6.118 em 2023) e recebeu R\$ 2.400 de contrapartida do convênio PPP (R\$ 2.400 em 2023), tendo reconhecido R\$ 550 de subsídio tarifário. Em 31 de dezembro de 2024 a Concessionária possui R\$ 363 de ativo financeiro (R\$ 3.657 em 2023), à medida que o passivo referente ao convênio PPP, que representa os repasses recebidos e ainda não investidos, possui o saldo de R\$ 7.603 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 6.614 em 2023).

**13. Empréstimos, financiamentos e arrendamentos**

	Indexador	Juros	31/12/2024		31/12/2023	
			Saldo	Valor	Saldo	Valor
Empréstimos e financiamentos						
FINAME PSI (a)		6,00% a.a.	9	206		
Capital de giro (b)	CDI	1,80% a.a.	8.043	8.040		
Total de empréstimos e financiamentos			8.052	8.246		
Circulante			8.052	237		
Não circulante			-	8.009		
Arrendamentos						
Arrendamentos direito de uso (Vide nota 8)	15,75% e 15,80% a.a.		644	840		
Circulante			229	198		
Não circulante			415	642		
Endividamento total			8.696	9.086		
Endividamento total - Circulante			8.281	435		
Endividamento total - Não circulante			415	8.651		

(a) FINAME: A linha de crédito FINAME PSI é composta por contratos obtidos no exercício de 2014 junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e somam R\$ 2.700 de valor contratado. Estes contratos foram celebrados com carência de 24 (vinte e quatro) meses para início da amortização do principal, com pagamento de juros trimestrais durante o período de carência e, após, com pagamentos mensais, com vencimentos finais entre 2024 e 2025. Estas operações têm como objetivo a aquisição de máquinas e equipamentos operacionais, com a finalidade de expandir, modernizar e reforçar a infraestrutura para dar suporte à operação da Concessionária e são amparadas por alienação fiduciária dos bens e aval/notas promissórias avalizadas por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. (controladora). (b) Capital de giro: O contrato de capital de giro possui valor de crédito de R\$8.000. Este crédito é amparado por aval prestado por Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., com vencimento para 2025. A movimentação dos empréstimos, financiamentos e arrendamentos é como segue:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Saldo inicial	Saldo final	Saldo inicial	Saldo final
Empréstimos e financiamentos	8.246	8.521	8.246	8.521
Juros e encargos financeiros	1.005	1.209	1.005	1.209
Amortização de principal	(197)	(262)	(197)	(262)
Amortização de juros	(1.002)	(1.222)	(1.002)	(1.222)
Saldo final	8.052	8.246	8.052	8.246

**Arrendamentos**

	31/12/2024		31/12/2023	
	Saldo inicial	Saldo final	Saldo inicial	Saldo final
Arrendamentos	840	904	840	904
Adições	-	102	-	102

Juros e encargos financeiros	110	137
Amortização de principal	(195)	(167)
Amortização de juros	(111)	(136)
Saldo final	644	840

As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:



## ÁGUAS DA IMPERATRIZ PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 51.218.252/0001-22

não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações financeiras compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham impactos nas demonstrações financeiras da Companhia. 4. **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** **Julgamentos:** A elaboração das demonstrações financeiras pela Grupo requer que a Administração adote julgamentos profissionais, estimativas e premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. A incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar à necessidade de ajustes em exercícios futuros no valor contábil do ativo ou passivo afetado. **Estimativas e premissas contábeis:** As principais premissas relativas a incertezas futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir: a) *Vida útil dos ativos intangíveis:* Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pelo Grupo, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pelo Grupo. b) *Provisão para perdas esperadas de créditos das contas a receber:* A Companhia registra as perdas esperadas de créditos das contas a receber, considerando a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, vencimento da carteira de contas a receber e expectativas de perdas futuras. Ainda que a Companhia acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes. c) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:* Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo líquido das despesas de venda e o valor em uso. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. d) *Receita não faturada:* As receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com último faturamento de cada ciclo de leitura. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.10 e 8.5. **Gestão de risco financeiro:** 5.1. **Instrumentos financeiros por categoria:** O Grupo efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros do Grupo em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	31/12/2024		31/12/2023	
		Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
<b>Passivos financeiros</b>					
Fornecedores	-	3	3	-	-
Débitos com partes relacionadas	-	12	12	12	12
<b>Ativos financeiros</b>					
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	57.091	57.091	36.345
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	10.496	10.496	-
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	55	55	-
Operações com derivativos	Valor justo por meio de resultado	-	4.164	4.164	-
Passivos financeiros	Custo amortizado	-	1.435	1.435	723
Fornecedores	Custo amortizado	-	105.987	105.987	-
Empréstimos	Custo amortizado	-	549	549	777
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	-	226.383	226.383	200.103
Notas comerciais escriturais	Custo amortizado	-	28.972	28.972	122.480
Ônus da concessão	Custo amortizado	-	854	854	3.009
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	3.009	3.009	3.009

As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. 5.2. **Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pelo Grupo, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços. **Risco de taxas de juros:** Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. O Grupo utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Companhia e sua controlada obtêm notas comerciais escriturais em moedas locais sujeitas à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. O Grupo também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI. A análise de sensibilidade, dos juros sobre as notas comerciais escriturais e equivalentes de caixa, utilizou as projeções do CDI para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Itaú. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas, e o cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Operação	Risco	Consolidado			
		Valor contábil	Cenário I provável	Cenário II -25%	Cenário III +25%
<b>Ativo</b>					
Equivalentes de caixa	CDI	57.091	65.586	63.462	67.710
<b>Passivo</b>					
Empréstimos	CDI	(105.987)	(121.758)	(117.815)	(125.701)
Notas comerciais escriturais	CDI	(227.145)	(260.944)	(252.494)	(269.394)
Passivo líquido		(276.041)	(317.116)	(306.847)	(327.385)
Efeito líquido		(41.075)	(30.806)	(51.344)	(48.875)
CDI (a.a.)		14,88%			

5.3. **Risco de liquidez:** É o risco de o Grupo não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo. As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos às notas comerciais escriturais, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores não descontados):

Em 31 de dezembro de 2024	Consolidado			
	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Fornecedores	1.435	1.435	-	-
Empréstimos	105.987	105.987	-	-
Passivos de arrendamento	549	299	250	-
Notas comerciais escriturais	226.383	226.383	-	-
Ônus da concessão	28.972	28.972	-	-
Débitos com partes relacionadas	854	854	-	-
	364.180	363.930	250	-

5.4. **Gestão de capital:** Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras empresas do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde às notas comerciais escriturais e passivos de arrendamento, subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e 2023 podem ser assim resumidos:

Em 31 de dezembro de 2023	Consolidado			
	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Fornecedores	723	723	-	-
Passivos de arrendamento	777	252	286	239
Notas comerciais escriturais	201.629	1.629	200.000	-
Ônus da concessão	122.480	122.480	-	-
Débitos com partes relacionadas	3.009	3.009	-	-
	328.618	128.093	200.286	239

5.4. **Gestão de capital:** Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras empresas do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde às notas comerciais escriturais e passivos de arrendamento, subtraídos do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e 2023 podem ser assim resumidos:

Em 31 de dezembro de 2024	Consolidado			
	Valor Contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Empréstimos (Nota 14)	-	-	105.987	-
Passivos de arrendamento (Nota 14)	-	-	549	777
Notas comerciais escriturais (Nota 15)	-	-	226.383	200.103
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(2)	(6)	(57.143)	(36.359)
(Nota 6)				

	(2)	(6)	275.776	164.521
Dívida líquida (a)				
Total do patrimônio líquido (b)	11.506	17.295	11.506	17.295
Total do capital (a+b)	11.504	17.289	287.282	181.816
Índice de alavancagem financeira-% [a/(a+b)]	-	-	95,99%	90,49%
6. Caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	2	6	52	14
Aplicações financeiras	-	-	57.091	36.345
	2	6	57.143	36.359

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Clientes (a)	12.238	-
Clientes-parcelamento (b)	609	-
Pontos arreadores (c)	149	-
Perdas esperadas de créditos das contas a receber	(2.500)	-
	10.496	-

(a) Representa o saldo de contas emitidas e ainda não recebidas, além dos valores fornecidos ainda não faturados (ajuste por competência). (b) Refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos. (c) São agentes arreadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária. O *aging list* de contas a receber é composto da seguinte forma:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
A vencer	4.095	-
Faturado	3.668	-
Não faturado	-	-
Vencidas	-	-
Até 30 dias	1.562	-
De 31 a 60 dias	743	-
De 61 a 90 dias	457	-
De 91 a 180 dias	1.265	-
Mais de 180 dias	1.206	-
	12.996	-

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	-	-
(+) Adições	(2.817)	-
(-) Reversões	317	-
Saldo final	(2.500)	-

	31/12/2024		31/12/2023	
	Amortização acumulada	Valor líquido	Amortização acumulada	Valor líquido
Imóveis	874	(357)	517	846
Movimentação do ativo de direito de uso	-	-	(70)	776

	31/12/2023		31/12/2022	
	Adições	Amortização	Adições	Amortização
Imóveis	776	27	(286)	517

9. **Investimentos:** Os valores dos investimentos estão representados no quadro resumo a seguir:

	Controladora		Investimentos	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Investidas	11.520	17.297	11.520	17.297
Águas da Imperatriz S.A.	11.520	17.297	-	-

Movimentação dos investimentos nas controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	31/12/2023		31/12/2024	
	Capital	Patrimonial	Capital	Patrimonial
Investidas	17.297	15.000	(20.777)	11.520
Águas da Imperatriz S.A.	17.297	15.000	(20.777)	11.520

	28/06/2022		31/12/2023	
	Capital	Patrimonial	Capital	Patrimonial
Investidas	20.000	(2.703)	17.297	-
Águas da Imperatriz S.A.	20.000	(2.703)	17.297	-

As principais informações das controladas em 31 de dezembro de 2024 estão apresentadas a seguir:

	Ativo circulan	Ativo não circulan	Passivo circulan	Passivo não circulan	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Águas da Imperatriz S.A.	76.590	306.528	366.315	5.283	11.520	(20.777)

	31/12/2024		31/12/2023	
	Depreciação	Valor líquido	Depreciação	Valor líquido
Equipamentos de informática	20%	615	(102)	513
Veículos	-	206	(10)	196
Máquinas e Equipamentos	10%	198	(15)	183
Móveis e utensílios	10%	204	(16)	188
Outros	-	10	-	10
	-	1.223	(143)	1.080

	31/12/2023		31/12/2024	
	Adições	Depreciação	Reclassificação	Saldos em 31/12/2024
Equipamentos de informática	398	217	(102)	513
Veículos	-	206	(10)	196
Máquinas e Equipamentos	172	108	(15)	(82)
Móveis e utensílios	103	101	(16)	188
Outros	10	(4)	-	(6)
	683	628	(143)	(88)

	31/12/2022		31/12/2023	
	Adições	Depreciação	Reclassificação	Saldos em 31/12/2023
Máquinas e Equipamentos	-	172	-	172
Equipamentos de informática	-	398	-	398
Móveis e utensílios	-	103	-	103
Outros	-	10	-	10
	-	683	-	683

	31/12/2023		31/12/2024	
	Adições	Depreciação	Reclassificação	Saldos em 31/12/2024
Infraestrutura em construção	-	14.827	-	14.827
	-	14.827	-	14.827

	31/12/2023		31/12/2024	
	Amortização	Valor líquido	Amortização	Valor líquido
Softwares e aplicativos	24	(5)	19	24
Desenvolvimento de projetos	450	(5)	450	50
Outorga da concessão	299.896	(11.442)	273.650	307.696
Concessão/Infraestrutura	1.565	(384)	15.985	-
	301.935	(11.831)	290.104	307.720

Os valores reconhecidos na linha de concessão/infraestrutura referem-se a máquinas e equipamentos.

	31/12/2023		31/12/2024	
	Adições	Reclassificação	Adições	Reclassificação
Softwares e aplicativos	24	-	(5)	-
Desenvolvimento de projetos	450	-	24	450
Outorga da concessão	307.696	13.308	(11.741)	(21.108)
Concessão e infraestrutura	1.477	(85)	88	1.480
	307.720	15.235	(11.831)	(21.108)

	31/12/2022		31/12/2023	
	Adições	Reclassificação	Adições	Reclassificação
Softwares e aplicativos	-	24	-	24
Desenvolvimento de projetos	-	450	-	450
Outorga da concessão	-	299.896	-	273.650
Concessão e infraestrutura	-	1.565	-	15.985
	-	301.935	-	290.104

	31/12/2023		31/12/2024	
	Adições	Reclassificação	Adições	Reclassificação
Materiais	-	163	-	36
Serviços	3	804	-	682
Infraestrutura	-	452</		

## ÁGUAS DA IMPERATRIZ PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 51.218.252/0001-22

Serviços de terceiros		(48)		-		(8.349)		(829)		Despesas financeiras		Responsabilidade civil geral		17/01/2025 a 17/01/2026		13.000			
Despesas com contencioso		-		-		(2)		-		-		Risco de engenharia e responsabilidade civil		31/12/2024 a 31/12/2025		132.878			
Impostos, encargos, taxas e contribuições		-		-		(383)		(3)		-		Obras		17/01/2025 a 17/01/2026		75.000			
Depreciações e amortizações		-		-		(424)		(70)		-		Riscos operacionais		22/12/2024 a 22/12/2025		5.000			
Provisão para perdas esperadas de crédito das contas a receber		-		-		(2.500)		-		-		Riscos ambientais		01/12/2024 a 01/12/2025		7.378			
Despesas com informática		-		-		-		-		-		Garantia de concessão		17/10/2024 a 17/10/2025		100.000			
Despesas com viagens		-		-		-		-		-		Veículos		-		-			
Outras despesas		(13)		(3)		(3.065)		(459)		-		25. Transações que não envolvem caixa: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o Grupo realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:		-		-			
23. Resultado financeiro		Controladora		Consolidado		31/12/2024		31/12/2023		31/12/2024		31/12/2023		Consolidado		31/12/2024		31/12/2023	
Receitas financeiras		-		-		-		253		-		-		-		27		-	
Rendimento com aplicações financeiras		1		-		2.571		(12)		-		-		-		-		846	
PIS e COFINS sobre receitas financeiras		-		-		-		(147)		-		-		-		-		13.308	
Juros e multas vinculadas à operação		-		-		592		-		-		-		-		-		21.109	
Variação cambial		-		-		353		-		-		-		-		-		34.444	
Ganho com derivativos		-		-		4.164		-		-		-		-		-		-	
Outras receitas financeiras		-		-		-		2		-		-		-		-		-	
		1		-		7.535		241		-		-		-		-		-	

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos acionistas da Águas da Imperatriz Participações S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Águas da Imperatriz Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contornar a legislação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 19 de março de 2025. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F; Gláucio Dutra da Silva - Contador - CRC-1R090174/O.

## País

## STF

## Com Bolsonaro no banco dos réus, STF julga trama golpista

RAYSSA MOTTA/AE

Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou ontem, todos os questionamentos processuais apresentados pelas defesas do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e dos outros sete denunciados como integrantes do "núcleo crucial" do plano de golpe.

Os ministros vão decidir hoje se recebem a denúncia oferecida pela Procuradoria-Geral da República (PGR) e tornam réus Bolsonaro e seus aliados. Para isso, é necessário avaliar se há elementos suficientes para iniciar um processo criminal - o que se chama no jargão jurídico de "justa causa da ação penal".

Antes de votar a admissibilidade das acusações, a Primeira Turma analisou, uma a uma, as objeções preliminares levantadas pelas defesas. Com base em argumentos técnicos sobre supostos "vícios" formais no andamento da investigação, os advogados tentavam encerrar prematuramente o inquérito.

Ao descartar os argumentos preliminares, a Primeira Turma do STF abre caminho para receber as acusações.

Os oito acusados que integram o "núcleo crucial" da trama do golpe são defendidos por um elenco de renomados advogados, habilitados ao enfrentamento de importantes batalhas nos tribunais superiores. Eles são conhecidos pela estratégia hábil que adotam e que os levam, muitas vezes, a vitórias surpreendentes. Dominam atalhos dos códigos e regimentos.

No primeiro round do julgamento que pode entrar para a História, os criminalistas foram neutralizados - suas objeções e nulidades foram atropeladas pelos ministros da Primeira Turma do STF. Mas não desistem e agora partem para a próxima etapa do grande confronto judicial.

## SUSPEIÇÕES

Os advogados pediram a suspensão dos ministros Alexandre de Moraes, Flávio Dino e Cristiano Zanin, o que os impediria de participar da votação. Os pedidos foram rejeitados pelo plenário do STF em uma sessão extraordinária convocada pela presidência da Corte na semana passada. A Primeira Turma confirmou nesta terça a decisão. Os ministros argumentaram que a análise deste ponto está superada na medida em que a controvérsia foi analisada pelo colegiado.

Os ministros Luiz Fux e Cármen Lúcia aproveitaram para fazer elogios públicos a Alexandre de Moraes. Fux afirmou que o colega não pode ser afastado do pro-

cesso por ter "atuado com tanta exatidão e competência".

"O ministro comportou-se exatamente no sentido que é dever de todo juiz em qualquer lugar do mundo: atuar com imparcialidade para a garantia dos direitos das partes", acrescentou Cármen Lúcia.

## COMPETÊNCIA DO STF

As defesas dos denunciados também questionaram a competência do STF para processar e julgar o caso. Os advogados alegam que os acusados não têm mais foro por prerrogativa de função e, por isso, o processo deveria tramitar na primeira instância.

O ministro Alexandre de Moraes, relator do caso, lembrou que o tribunal reafirmou sua competência para processar e julgar ações relacionadas ao 8 de Janeiro de 2023, independente do foro dos acusados.

"Não é algo novo. Em 1.494 ações, o Supremo Tribunal Federal reafirmou a sua competência para todos os crimes relacionados ao dia 8 de janeiro de 2023", rebateu Moraes. "O tratamento é igualitário a todos os acusados, a todos os denunciados. Não se justifica nenhum tratamento diferenciado."

Além disso, em julgamento concluído no dia 11 de março, mas que já tinha maioria formada desde setembro de 2024, os ministros do Supremo ampliaram o alcance do foro privilegiado e expandiram a competência da Corte para julgar autoridades e políticos. O tribunal definiu que, quando se tratar de crimes funcionais, o foro deve ser mantido, mesmo após a saída do cargo.

"Os denunciados exerciam cargos que tinham prerrogativa de foro. Mas não há necessidade da análise dessa questão de ordem porque nos casos referentes ao dia 8 de Janeiro, em 1.494 ações nós já confirmamos a competência da turma", acrescentou Moraes.

## PRIMEIRA TURMA

Os denunciados também pediram para ser julgados no plenário do STF e não na Primeira Turma. Desde 2023, segundo o regimento interno do Supremo, ações penais são julgadas nas turmas, para desafogar o plenário e deixá-lo livre para decidir sobre controvérsias constitucionais.

O ministro Luiz Fux foi o único que votou a favor da transferência do julgamento ao plenário do Supremo e ficou vencido. "Essa matéria não é tão pacífica assim. Essa matéria já foi mudada e remudada e voltou-se à tese originária várias vezes". Justificou.

"Peço todas as vênias para

manter a minha coerência que manifestei na semana passada, eu não posso mudar de opinião de uma semana para outra. E quero deixar bem claro que essa posição de vários colegas vencidos não levou em consideração nem capa de processo nem nome de ninguém. Isso é uma resposta técnica."

Os advogados do ex-presidente Jair Bolsonaro defendem que a competência das turmas não se aplica a presidentes e, por extensão, a ex-presidentes, especialmente após a ampliação do foro para além do fim do mandato.

O ministro Alexandre de Moraes argumentou que essa é uma previsão "excepcional" aplicada exclusivamente a presidentes em exercício porque o eventual recebimento da denúncia contra o chefe do Executivo provoca o seu afastamento das funções, o que gera a vacância do Poder Executivo.

"Essa expressa previsão de que a competência é do plenário para o chefe do Poder Executivo fundamenta-se na existência de um regime jurídico constitucional diferenciado a quem está exercendo a chefia de Estado e de governo", explicou Moraes.

Além disso, as defesas alegaram que o julgamento na Primeira Turma suprimiria o chamado "duplo grau de jurisdição", ou seja, a possibilidade de revisão das decisões pelo colegiado completo.

"A ideia do duplo grau de jurisdição é que permita uma revisão de uma decisão monocrática por um órgão colegiado. Nas hipóteses de prerrogativa de foro não se aplica o duplo grau de jurisdição porque o órgão já é colegiado. Isso não é só no Brasil", rebateu Alexandre de Moraes.

## DIVISÃO DO PROCESSO

A defesa do general Augusto Heleno questionou a divisão do processo. Os advogados afirmam que o julgamento não poderia ter sido fatiado - as análises foram divididas conforme os cinco núcleos da denúncia da PGR - e que a ramificação poderia gerar sentenças antagônicas.

Para os ministros, a fragmentação não prejudica as defesas e também não há risco de divergências nas sentenças porque o órgão julgador é o mesmo, a Primeira Turma do STF. A ministra Cármen Lúcia lembrou que a possibilidade de faturamento dos processos penais foi definida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Mensalão, em 2007.

## ACESSO A PROVAS

As defesas também insistem que não tiveram acesso a todas as provas da investigação, como a in-

tegra das conversas extraídas dos celulares apreendidos pela Polícia Federal.

Os advogados alegam que só receberam documentos selecionados pela acusação. Também afirmam que os documentos estavam desorganizados, o que segundo os criminalistas teria dificultado as defesas.

"Não podemos confundir o tamanho da investigação, a complexidade, com querer jogar documentos", rebateu Moraes. O ministro reiterou que todo o acervo probatório usado na denúncia foi franqueado às defesas.

"Não houve nenhum tipo de deslealdade", acrescentou Flávio Dino.

O ministro Luiz Fux afirmou que o relator Alexandre de Moraes "comprovou à sociedade que foi dada vista aos advogados de todos os documentos juntados".

"Houve o cumprimento do que é direito constitucional, ou seja, a garantia de que tudo aquilo que estiver encartado, documentado e que tenha servido de base à acusação esteja disponível", completou Cármen Lúcia.

## VÍCIO NA ORIGEM

A defesa do general Braga Netto alegou que a investigação do golpe é irregular porque foi aberta com base no inquérito das milícias digitais. A investigação das milícias digitais foi instaurada de ofício pelo ministro Alexandre de Moraes a partir do compartilhamento de provas de outro inquérito, o dos atos antidemocráticos, arquivado por iniciativa da PGR.

Os advogados do general alegam que o ministro agiu irregularmente ao mandar investigar fatos que haviam sido dados como encerrados pela Procuradoria-Geral da República.

Os ministros defenderam que compete ao próprio Supremo Tribunal Federal definir os termos de um eventual desmembramento das investigações em tramitação na Corte.

## PESCA PROBATÓRIA

A defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro alegou que ele foi vítima de "pesca probatória" - investigação genérica que mira um alvo específico e tenta produzir provas contra ele sem uma hipótese criminal previamente estabelecida.

O ministro Alexandre de Moraes afirmou que, na verdade, houve um "desencadeamento de investigação". "No curso de uma investigação séria, uma investigação acompanhada pelo Ministério Público, Polícia Federal, Poder Judiciário, se você encontra outros crimes o que você vai fazer? A Polícia vai simplesmente ignorar os demais crimes?"

## Moraes nega que STF esteja condenando 'velhinhas com a bíblia na mão'

ANDRÉ RICHTER/A BRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou ontem que a Corte esteja condenando "velhinhas com a bíblia na mão" pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. O termo é utilizado por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro para se referir às sentenças proferidas pela Corte.

A declaração foi feita durante o julgamento de questões preliminares suscitadas pelas defesas de oito denunciados pela trama golpista, entre eles, o ex-presidente e o general Braga Netto.

Ontem, o Supremo decidiu por receber a denúncia apresentada em fevereiro pela Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o denominado núcleo crucial da trama.

Durante a sessão, Moraes disse que foi criada uma "nar-

rativa mentirosa" para afirmar que a Corte está condenando "velhinhas com a bíblia na mão, que estariam passeando em um domingo ensolarado".

O relator do processo na Primeira Turma apresentou dados que mostram que, das 497 condenações pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, 454 são de pessoas com até 59 anos de idade. Entre 60 e 69 anos foram 36 condenações e entre 70 e 75 anos, sete condenações.

"Essa narrativa se criou e se repete através de notícias fraudulentas pelas redes sociais, fake news, de que são mulheres, só mulheres e idosas [condenadas]", afirmou o ministro.

O julgamento continua para análise das questões preliminares. Em seguida, os ministros vão decidir se Bolsonaro e os demais acusados vão se tornar réus.

## SEGURANÇA

## Ministro Flávio Dino veta uso do termo polícias municipais

GUILHERME JERONYMO/ARASIL

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu em favor de liminar do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), que considerou inconstitucional lei municipal da cidade de Itaquaquecetuba, no interior paulista. A lei alterava nome e funções da Guarda Civil Municipal, que passaria a se chamar Polícia Municipal.

"A denominação 'Guarda Municipal' é um elemento essencial da identidade institucional desses órgãos", diz Flávio Dino na decisão. Segundo o ministro, permitir a mudança abriria um precedente perigoso, que poderia levar à alteração de nomes de outras instituições municipais que têm nomenclatura prevista na Constituição Federal.

Flávio Dino ressalta que a questão não é mera formalidade, mas "traduz a estrutura organizacional e funcional das instituições públicas, assegurando coerência e estabilidade ao ordenamento jurídico em um estado federal, no qual a autonomia dos entes subnacionais é limitada e não significa soberania". O ministro lembra que esses nomes têm rele-

GUSTAVO MORENO/SFT



vância jurídica e delimitam funções, competências e hierarquias institucionais dentro do sistema federativo.

A decisão foi tomada ontem, em resposta a uma reclamação da Associação Nacional de Altos Estudos de Guarda Municipal, que pediu a manifestação do Supremo após a liminar atender a uma ação direta de inconstitucionalidade do Ministério Público de São Paulo.



## ÁGUAS DE JUTURNÁIBA S.A.

CNPJ: 02.013.199/0001-18

futuras e outras importantes fontes de incertezas nas estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de gerar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte, são consideradas a seguir: a) *Vida útil dos ativos intangíveis*: Os ativos intangíveis das concessões de serviços públicos são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Concessionária, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando estão disponíveis para uso, em seu local e na condição necessária para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Concessionária. b) *Provisões para riscos civis e trabalhistas*: A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. c) *Provisão para perdas esperadas de crédito das contas a receber*: A Concessionária registra as perdas esperadas de crédito das contas a receber, considerando a avaliação do histórico de recebimento, tendências econômicas atuais, vencimento da carteira de contas a receber e expectativas de perdas futuras. Ainda que a Concessionária acredite que as premissas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem ser diferentes. d) *Receita não faturada*: As receitas ainda não faturadas representam serviços prestados para os quais ainda não foram realizadas leituras. São reconhecidas com base em estimativas mensais calculadas de acordo com o último faturamento de cada ciclo de leitura. Informações adicionais da receita e contas a receber estão descritas nas Notas 3.11 e 7.5. **Gestão de riscos financeiros**: 5.1 **Instrumentos financeiros por categoria**: A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Concessionária em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são como segue:

Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	31/12/2024		31/12/2023		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	74.873	74.873	98.678	98.678
Contas a receber	Custo amortizado	-	50.409	50.409	47.836	47.836
Crédito com partes relacionadas	Custo amortizado	-	162	162	172	172
Operações com derivativos	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	-	-	115	115
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	-	2.518	2.518	3.666	3.666
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	-	-	15.050	15.050
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	-	377	377	641	641
Debêntures	Custo amortizado	-	301.033	301.033	296.466	296.466
Ônus da concessão	Custo amortizado	-	93	93	90	90
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	1.478	1.478	1.122	1.122

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária. 5.2 **Risco de mercado**: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços. **Risco de taxas de juros**: Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Concessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Concessionária utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerar as suas operações, assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Concessionária obtém empréstimos, financiamentos e debêntures em moedas locais, sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("IPCA"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A Concessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI. A análise de sensibilidade, dos juros sobre os equivalentes de caixa, empréstimos, financiamentos e debêntures (sem os custos de transação) utilizou as projeções do CDI e IPCA para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Focus, do Banco Central do Brasil e Banco Itaú. O cenário I corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III correspondem a uma alteração positiva e negativa de 25% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Operação	Risco	Valor contábil	Cenário provável	Cenário II +25%	Cenário III -25%
Ativo					
Equivalentes de caixa	CDI	74.873	86.014	83.229	88.799
Passivo					
Debêntures	IPCA	(310.372)	(326.077)	(322.166)	(330.019)
Passivo líquido		(235.499)	(240.063)	(238.937)	(241.220)
Efeito líquido			(4.564)	(3.438)	(5.721)
IPCA (a.a.)			5,06%		

5.3 **Risco de liquidez**: É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária. As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos às debêntures, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores não descontados):

Operação	Risco	31/12/2024		31/12/2023	
		Valor contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores		2.518	2.518	-	-
Empréstimos e financiamentos		-	-	-	-
Debêntures		310.372	22.232	18.474	269.666
Passivos de arrendamento		377	216	146	15
Ônus da concessão		93	93	-	-
Débitos com partes relacionadas		1.478	1.478	-	-
		314.838	26.537	18.620	269.681
		Valor contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos
Em 31 de dezembro de 2023					
Fornecedores		3.666	3.666	-	-
Empréstimos e financiamentos		15.090	15.090	-	-
Debêntures		306.890	14.972	17.312	274.606
Passivos de arrendamento		641	340	183	118
Ônus da concessão		90	90	-	-
Débitos com partes relacionadas		1.122	1.122	-	-
		327.499	35.280	17.495	274.724

5.4 **Gestão de capital**: Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condições com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde aos empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento e debêntures, subtraído do montante de caixa, equivalentes de caixa e operações com derivativos. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e 2023 podem ser assim sumarizados:

	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	-	15.050
Passivos de arrendamento (Nota 13)	377	641
Debêntures (Nota 14)	301.033	296.466
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(74.950)	(98.761)
(-) Operações com derivativos	-	(115)
Dívida líquida (a)	226.460	213.281
Total do patrimônio líquido (b)	113.931	102.594
Total do capital (a+b)	340.391	315.875
Índice de alavancagem financeira - % [a/(a+b)]	66,53%	67,52%

6. **Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	77	83
Aplicações financeiras	74.873	98.678
	74.950	98.761

Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com remuneração relacionada à média no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 de aproximadamente 101,94% do CDI (101,26% em 2023).

7. **Contas a receber de clientes**

	31/12/2024	31/12/2023
Clientes (a)	103.493	94.498
Clientes - parcelamento (b)	9.820	10.346
Pontos arrecadadores (c)	2.086	669
Perdas esperadas de créditos das contas a receber	(64.990)	(57.677)
	50.409	47.836

(a) Representa o saldo de contas emitidas e ainda não recebidas, além dos valores fornecidos ainda não faturados (ajuste por competência). (b) Refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos. (c) São agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária. O *aging list* de contas a receber é composto da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer		
Faturado	26.138	24.125
Não faturado	13.805	11.462
Vencidas		
Até 30 dias	6.059	6.571

	31/12/2024	31/12/2023
De 31 a 60 dias	2.840	3.133
De 61 a 90 dias	1.854	1.698
De 91 a 180 dias	4.094	3.773
Mais de 180 dias	60.609	54.731
	115.399	105.513

Abaixo apresentamos a movimentação da provisão para perdas esperadas de créditos das contas a receber:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	(57.677)	(52.386)
(+) Adições	(17.699)	(18.959)
(-) Reversões	10.386	13.688
Saldo final	(64.990)	(57.677)

8. **Ativo de direito de uso**

	31/12/2024	31/12/2023
Imóveis	607	562
	607	562

Movimentação do ativo de direito de uso

	31/12/2024	31/12/2023
Imóveis	562	346
	562	346

9. **Imobilizado**

	31/12/2024	31/12/2023			
Equipamentos de informática	20%	2.711	(1.907)	804	809
Veículos	20%	533	(433)	100	156
Máquinas e equipamentos	10%	99	(52)	47	58
Móveis e utensílios	10%	1.078	(676)	402	382
Benefetorias em imóveis de terceiros	4%	12	(5)	7	7
	4.433	(3.073)	1.360	1.412	

Movimentação do imobilizado

	31/12/2024	31/12/2023		
Equipamentos de informática	809	250	(255)	804
Veículos	156	-	(56)	100
Máquinas e equipamentos	58	-	(11)	47
Móveis e utensílios	382	96	(76)	402
Benefetorias em imóveis de terceiros	7	-	-	7
	1.412	346	(398)	1.360

Equipamentos de informática

	31/12/2024	31/12/2023			
Equipamentos de informática	477	514	(209)	27	809
Veículos	226	-	(10)	(60)	156
Máquinas e equipamentos	35	62	-	(7)	(32)
Móveis e utensílios	380	65	-	(73)	10
Benefetorias em imóveis de terceiros	8	-	(1)	-	7
	1.126	641	(10)	(350)	5

10. **Ativo de contrato**

	31/12/2024	31/12/2023
Infraestrutura em construção	65.803	82.163
	65.803	82.163

Movimentação do ativo de contrato:

	31/12/2024	31/12/2023		
Infraestrutura em construção	82.163	39.728	(56.088)	65.803
	82.163	39.728	(56.088)	65.803

As transferências ocorridas nos exercícios findos em 2024 e 2023 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato. Custos de empréstimos capitalizados: Os juros de empréstimos e financiamentos são capitalizados nos ativos de concessão durante o período em construção, sendo R\$ 15.213 em 31 de dezembro de 2024, a uma taxa média ponderada de 11,32% a.a. (R\$ 5.140 e 13,15% a.a. em 2023).

11. **Intangível**

	31/12/2024	31/12/2023			
Softwares e aplicativos	20%	335	(294)	47	57
Desenvolvimento de projetos	20%	113	(36)	81	109
Concessão/Infraestrutura		324.887	(69.394)	255.493	210.942
		325.355	(69.724)	255.631	211.108

Os valores reconhecidos na linha concessão/Infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas utilizadas baseiam-se no prazo final da concessão ou na vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Sendo esse montante em 31 de dezembro de 2024 composto pelos seguintes ativos:

	31/12/2024	31/12/2023		
Captação	2.352	(410)	1.942	2.037
Adutora	7.776	(1.597)	6.179	2.831
Estação de Tratamento de Água - ETA	8.955	(4.179)	4.776	4.649
Reservatório	6.334	(1.962)	4.372	3.087
Booster	797	(81)	716	748
Elevatória - água	3	-	3	3
Substituição/Expansão de rede de água	143.970	(16.852)	127.118	110.979
Ligação de água	1.905	(371)	1.534	1.613
Substituição/Expansão de rede de esgoto	42.040	(14.341)	27.699	29.287
Elevatória - esgoto	2.360	(250)	2.110	2.076
Estação de Tratamento de Esgoto - ETE	69.966	(13.389)	56.577	31.234
Emissário	195	(43)	152	159
Benefetorias em imóveis de terceiros	7.286	(1.993)	5.293	5.336
Máquinas e equipamentos	30.948	(13.926)	17.022	16.903
	324.887	(69.394)	255.493	210.942

Movimentação do intangível

	31/12/2024	31/12/2023		
Softwares e aplicativos	57	(15)	-	42
Desenvolvimento de projetos	109	(13)	-	96
Concessão/Infraestrutura	210.942	1.966	(13.503)	56.088
	211.108	1.966	(13.531)	56.088

Softwares e aplicativos

	31/12/2024	31/12/2023		
Softwares e aplicativos	29	(11)	39	57
Desenvolvimento de projetos	109	-	-	109
Concessão/Infraestrutura	93.398	3.000	(10.725)	125.269
	93.536	3.000	(10.736)	125.308

As transferências ocorridas nos exercícios findos em 2024 e 2023 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato. 12. **Fornecedores**: Os fornecedores estão assim representados:

	31/12/2024	31/12/2023
Material	830	1.374
Serviços	815	349
Infraestrutura	1.172	1.765
Outros	255	178
	3.072	3.666

13. **Empréstimos, financiamentos e passivos de arrendamento**

	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos		



# ÁGUAS DE NITERÓI S.A.

CNPJ 02.150.336/0001-66

Balço patrimonial 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	117.559	125.195
Contas a receber de clientes	7	75.850	77.477
Estoques		3.981	706
Despesas antecipadas		2.155	2.143
Créditos com partes relacionadas	22	208	382
Tributos a recuperar		103	85
Outros ativos		2.781	2.559
		202.637	208.547
<b>Não circulante</b>			
Outras aplicações financeiras	8	1.543	1.612
Tributos diferidos	17	-	2.831
Depósitos judiciais		15.073	11.879
Tributos a recuperar		133	153
Operações com derivativos		-	493
Ativo de direito de uso	9	67	938
Imobilizado	10	2.850	2.418
Ativo de contrato	11	63.057	62.875
Intangível	12	301.649	289.252
		384.372	372.451
		587.009	580.998
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	13	18.935	18.043
Empréstimos e financiamentos	14	7.259	19.386
Passivos de arrendamento	14	82	1.008
Debêntures e notas comerciais escriturais	15	27.527	35.969
Obrigações tributárias	16	6.475	8.309
Obrigações trabalhistas		7.362	7.938
Ônus da concessão	19	4.206	4.268
Obrigações com acionistas	22	89.078	36.373
ICMS a devolver a clientes	18	2.297	2.193
Débitos com partes relacionadas	22	3.032	2.198
Outras obrigações	20	5.877	5.676
		172.130	141.361
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	14	148.256	115.558
Passivos de arrendamento	14	-	85
Debêntures e notas comerciais escriturais	15	36.243	60.358
Tributos diferidos	17	1.034	-
Provisões para contingências	21	8.041	13.378
		193.574	189.379
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	23	151.000	151.000
Reservas de lucros		70.035	99.258
		221.305	250.258
		587.009	580.998
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	24	635.167	619.801
Custo dos serviços prestados	25	(313.888)	(308.191)
Lucro bruto		321.279	311.610
Receitas (despesas) operacionais		(132.013)	(117.300)
Despesas gerais e administrativas	26	741	715
Outras receitas operacionais		(131.272)	(116.585)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		190.007	195.025
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	27	18.407	21.390
Despesas financeiras	27	(17.480)	(25.283)
		927	(3.893)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		190.934	191.132
Imposto de renda e contribuição social - corrente	17b	(49.448)	(56.158)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	17b	(3.865)	(2.233)
Lucro líquido do exercício		137.621	132.741
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício		137.621	132.741
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do exercício		137.621	132.741
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)						
	Reserva de lucros					
	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimentos	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos 1º de janeiro de 2023	151.000	30.200	4.846	70.503	-	256.549
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	132.741	132.741
Dividendos intermediários	-	-	-	(90.274)	-	(90.274)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(15.573)	(15.573)
Proposta de destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	-	-
Reserva de investimentos	-	-	4.978	-	(4.978)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(33.185)	(33.185)
Retenção de lucros	-	-	-	94.578	(94.578)	-
Saldos 31 de dezembro de 2023	151.000	30.200	9.824	59.234	-	250.258
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	137.621	137.621
Dividendos intermediários	-	-	(9.824)	(47.820)	-	(57.644)
Dividendos intercalares	-	-	-	-	(60.000)	(60.000)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(14.525)	(14.525)
Proposta de destinação do resultado do exercício	-	-	-	-	-	-
Reserva de investimentos	-	-	2.161	-	(2.161)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(34.405)	(34.405)
Retenção de lucros	-	-	-	41.055	(41.055)	-
Saldos 31 de dezembro de 2024	151.000	30.200	2.161	37.944	-	221.305
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.						

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
	31/12/2024	31/12/2023	
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro do exercício antes dos tributos sobre o lucro líquido	190.934	191.132	
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido:			
Depreciação e amortização	26.752	25.169	
Juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos e amortização de custos de transação	7.790	6.410	
Juros sobre debêntures, notas comerciais escriturais e amortização de custos de transação	9.405	13.937	
Ganho com operações de swap	(513)	(208)	
Variações monetárias	648	965	
Atualização monetária das contingências	(3.292)	276	
Provisão para perdas esperadas de créditos das contas a receber	27.963	25.090	
Reversão de contingências	(2.045)	(1.471)	
Resultado na alienação de imobilizado e intangível	(9)	73	
Ganho com derivativos	493	83	
Variações dos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes	(26.336)	(35.014)	
Estoques	(3.275)	57	
Depósitos judiciais	(3.194)	62	
Tributos a recuperar	(742)	(5.933)	
Despesas antecipadas	(12)	(299)	
Outros ativos	(222)	(1.069)	
Outras aplicações financeiras	69	3.033	
Fornecedores	892	1.028	
Ônus da concessão	(62)	256	
Obrigações tributárias	(2.480)	(1.292)	
Obrigações trabalhistas	(576)	957	
ICMS a devolver a clientes	104	120	
Partes relacionadas, líquidas	201	826	
Outras obrigações	201	826	
	223.501	224.398	
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(50.158)	(48.083)	
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(11.965)	(10.322)	
Pagamento de juros sobre arrendamentos	(79)	(196)	
Pagamento de juros sobre debêntures e notas comerciais escriturais	(11.043)	(14.011)	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	150.256	151.786	
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Adições ao imobilizado	(1.199)	(1.215)	
Adições ao ativo de contrato e intangível	(29.309)	(43.659)	
Valor recebido pela venda de imobilizado e intangível	34	239	
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(30.474)	(44.635)	
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(111.689)	(129.014)	
Captações de empréstimos e financiamentos	34.802	49.206	
Pagamento dos arrendamentos	(1.048)	(892)	
Pagamento das debêntures e notas comerciais escriturais	(30.944)	(6.580)	
Pagamento dos empréstimos e financiamentos	(18.972)	(19.227)	
Derivativos recebidos	433	149	
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	(127.418)	(106.358)	
Aumento (redução) líquido(a) no caixa e equivalentes de caixa	(7.636)	793	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	125.195	124.402	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	117.559	125.195	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Águas de Niterói S.A. (a "Concessionária"), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada à Rua Marquês do Paraná, 110, Centro, no Município de Niterói, Rio de Janeiro - Brasil, controlada pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., é uma sociedade de propósito específico de concessão entre a Prefeitura do Município de Niterói, a Empresa Municipal de Moradia, Urbanização e Saneamento - EMUSA e a Águas de Niterói S.A. (Concessionária), através do Contrato de Concessão nº 09/97 de 24 de outubro de 1997, com prazo de 30 anos, prorrogáveis a partir da emissão da ordem de serviço inicial do contrato, que foi em 05 de novembro

de 1999. Em 7 de dezembro de 2007 e em 11 de novembro de 2015 foram assinados termos aditivos que prorrogaram o prazo de concessão para mais 153 e 87 meses, respectivamente, que fez com que o término do contrato passasse para novembro de 2049. Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários no perímetro urbano do município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro. O serviço público de água e esgoto compreende os serviços de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e a cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessárias à consecução deste objeto ao longo do período da Concessão. A remuneração da Concessionária pelos serviços prestados considera a tarifa contratual cobrada diretamente dos usuários, conforme proposto no contrato de concessão, e tem por base os volumes de água e esgoto faturáveis e demais serviços, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido pela Concessionária. A tarifa, conforme contrato, será reajustada anualmente ou toda vez que for comprovada quebra do equilíbrio econômico-financeiro para uma das partes, de forma a realizar a devida remuneração dos custos de operação, manutenção e financiamentos, decorrentes dos investimentos realizados. O presente contrato de concessão possui cláusula de outorga, onde o percentual de 3,233% é aplicado sobre a arrecadação bruta oriunda do fornecimento de água tratada e coleta e tratamento de esgoto. Findo o prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidos automaticamente para a Prefeitura de Niterói sem contrapartida financeira. 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCP 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária. Em 19 de março de 2025, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. 2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Concessionária. 3. Políticas contábeis materiais: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. 3.2. Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, através da provisão para perdas esperadas de crédito para contas a receber. Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os valores originais de vencimento. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa. 3.3. Imobilizado: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o receptor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Benefetórias em imóveis de terceiros	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Outros imobilizados	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. 3.4. Ativo de contrato: Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Concessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível. 3.5. Intangível: a) Sistema de água e esgoto: A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICP 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCP 05 desse mesmo Comitê (OCP 05). O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro: b) Softwares: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. 3.6. Instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: Ativos financeiros - custo amortizado: São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado: São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação a custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. Ativos financeiros - mensuração inicial: No reconhecimento inicial a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Ativos financeiros - mensuração subsequente: Custo amortizado: esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. Valor justo por meio do resultado: os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Passivos financeiros - reconhecimento inicial: Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamentos, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas. Passivos financeiros - mensuração subsequente: Custo amortizado: são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. Valor justo por meio do resultado: são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e • A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. Compensação de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. 3.7. Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros: Os ativos da Concessionária são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária. 3.8. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um

ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. 3.9. Tributos: imposto de renda e contribuição social correntes: A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base as adições e exclusões temporárias, oriundas das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributos sobre as receitas: As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS")	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")	7,6%

Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado. 3.10. Provisões: Geral: São reconhecidas quando a Concessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Provisões para riscos civis e trabalhistas:

## ÁGUAS DE NITERÓI S.A.

CNPJ 02.150.336/0001-66

3.11 e 7.5. **Gestão de riscos financeiros:** 5.1. **Instrumentos financeiros por categoria:** A Concessionária efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores justos, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os valores contábeis e valores justos dos instrumentos financeiros da Concessionária, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, são como segue:

Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	31/12/2024		31/12/2023	
		Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Ativos financeiros					
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	117.495	117.495	125.138
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	75.850	75.850	77.477
Outras aplicações financeiras	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	1.543	1.543	1.612
Operações com derivativos	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	-	-	493
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	208	208	382
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	-	17.399	17.399	18.043
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	155.515	155.515	134.944
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	-	82	82	1.093
Debêntures e notas comerciais escriturais	Custo amortizado	-	63.770	63.770	96.327
Ônus da concessão	Custo amortizado	-	4.206	4.206	4.268
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	3.032	3.032	2.198

As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária. 5.2. **Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições detidas pela Concessionária, incluindo as operações sujeitas às taxas de juros e riscos de preços. **Risco de taxas de juros:** Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Concessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Concessionária utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações, assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Concessionária obtém empréstimos e financiamentos, debêntures e notas comerciais escriturais em moedas locais sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") e da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A Concessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI. A análise de sensibilidade, dos juros sobre os equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas e empréstimos e financiamentos, debêntures e notas comerciais escriturais (sem os custos de transação), utilizou as projeções do CDI, IPCA e TJLP para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica do Banco Itaú e Focus, do Banco Central do Brasil. O cenário I corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III correspondem a uma alteração positiva e negativa de 25% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:

Operação	Risco	Valor contábil	Cenário I - provável	Cenário II -25%	Cenário III +25%
Ativo					
Equivalentes de caixa	CDI	117.495	134.978	130.607	139.349
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(85.500)	(89.826)	(88.749)	(90.912)
Empréstimos e financiamentos	TJLP	(73.265)	(79.668)	(78.071)	(81.273)
Debêntures e notas comerciais escriturais	CDI	(64.126)	(73.668)	(71.282)	(76.053)
Passivo líquido		(105.396)	(108.184)	(107.495)	(108.889)
Efeito líquido		(2.788)	(2.788)	(2.099)	(3.493)
CDI (a.a.)			14,88%		
TJLP (a.a.)			8,74%		
IPCA (a.a.)			5,06%		

5.3. **Risco de liquidez:** É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária. As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos aos financiamentos, às debêntures e notas comerciais escriturais, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores não descontados):

Operação	Valor contábil	Menos de um ano		Entre um e dois anos		Acima de dois anos
		de um ano	de dois anos	de dois anos	de dois anos	
Em 31 de dezembro de 2024						
Fornecedores	17.399	17.399	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	158.765	7.479	6.183	145.103	-	-
Passivos de arrendamento	82	82	-	-	-	-
Debêntures e notas comerciais escriturais	64.127	27.698	36.429	-	-	-
Ônus da concessão	4.206	4.206	-	-	-	-
Débitos com partes relacionadas	3.032	3.032	-	-	-	-
	247.611	59.896	42.612	145.103	-	-
		Valor contábil	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos	

Operação	Valor contábil	Menos de um ano		Entre um e dois anos		Acima de dois anos
		de um ano	de dois anos	de dois anos	de dois anos	
Em 31 de dezembro de 2023						
Fornecedores	18.043	18.043	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	138.410	19.602	5.864	112.944	-	-
Passivos de arrendamento	1.093	1.008	85	-	-	-
Debêntures e notas comerciais escriturais	96.961	36.247	24.286	36.428	-	-
Ônus da concessão	4.268	4.268	-	-	-	-
Débitos com partes relacionadas	2.198	2.198	-	-	-	-
	260.973	81.366	30.235	149.372	-	-

5.4. **Gestão de capital:** Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde aos empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento e debêntures e notas comerciais escriturais subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e operações com derivativos. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e 2023 podem ser assim sumarizados:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor contábil	Índice	Valor contábil	Índice
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	155.515		134.944	
Passivos de arrendamento (Nota 14)	82		1.093	
Debêntures e notas comerciais escriturais (Nota 15)	63.770		96.327	
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(117.559)		(125.195)	
(+/-) Operações com derivativos	-		(493)	
Dívida líquida (a)	101.808		106.676	
Total do patrimônio líquido (b)	221.305		250.258	
Total do capital (a+b)	323.113		356.934	
Índice de alavancagem financeira - % [a/(a+b)]	31,51%		29,89%	

6. **Caixa e equivalentes de caixa**

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	64	57
Aplicações financeiras	117.495	125.138
	117.559	125.195

7. **Contas a receber de clientes**

	31/12/2024	31/12/2023
Clientes (a)	364.993	338.392
Clientes - parcelamento (b)	10.083	9.212
Pontos arrecadadores (c)	745	1.881
Perdas esperadas de créditos das contas a receber	(299.971)	(272.008)
	75.850	77.477

(a) Representa o saldo de contas emitidas, além dos valores fonecidos e ainda não faturados (ajuste por competência). (b) Refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos. (c) Referem-se aos agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária. O *aging list* de contas a receber é composto da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer		
Faturado	17.050	17.356
Não faturado	35.892	36.144
Vencidas		
Até 30 dias	10.381	10.422
De 31 a 60 dias	4.413	4.861
De 61 a 90 dias	2.969	3.630
De 91 a 180 dias	8.586	9.239
Mais de 180 dias	296.530	267.833
	375.821	349.485

Abaixo apresentamos a movimentação da provisão para perdas esperadas de créditos das contas a receber:

	31/12/2024	31/12/2023
a receber:		

Saldo inicial	(272.008)	(246.917)
(+) Adições	(39.983)	(40.124)
(-) Reversões	12.020	15.033
Saldo final	(299.971)	(272.008)

8. **Outras aplicações financeiras:** Em virtude do processo referente à devolução de ICMS não reivindicados pelos clientes da Concessionária, uma caderneta de poupança foi criada no Banco do Brasil em 2007. O saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 1.543 (R\$ 1.612 em 2023). Vide Nota 18.9. **Ativo de direito de uso**

	31/12/2024		31/12/2023	
	Amortização acumulada	Valor líquido	Amortização acumulada	Valor líquido
Imóveis	345	(278)	67	2.739
				(1.801)
				938

Movimentação do ativo de direito de uso:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Saldos em 31/12/2023	Adições	Reclassificações	Saldos em 31/12/2024
Imóveis	938	46	(9)	(908)
	938	46	(9)	(908)

Imóveis

	31/12/2022		31/12/2023	
	Saldos em 31/12/2022	Adições	Reclassificações	Saldos em 31/12/2023
Imóveis	1.714	212	(78)	(910)
	1.714	212	(78)	(910)

10. **Imobilizado**

	31/12/2024		31/12/2023	
	Taxa de depreciação anual	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Equipamentos de informática	20%	3.737	(2.208)	1.529
Veículos	20%	1.153	(763)	390
Máquinas e equipamentos	10%	389	(227)	162
Móveis e utensílios	10%	1.997	(1.353)	644
Benefetorias em imóveis de terceiros	4%	458	(333)	125
Outros imobilizados	10%	151	(151)	-
		7.885	(5.035)	2.850

Movimentação do imobilizado

	31/12/2023		31/12/2024	
	Saldos em 31/12/2023	Adições	Reclassificações	Saldos em 31/12/2024
Equipamentos de informática	1.264	647	(1)	10
Veículos	125	328	-	(63)
Máquinas e equipamentos	174	38	(19)	-
Móveis e utensílios	604	186	(5)	-
Benefetorias em imóveis de terceiros	250	-	-	(125)
Outros imobilizados	1	-	-	(1)
	2.418	1.199	(25)	10
	2.418	1.199	(25)	10

Imóveis

	31/12/2022		31/12/2023	
	Saldos em 31/12/2022	Adições	Reclassificações	Saldos em 31/12/2023
Imóveis	1.714	212	(78)	(910)
	1.714	212	(78)	(910)

11. **Ativo de contrato**

	31/12/2023		31/12/2024	
	Saldos em 31/12/2023	Adições	Reclassificações	Saldos em 31/12/2024
Infraestrutura em construção	62.875	37.343	(10)	(37.151)
	62.875	37.343	(10)	(37.151)

Infraestrutura em construção

	31/12/2022		31/12/2023	
	Saldos em 31/12/2022	Adições	Reclassificações	Saldos em 31/12/2023
Infraestrutura em construção	71.415	47.865	(73)	(510)
	71.415	47.865	(73)	(510)

As transferências ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 referem-se a movimentações entre o intangível e o ativo de contrato. **Custos de empréstimos capitalizados:** Os juros de empréstimos e financiamentos são capitalizados nos ativos de concessão durante o período em construção, sendo o montante de R\$ 8.372 capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a uma taxa média ponderada de 12,93% a.a. (R\$ 4.220 e 11,43% a.a. no exercício findo em 2023).

12. **Intangível**

	31/12/2024		31/12/2023	
	Taxa de amortização anual	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Softwares e aplicativos	20%	573	(549)	24
Desenvolvimento de projetos		1.298	(1.248)	50
Concessão/Infraestrutura		540.543	(238.968)	301.575
		542.414	(240.765)	301.649

Os valores reconhecidos na linha de concessão/infraestrutura representam o valor de custo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão e sua respectiva amortização acumulada. As taxas utilizadas baseiam-se no prazo final da concessão ou na vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Sendo esse montante em 31 de dezembro de 2024 composto pelos seguintes ativos:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Captação	1.391	(454)	937	994
Adutora	8.966	(3.003)	5.963	6.326
Estação de Tratamento de Água - ETA	982	(663)	319	361
Reservatório	19.409	(11.794)	7.615	8.101
Booster	14.268	(7.211)	7.057	7.659
Elevatória de Água	3.838	(1.043)	2.795	2.955
Substituição/Expansão de rede de água	116.757	(50.367)	66.390	49.451
Ligação de água	85	(17)	68	72
Ligação de esgoto	35.031	(3.712)	31.319	32.525
Substituição/Expansão de rede de esgoto	148.845	(75.612)	73.233	74.399
Elevatória de esgoto	13.975	(1.844)	12.131	10.698
Estação de Tratamento de Esgoto - ETE	94.021	(35.396)	58.625	61.858
Biogestores	217	(12)	205	214
Emissário	616	(118)	498	502
Benefetorias em imóveis de terceiros	32.020	(14.840)	17.180	17.054
Máquinas e equipamentos	49.704	(32.477)	17.227	16.108
Máquinas e equipamentos - bens arrendados	418	(405)	13	92
	540.543	(238.968)	301.575	289.169

Movimentação do intangível

	31/12/2023		31/12/2024	
	Saldos em 31/12/2023	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2024
Softwares e aplicativos	27	-	(13)	10
Desenvolvimento de projetos	56	-	(6)	

## ÁGUAS DE NITERÓIS S.A.

CNPJ 02.150.336/0001-66

clientes em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 2.297 (R\$ 2.193 em 2023). 19. Ônus da concessão: O valor demonstrado no passivo circulante em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 4.206 (R\$ 4.268 em 2023) representa o exigível do Contrato de Concessão junto à Prefeitura Municipal de Niterói, calculado com base em um percentual de 3,233% sobre a arrecadação de tarifas de serviços prestados de distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. 20. Outras obrigações: Abaixo apresentamos a composição dos saldos relativos a outras obrigações:

	31/12/2024	31/12/2023
Retenção contratual	2.164	1.757
Adiantamentos de clientes	3.292	3.289
Outros	421	630
	5.877	5.676

21. Provisões para contingências: As provisões para contingências são constituídas para fazer face às perdas em processos judiciais e administrativos, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião do departamento jurídico da Concessionária e de seus assessores legais. As provisões para contingências estão assim demonstradas:

	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	7.505	12.629
Trabalhistas	536	749
	8.041	13.378

Processos com probabilidade de perda classificada como possível: A Concessionária possui processos judiciais e administrativos, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos externos, acredita que os riscos de perda são possíveis, e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. Essas causas estão distribuídas da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	49.822	63.846
Trabalhistas	6.030	3.386
Tributárias	17	272.958
	55.869	340.190

Cíveis: As ações judiciais de natureza cível têm os seguintes objetos: (i) consumo, totalizando R\$ 30.845 (R\$ 30.367 em 2023) (ii) falta de abastecimento, totalizando R\$ 4.262 (R\$ 3.708 em 2023); (iii) multiplicação de economias, totalizando R\$ 54 (R\$ 16.478 em 2023); (iv) serviços água e serviços esgoto (vazamentos, obstrução, refluxo), totalizando R\$ 4.043 (R\$ 3.292 em 2023); (v) serviços comerciais, totalizando R\$ 5.118 (R\$ 3.921 em 2023); (vi) responsabilidade civil, totalizando R\$ 2.910 (R\$ 3.506 em 2023); e (vii) cobrança, totalizando R\$ 1.372 (R\$ 1.585 em 2023) e (viii) outros, totalizando R\$ 1.218 (R\$ 989 em 2023). Tributárias: Processo nº 15563.720122/2019-36: Autos de infração de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS referentes aos anos-calendários de 2014, 2015 e 2016 em função de glosa de despesas incorridas pela Concessionária em serviços comprovados e indispensáveis à manutenção de sua fonte produtiva. O valor atualizado da causa era de R\$ 272.815 em 2023. Em setembro de 2024, a impugnação foi julgada procedente e o ato de infração anulado. Dessa forma, os seus assessores legais da Concessionária consideraram a probabilidade de perda em 31 de dezembro de 2024 como remota. 22. Partes relacionadas: Remuneração de pessoal chave da Administração. Os diretores são as pessoas-chaves que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Concessionária. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram pagos pela Concessionária o montante total de R\$ 1.767 (R\$ 2.889 em 2023). Abaixo os valores estão segregados por natureza:

	31/12/2024	31/12/2023
Remunerações	1.319	2.094
Encargos sociais	378	718
Plano de saúde	25	35
Plano de previdência privada	31	30
Outros	14	12
	1.767	2.889

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

	31/12/2024	31/12/2023
Remunerações	1.319	2.094
Encargos sociais	378	718
Plano de saúde	25	35
Plano de previdência privada	31	30
Outros	14	12
	1.767	2.889

	31/12/2024	31/12/2023
Créditos com partes relacionadas		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	195	286
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	-	53
Águas de Juteraiuba S.A.	-	43
Águas de Itapariz S.A.	13	-
	208	382

Passivo circulante:

	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações com acionistas		
Dividendos a pagar		
M&G Consultoria e Participações Ltda.	922	354
ERG Participações Ltda.	1.570	603
Credicom - Comercial Informática e Serviços Ltda.	922	354
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	158	61
Synval Filgueiras de Moraes Junior	1.297	498
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	1.728	663
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Noll	1.297	498

	31/12/2024	31/12/2023
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	78.539	30.154
Juros sobre capital próprio	86.433	33.185
M&G Consultoria e Participações Ltda.	28	34
ERG Participações Ltda.	48	58
Credicom - Comercial Informática e Serviços Ltda.	28	34
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	5	6
Synval Filgueiras de Moraes Junior	40	48
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	53	64
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Noll	40	48
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	2.403	2.896
	2.645	3.188
	89.078	36.373

	31/12/2024	31/12/2023
Debitos com partes relacionadas		
Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda.	3.032	2.198
	3.032	2.198
	92.110	38.571

	31/12/2024	31/12/2023
Resultado com partes relacionadas		
Custos		
Análises laboratoriais		
Águas do Imperador S.A.	(179)	(216)

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas		
Contrato de gestão (Management Fee)		
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	(30.086)	(28.027)
Total resultado com partes relacionadas	(30.265)	(28.243)

Os saldos decorrem de transações entre concessionárias do mesmo grupo econômico, vinculadas à compra e venda de peças de reposição ou das prestações de serviços, oriundos do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (Management Fee) com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. 23. Patrimônio líquido: a) Capital social: O capital social realizado é de R\$ 151.000 em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e está representado por 6.000 (seis mil) ações nominativas, sem valor nominal, sendo 2.000 (duas mil) ações ordinárias e 4.000 (quatro mil) ações preferenciais.

Posição acionária	Quantidade de ações (unidades)		% Capital	
	Ordinárias	Preferenciais	Total	total
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	1.900	3.552	5.452	90,8667%
Marcelo Borja Filgueiras de Moraes	40	80	120	2,0000%
Synval Filgueiras de Moraes Junior	30	60	90	1,5000%
Silvane Borja Filgueiras de Moraes Noll	30	60	90	1,5000%
ERG Participações Ltda.	-	109	109	1,8167%
Credicom - Comercial Informática e Serviços Ltda.	-	64	64	1,0667%
M&G Consultoria e Participações Ltda.	-	64	64	1,0667%
Diferencial Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	11	11	0,1833%
	2.000	4.000	6.000	100%

b) Reserva legal: Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. c) Reserva para investimentos: Constituída reserva para investimentos de importância não inferior a 5% e não superior a 75% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, cuja finalidade é financiar suas atividades, inclusive através da subscrição de aumentos de capital ou da criação de novos empreendimentos. d) Reserva para investimentos não pode exceder a 80% do capital social subscrito. e) Dividendos e juros sobre capital próprio: Os acionistas têm assegurado, em cada exercício, dividendos não inferiores a 25% do lucro líquido, calculados nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício de 2024, foram distribuídos dividendos intermediários e intercalares nos montantes de R\$ 57.644 e R\$ 60.000, respectivamente. Além disso, foram destinados juros sobre o capital próprio no valor total de R\$ 14.525, sendo R\$ 2.179 referentes a imposto de renda retido na fonte, resultando em um valor líquido de R\$ 12.346 para distribuição aos acionistas. A destinação do lucro para distribuição de dividendos foi a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido	137.621	132.741
Constituição da reserva legal - 5% (i)	-	-
Base de cálculo dos dividendos	137.621	132.741
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	34.405	33.185
(i) Não houve destinação para reserva legal, uma vez que o saldo atingiu o limite de 20% do capital social, em conformidade com a legislação. e) Reserva para retenção de lucros: Para atender a projetos de investimentos previstos no orçamento de capital, a Concessionária retém parte do lucro do exercício, conforme disciplinado pelo artigo 196 da Lei nº 6.404/76.		
24. Receita líquida	31/12/2024	31/12/2023
Receita de prestação de serviços	665.954	643.259
Receita de construção	42.472	44.906
Cancelamentos	(8.225)	(6.010)
	700.201	682.155
PIS e COFINS sobre serviços prestados	(60.632)	(58.609)
Descontos concedidos	(4.402)	(3.745)
Receita líquida	635.167	619.801

25. Custos dos serviços prestados

	31/12/2024	31/12/2023
Taxas de recursos hídricos e ambientais	(2.053)	(2.078)
Ônus da concessão	(17.955)	(18.700)
Onus elétrica	(33.082)	(29.490)
Custo de construção	(42.472)	(44.906)
Água	(112.254)	(109.579)
Materiais aplicados nos serviços	(16.105)	(14.545)
Salários e benefícios a empregados	(40.381)	(40.245)
Utilização de imóveis e telefonia	(368)	(361)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(6.726)	(7.085)
Serviços de terceiros	(18.375)	(18.377)
Depreciações e amortizações	(23.747)	(22.362)
Outros custos	(370)	(463)
	(313.888)	(308.191)

26. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Salários e benefícios a empregados	(32.302)	(33.221)
Utilização de imóveis e telefonia	(591)	(870)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(1.192)	(1.095)
Serviços de terceiros	(53.865)	(43.357)
Despesas com contencioso	(3.816)	(3.516)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	(152)	(167)
Depreciações e amortizações	(619)	(551)
Provisão para perdas esperadas de crédito das contas a receber	(27.963)	(25.091)
Reversão de contingências	2.045	1.471
Despesas com informática	(4.108)	(2.776)
Outras despesas	(9.450)	(8.127)
	(132.013)	(117.300)

27. Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Recebimentos com aplicações financeiras	11.743	15.859
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(896)	(1.020)
Juros e multas vinculadas à operação	5.308	5.377
Variação monetária sobre outros ativos	1.327	16
Ganhos com operações de swap	534	402
Ganho com derivativos	45	492
Outras receitas financeiras	346	264
	18.407	21.390

Despesas financeiras

	31/12/2024	31/12/2023
Juros com financiamentos, debêntures e notas comerciais escriturais	(16.622)	(19.698)
Juros sobre arrendamentos	(59)	(194)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	(648)	(965)
Atualização monetária das contingências	3.292	(276)
Tributos sobre operações financeiras	(703)	(157)
Descontos concedidos	(1.446)	(2.559)
Perdas com operações de swap	(21)	(194)
Perda com derivativos	(538)	(575)
Outras despesas financeiras	(735)	(665)
	(17.480)	(25.283)
Resultado financeiro	927	(3.893)

28. Seguros: O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de seguros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2024 está apresentada a seguir:

Descrição de seguro	Vigência das apólices	Cobertura
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	31/12/2024 a 31/12/2025	132.878
Riscos operacionais	17/01/2025 a 17/01/2026	75.000
Responsabilidade civil administradores - D&O	27/10/2024 a 27/10/2025	50.000
Garantia de concessão	06/01/2025 a 06/01/2026	13.562
Responsabilidade civil geral	17/01/2025 a 17/01/2026	13.000
Riscos ambientais	22/12/2024 a 22/12/2025	5.000
Garantia judicial	16/03/2023 a 04/03/2027	5.161
Seguro empresarial	23/02/2025 a 23/02/2026	884
Performance Bond	10/10/2024 a 29/12/2025	41.144
Seguro de veículos	17/10/2024 a 17/10/2025	200

29. Transações que não envolvem caixa: Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Concessionária realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2024	31/12/2023
Adição de direito de uso	38	134
IRRF sobre swap	-	60
Juros capitalizados	8.372	4.220
	8.490	4.294

Bernardo Machado Alves Gonçalves - Diretor;  
Thiago Contage Damaceno - Diretor  
Anderson Xavier de Farias  
Contador - CPF: 022.482.407-40 - CRC RJ-091850/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da Águas de Niterói S.A.: Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Águas de Niterói S.A. ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras: A administração é responsável pela elaboração e adequação da demonstração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 19 de março de 2025. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F; Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-1R/090174/O.

## Mundo

### EUA

# Donald Trump assina ordens para modernizar pagamentos do Tesouro



PEDRO LIMA/AE

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, assinou ontem, uma ordem executiva para pressionar o Departamento do Tesouro a modernizar seu sistema de pagamentos. "Essa modernização ajudará a reduzir fraudes e abusos financeiros" dentro das agências governamentais, afirmou o republicano durante um evento com embaixadores dos EUA na Casa Branca, no período tarde desta terça.

Trump também assinou um outro documento para reforçar a proteção dos recursos emitidos pelo Departamento.

Além disso, o presidente dos EUA assinou mais uma ordem voltada para garantir a "integridade eleitoral", com medidas

ainda não divulgadas em detalhes. Entre elas, destacam-se restrições do direito de voto para imigrantes ilegais, ainda não especificadas "Esse país já está cansado de fraudes em eleições", afirmou.

Trump também assinou uma ordem para investigar escritórios de advocacia supostamente envolvidos no que ele chamou de "instrumentalização do governo", por meio de ações legais "contra o presidente em exercício".

Por fim, o presidente dos EUA ordenou a desclassificação dos arquivos do FBI relacionados à operação Crossfire Hurricane, que investigou possíveis vínculos entre sua campanha presidencial de 201

## UNIVERSIDADE

## Unicamp divulga lista de leituras para os próximos vestibulares

A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) divulgou ontem, a lista de leituras obrigatórias dos próximos três anos de vestibular. As novas obras serão cobradas a partir da edição de 2027. Veja a lista abaixo:

- Para a edição de 2027, passam a integrar a lista: Memórias Póstumas de Brás Cubas, de Machado de Assis; Canções escolhidas, de Paulo César Pinheiro e Os funerais da Mamã Grande, de Gabriel Garcia Márquez;

- Para o Vestibular Unicamp 2028, as novas obras são: O direito à literatura (capítulo de Vários Escritos), de Antonio Candido; Os quinze, de Raquel de Queiróz e Quarenta dias, de Maria Valéria Rezende;

- No Vestibular Unicamp 2029 passam a fazer parte: Broquéis, de Cruz e Souza; Lésbia, de Maria Benedita Bormann; Chá do príncipe, de Olinda Beja.

Além dessas novas obras, as listas são compostas também de indicações já feitas nos anos anteriores (veja as listas completas abaixo). A cada ano, são indicadas nove obras para leitura, sendo sempre três novas obras em relação ao ano anterior.

Segundo a universidade, a divulgação com antecedência tem como objetivo permitir o planejamento das escolas e dar um tempo maior para que os vestibulandos possam se preparar para a prova.

Sobre a presença de obras estrangeiras na lista, a banca de literatura destacou que a escolha dialoga com a perspectiva sinalizada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e explicou que, nesse sentido, tanto a literatura africana como a latino-americana estão representadas por duas coleções de contos: Os funerais da Mamã Grande, do escritor colombiano Gabriel García Márquez, e Chá do príncipe, da escritora santomense Olinda Beja.

Já em relação à adoção, no gênero poesia, das canções de Paulo César Pinheiro, de acordo com a banca, a ideia é expandir a experiência dos estudantes de ensino médio com a literatura considerando, por exemplo, o lirismo intenso e uma profunda inquietação política e social presentes na obra e que mesclam um refinado trabalho com a linguagem a recursos da poesia popular e da oralidade.

Dentre as obras clássicas da literatura brasileira que passam a fazer parte estão Memórias Póstumas de Brás Cubas, de 1881, considerada pela banca como um divisor de águas na obra de Machado de Assis e na própria literatura brasileira do século XIX; e O Quinze, romance de estreia de Rachel de Queiroz, publicado em 1930, apontada como uma obra marcante na vertente regionalista do modernismo brasileiro.

## METRÔ

## Mulher fica presa entre porta de segurança e vagão da Linha 2-Verde

RENATA OKUMURA/AE

Uma passageira ficou presa entre a porta de segurança e do vagão da Linha 2-Verde do Metrô de São Paulo. O incidente aconteceu na Estação Vila Prudente na manhã de segunda-feira passada. Em nota, o Metrô informou que a mulher não teve ferimentos e foi retirada com apoio da equipe da companhia.

De acordo com o Metrô, a usuária tentou embarcar após a emissão dos alertas sonoros e luminosos, quando as portas da plataforma e da composição já estavam em processo de

fechamento. "Ela foi assistida pela equipe de plataforma e, sem ferimentos, dispensou o atendimento médico", disse a companhia.

O Metrô, por meio de nota, reforçou a importância de que os passageiros respeitem os limites das plataformas - demarcados por faixas amarelas, inclusive nas estações com portas automáticas - e sigam os avisos sonoros e visuais.

"Evitar o embarque durante o fechamento das portas é essencial para garantir a segurança de todos", alertou a companhia.

## CANAL CERTIFICADORA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 73ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 73ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Faria Lima, 1234, conjuntos 41, 42, 43 e 44, CEP 01451-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJIME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emisora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 13 do Termo de Securitização de Créditos Mobiliários da Série Única da 73ª (Septuagésima Terceira) Emissão da Canal Companhia de Securitização ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 14 de abril de 2025, às 15:00 horas de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial, com a presença de quaisquer Titulares dos CRI em Circulação para fins de instalação. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste Edital de Convocação. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Aprovar a concessão de Waiver, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado, conforme previsto na Cláusula 8.1, item "h", do Termo de Securitização; (II) Aprovar a substituição da Conta Escrow, mantida hoje no Banco Arbi S.A., para o Banco Grafeno Holding S.A., nos termos do contrato que seguirá na forma do Anexo II da ata; (III) Aprovar a alteração do "Valor Mínimo do Fundo de Reserva", conforme definido na Cláusula 9.5.2, do Termo de Securitização, que passará a vigorar conforme a redação abaixo: "Valor Mínimo do Fundo de Reserva": O montante equivalente a 1 (uma) PMT CRI. (III) Aprovar a substituição da Conta Escrow, mantida hoje no Banco Arbi S.A., para o Banco Grafeno Holding S.A., nos termos do contrato que seguirá na forma do Anexo II da ata; (IV) Aprovar a exclusão do Item "o" previsto na cláusula 3.2, do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Cotas em Garantia e Outras Avenças ("Alienação Fiduciária de Cotas"); (V) Autorizar a Emisora, o Agente Fiduciário e as demais partes relacionadas à Emissão, conforme aplicável, a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação dos itens acima, bem como celebrarem quaisquer aditamentos aos Documentos da Operação que se façam necessários para a efetivação das matérias eventualmente aprovadas da Ordem do Dia, no prazo de até 30 (trinta) dias. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail juridico@canalsecuritizedora.com.br, com cópia ao Agente Fiduciário, no e-mail fiduciario@trusteedtm.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI DUE", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identificação de com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identificação com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI Indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Fica facultado aos Titulares dos CRI o proficiamento do voto durante a realização da AGT ou através do envio da Instrução de voto, sem rasuras, cujo modelo e instruções de preenchimento pode ser encontrado no site da Securitizedora. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI nas páginas da Securitizedora (<https://www.canalsecuritizedora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) - Sistema FUNDOS.NET), bem como na sede da Securitizedora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação.

São Paulo/SP, 25 de março de 2025. **Nathalia Machado Loureiro** - Diretora

## GOLPISTAS

# TRE mantém cassação do diploma de Carla Zambelli

GUILHERME JERONYMO/ABRASIL

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo rejeitou recursos da defesa de Carla Zambelli (PL) e manteve a cassação do diploma de deputada federal e a ine-

gibilidade dela por oito anos, a partir da eleição de 2022.

A decisão, que confirma julgamento de janeiro deste ano, foi motivada por uma ação da também deputada Sâmia Bomfim (PSOL), que alegava que Zambelli divulgou informações

inverídicas sobre o processo eleitoral e cita uso indevido dos meios de comunicação e a prática de abuso de poder político.

O voto do desembargador Encinas Manfré rejeitou as teses da defesa, sobre as quais se manifestou afirmando que "as graves con-

diutas da representada, com demonstração da elevada repercussão, da difusão de informações falsas e descontextualizadas" configuram abuso dos meios de comunicação. Cabe recurso à rejeição dos embargos de declaração do Tribunal Superior Eleitoral.

## QUALIDADE DE VIDA

## Desigualdade na saúde de SP concentra nas zonas norte e leste

GUILHERME JERONYMO/ABRASIL

A distribuição de equipamentos de saúde desigual na cidade de São Paulo influencia indicadores importantes para a qualidade de vida da população, e afeta as regiões mais periféricas da cidade e bolsões de pobreza no centro, aponta estudo da Rede Nossa São Paulo.

A análise, que compõe um recorte específico do Mapa da Desigualdade, ferramenta pensada pela organização para auxiliar gestores públicos e sociedade civil a identificar prioridades é construída a partir de levantamento de dados oficiais em diferentes áreas. O conjunto divulgado hoje se debruça sobre cinco indicadores da área da saúde: mortalidade materna, mortalidade infantil, incidência de dengue, tempo médio para consultas na atenção primária e mortalidade por doenças do aparelho respiratório. Esta divisão retrata o de-

envolvimento destes indicadores nos 96 distritos da cidade.

Agregados, os dados mostram que as Regiões Norte e Leste são as mais carentes de serviços públicos e infraestrutura em saúde, principalmente nas áreas mais próximas das divisas ao norte, com outros municípios da região metropolitana como Cajamar, Caieiras e Mairiporã, e da região leste, como Guarulhos, Itaquaquecetuba, Poá e Ferraz de Vasconcelos. Via de regra bairros mais centrais tem melhores indicadores, o que não ocorre, porém, na região do Pari e Brás, há décadas marcadas por ocupações e cortiços e que atraem a população pela proximidade com áreas de comércio popular.

Os dados refletem o distrito de residência da pessoa. No topo do ranking aparecem os distritos do Itaim Bibi, Pinheiros e Moema. Na outra ponta, Ponte Rasa, São Miguel e Pari. O ranking conside-

ra sete indicadores: idade média ao morrer e gravidez na adolescência (já divulgados anteriormente) e os cinco que estão sendo publicados nesta fase.

"O resultado que a gente tem é uma coisa muito contundente, né, no sentido de que certas regiões da cidade são grandes manchas vermelhas que mostram o pior desempenho dessas regiões, daqueles temas, e que estão concentradas nas áreas mais periféricas da cidade. Então, por mais que não seja no extremo sul, no extremo leste da cidade, mas é nas áreas mais periféricas onde esses problemas se concentram", explicou Igor Pantoja, coordenador de Relações Institucionais da Rede Nossa São Paulo e do Instituto Cidades Sustentáveis.

Pantoja aponta ainda que algumas regiões tem desequilíbrios específicos, em alguns indicadores, enquanto apresentam resultados positivos em ou-

tros. O distrito Jaguará, por exemplo, é aquele com maior incidência de casos de dengue, porém não tem registro de Mortalidade Materna. Os dados completos podem ser consultados diretamente no site da Rede.

Questionada sobre as desigualdades, a Secretaria Municipal de Saúde informou que foram entregues 93 equipamentos de saúde desde 2021, e que há 1.055 unidades municipais de saúde distribuídas por toda a cidade.

Segundo a pasta "todas as UBSS atendem demandas espontâneas, servindo como porta de entrada do sistema de saúde". A gestão destacou também o aumento de Unidades de Pronto Atendimento, de 3 para 33 nos últimos quatro anos, e a transformação de 12 dos 17 Hospitais Dia em unidades de atendimento 24 horas, capazes de realizar cirurgias de baixa e média complexidade.

## PLANO DE AÇÕES

## São Paulo apresenta plano de ação contra despejos irregulares no Tietê

A proliferação de algas e macrofitas no Rio Tietê, agravada pelo aumento das temperaturas médias registrado em São Paulo desde o ano passado, é alvo de um plano de ações de curto, médio e longo prazo apresentado ontem pelo Governo de SP. A Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado apresentou a estratégia que inclui a criação de um grupo para fiscalizar fontes poluidoras e despejos irregulares no Tietê.

A pasta fez o detalhamento do plano ao Fórum de Integração das Ações de Recuperação do Rio Tietê (FIAR-Tietê), responsável pela governança do Programa IntegraTietê. Uma das principais medidas é a criação de um Grupo de Fiscalização Integrada (GFI) nas Bacias Hidrográficas do Tietê, que passará a atuar em toda a extensão do rio, com foco nos locais mais críticos.

O GFI, que já está em fase de formalização, será composto por membros da Semil, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), da Polícia Ambiental e das prefeituras das cidades cortadas pelo rio. Ele terá como atribuição fiscalizar a existência de fontes poluidoras e despejos

irregulares no Tietê, tais como derramamento de esgoto irregular ou de resíduos industriais ou agrícolas.

Plano para fiscalizar despejos irregulares no Tietê é desafio de todos, diz secretária

"É um desafio de todos, que precisa ser enfrentado de forma integrada. Isso é o que estamos propondo. O reforço na fiscalização por meio do GFI se soma a um esforço já em curso de estímulo à ampliação da cobertura dos serviços de coleta e tratamento de esgoto, seja por meio das exigências previstas no contrato da Sabesp, seja por meio do UniversalizaSP, que visa atingir a universalização do saneamento nas cidades não atendidas pela Sabesp por meio de arranjos regionais", disse a secretária Natália Resende à Agência SP.

No plano para evitar despejos irregulares no Tietê discutido na reunião, também foi apresentada medida para garantir a liberação do canal de navegação da barragem de Barra Bonita, onde foi registrada uma proliferação elevada de plantas aquáticas, numa extensão de cerca de 20 hectares.

A operadora da barragem se comprometeu em seguir com o manejo das macrofitas, garantindo o seu vertimento gradati-

vo. A operação será apoiada pelo Departamento Hidroviário da Semil, acompanhada e monitorada pela Cetesb. Será feita medição diária de oxigênio a montante e jusante da Usina, para acompanhar o nível de oxigenação na água. Além disso, a empresa informou que faz o monitoramento trimestral para acompanhar a taxa de ocupação do reservatório.

A Cetesb também fará a instalação imediata de sonda de monitoramento da qualidade da água a jusante da barragem. Esta é uma das seis novas estações anunciadas para ampliar o monitoramento da qualidade da água do Rio Tietê, resultado de um investimento de R\$ 8,6 milhões.

Serão duas estações para a região do Baixo Tietê, especificamente nos reservatórios de Barra Bonita e Promissão, e quatro estações para a bacia do Rio Piracicaba, que serão instaladas até o final do ano. As novas estações farão parte do Sistema Integrado de Monitoramento de Qualidade das Águas (SIMQUA), que foi inaugurado em junho de 2024 e marcou um avanço importante na transparência e eficiência do monitoramento ambiental. Atualmente, o SIMQUA permite que a população acesse dados em tempo real

sobre a qualidade das águas dos principais rios e reservatórios do estado, com informações provenientes de 20 estações de monitoramento.

Para as ações de médio e longo prazo, foram apresentadas sugestões a serem discutidas e avaliadas pelo FIAR, composto pela Semil, Cetesb, SP Águas, Fundação Florestal, Sabesp, Emae e seis comitês de bacias. Entre as ações sugeridas estão a aquisição e instalação de boias para isolamento da área navegável da barragem de Barra Bonita, a articulação com produtores rurais e entidades do agro para garantir as melhores práticas de conservação do solo para minimizar o escoamento superficial de fertilizantes e outros resíduos para os corpos hídricos, entre outras.

"A eutrofização do rio Tietê é um problema histórico que, com o aquecimento global, tem sido mais intenso e frequente. As medidas emergenciais são importantes, mas a solução definitiva passa por um plano integrado com o objetivo principal de eliminar o lançamento de esgoto e a poluição difusa. E isso só conseguiremos por meio do endurecimento da fiscalização e da antecipação da universalização em São Paulo", afirma Natália Resende à Agência SP.

## Nota

### SP ANUNCIA R\$ 80 MI EM PREMIAÇÃO PARA PREFEITURAS QUE AVANÇARAM NA ALFABETIZAÇÃO

O Governo do Estado de São Paulo premiou, ontem, no Memorial da América Latina, 470 municípios que se destacaram na alfabetização de crianças. O Prêmio Excelência Educacional, parte do programa Alfabetiza Juntos SP, reconhece os esforços das redes municipais que atingiram as metas estabelecidas na avaliação do Saresp (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo) 2024. O

investimento total na premiação é de R\$ 80 milhões. "O que tem de mais moderno em termos de política social? O que pode ser mais definitivo quando a gente pensa em superação da pobreza? A resposta é o investimento na primeira infância. É pensar nas ferramentas para preparar esses jovens para o futuro. Aqueles municípios que têm os melhores resultados em termos de alfabetização são também os com melhores resultados nas avaliações do Ensino Médio. A correlação é perfeita. Está claro qual caminho devemos seguir: a alfabetização na idade certa", destacou o governador Tarcísio de Freitas.

Balanco patrimonial 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)		31/12/2024		31/12/2023	
<b>Ativo</b>					
Orcamentario					
Caixa e equivalentes de caixa	7	29.606	16.127	18.127	18.127
Ativos financeiros	6	13.737	18.127	18.127	18.127
Esquias		2.256	497	497	497
Despesas antecipadas		406	245	245	245
Orcamentos com partes relacionadas	17	65	76	76	76
Tributos a recuperar		8	10	10	10
Outros ativos		50.999	35.520	35.520	35.520
<b>Não Orcamentario</b>					
Tributos diferidos	15	9.624	15	15	15
Diferenciais de avaliação		186	156	156	156
Ativo de direito de uso	8	278	475	475	475
Imobilizado	9	1.226	1.242	1.242	1.242
Ativo de contrato	10	12.184	12.497	12.497	12.497
Intangivel	11	86.295	104.781	104.781	104.781
<b>Total do ativo</b>		<b>160.801</b>	<b>130.611</b>	<b>130.611</b>	<b>130.611</b>
<b>Passivo</b>					
Orcamentario					
Fornecedores	12	1.267	1.610	1.610	1.610
Emprestimos e financiamentos	13	10.502	10.093	10.093	10.093
Passivo de arrendamento	13	275	265	265	265
Orcamentos tributarias	14	956	1.128	1.128	1.128
Orcamentos trabalhistas		1.716	1.081	1.081	1.081
Orcamentos de terceiros		13	13	13	13
Orcamentos com partes relacionadas	17	713	589	589	589
Outras obrigações		770	620	620	620
Outros passivos		15.380	25.356	25.356	25.356
<b>Não Orcamentario</b>					
Emprestimos e financiamentos	13	67.991	56.919	56.919	56.919
Passivo de arrendamento	13	36	25	25	25
Tributos diferidos	15	15	15	15	15
Provisões para contingências	16	410	817	817	817
<b>Total do passivo</b>		<b>160.801</b>	<b>130.611</b>	<b>130.611</b>	<b>130.611</b>
<b>Patrimonio liquido</b>					
Capital social	18	110.896	110.896	110.896	110.896
Prejuizo acumulado		(24.914)	(64.149)	(64.149)	(64.149)
Reserva de lucros		75.984	46.749	46.749	46.749
Outros resultados		10.825	13.715	13.715	13.715
<b>Total do passivo e patrimonio liquido</b>		<b>160.801</b>	<b>130.611</b>	<b>130.611</b>	<b>130.611</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					
<b>Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)</b>					
Receita liquida	19	116.703	111.040	111.040	111.040
Custo dos serviços prestados	20	(64.213)	(63.171)	(63.171)	(63.171)
Lucro (bruto)		52.490	47.869	47.869	47.869
Despesas operacionais (operacionais)		(26.522)	(24.410)	(24.410)	(24.410)
Despesas gerais e administrativas		378	67	67	67
Outras receitas operacionais		(26.144)	(24.243)	(24.243)	(24.243)
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>26.246</b>	<b>28.353</b>	<b>28.353</b>	<b>28.353</b>
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	22	4.318	3.108	3.108	3.108
Despesas financeiras	22	(6.880)	(8.178)	(8.178)	(8.178)
Resultado financeiro		(2.562)	(5.070)	(5.070)	(5.070)
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>23.784</b>	<b>18.183</b>	<b>18.183</b>	<b>18.183</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	15b	(4.094)	(3.981)	(3.981)	(3.981)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	15b	(10.146)	(4.249)	(4.249)	(4.249)
Lucro liquido do exercicio		29.544	14.072	14.072	14.072
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					
<b>Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)</b>					
Lucro liquido do exercicio		29.544	14.072	14.072	14.072
Outros resultados abrangentes		29.235	14.027	14.027	14.027
<b>Total do resultado abrangente do exercicio</b>		<b>58.779</b>	<b>28.099</b>	<b>28.099</b>	<b>28.099</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					
<b>Demonstração das mutações do patrimonio liquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)</b>					
Saldo em 1º de janeiro de 2023		114.727	(8.829)	(78.776)	32.922
Lucro liquido do exercicio		14.727	(4.027)	(27.727)	14.727
Saldo em 31 de dezembro de 2023		129.454	(12.856)	(106.503)	46.149
Lucro liquido do exercicio		29.544	(29.235)	(29.235)	29.544
Saldo em 31 de dezembro de 2024		158.998	(42.091)	(135.738)	76.155
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					
<b>Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)</b>					
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro do exercicio antes dos tributos sobre o lucro		23.784	18.183	18.183	18.183
Ajustes para reconciliar o lucro liquido e o fluxo de caixa liquido:					
Depreciação e amortização		5.597	4.074	4.074	4.074
Juros sobre empréstimos, financiamentos e arrendamentos		6.307	7.543	7.543	7.543
Variações monetárias e cambiais		42	169	169	169
Atualização monetária das obrigações		(180)	8	8	8
Feridas esperadas de créditos das contas a receber		1.265	1.168	1.168	1.168
Reversão de provisões para contingências		(222)	(179)	(179)	(179)
Cancelamento na alienação de ativos de imobilizado/intangível		(217)	(200)	(200)	(200)
Variações no ativo e passivo					
Contas a receber de clientes		(1.033)	(4.230)	(4.230)	(4.230)
Esquias		(1.781)	(111)	(111)	(111)
Despesas judiciais		(311)	(309)	(309)	(309)
Tributos a recuperar		(161)	(71)	(71)	(71)
Despesas antecipadas		(6)	14	14	14
Outros ativos		207	247	247	247
Aplicações financeiras vinculadas		313	1.130	1.130	1.130
Fornecedores		51	81	81	81
Orcamentos trabalhistas		(165)	231	231	231
Outros passivos		28	28	28	28
Outras obrigações		32.933	28.294	28.294	28.294
<b>Pagamento de imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(4.833)</b>	<b>(3.476)</b>	<b>(3.476)</b>	<b>(3.476)</b>
<b>Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos</b>		<b>(6.102)</b>	<b>(6.540)</b>	<b>(6.540)</b>	<b>(6.540)</b>
<b>Pagamento de juros sobre arrendamento</b>		<b>(64)</b>	<b>(63)</b>	<b>(63)</b>	<b>(63)</b>
<b>Cancelamento de passivos operacionais</b>		<b>(214)</b>	<b>(183)</b>	<b>(183)</b>	<b>(183)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		<b>(10.036)</b>	<b>(10.144)</b>	<b>(10.144)</b>	<b>(10.144)</b>
Adições ao ativo de contrato e intangível		(7.669)	(8.149)	(8.149)	(8.149)
Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível		297	297	297	297
Cancelamento de passivos de investimentos		(77,229)	(115,659)	(115,659)	(115,659)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		<b>1.000</b>	<b>(1,263)</b>	<b>(1,263)</b>	<b>(1,263)</b>
Captações de empréstimos e financiamentos		8.406	12,063	12,063	12,063
Pagamento de empréstimos e financiamentos		(283)	(2,063)	(2,063)	(2,063)
Cancelamento de empréstimos e financiamentos		(6,053)	(6,576)	(6,576)	(6,576)
Capital liquido (operando) pelas atividades de financiamento		(930)	(3,781)	(3,781)	(3,781)
Aumento (equivalência) de caixa e equivalentes de caixa		13,479	10,677	10,677	10,677
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do exercicio		16,127	5,477	5,477	5,477
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercicio		29,606	16,127	16,127	16,127
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)</b>					
<b>1. Contexto Operacional. A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária"), sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada na Avenida Comendador João Mazzi, 1.251, Jardim Olímpico, no Município de Jahu, São Paulo, controlada pelo Saneamento Ambiental de Jahu S.A. ("SAJ") e uma sociedade por ações de capital aberto de concessão de saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento"). A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é controlada pelo Saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento").</b>					
<b>1.1. Descrição do negócio. A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede localizada na Avenida Comendador João Mazzi, 1.251, Jardim Olímpico, no Município de Jahu, São Paulo, controlada pelo Saneamento Ambiental de Jahu S.A. ("SAJ") e uma sociedade por ações de capital aberto de concessão de saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento"). A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é controlada pelo Saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento").</b>					
<b>1.2. Descrição do negócio. A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede localizada na Avenida Comendador João Mazzi, 1.251, Jardim Olímpico, no Município de Jahu, São Paulo, controlada pelo Saneamento Ambiental de Jahu S.A. ("SAJ") e uma sociedade por ações de capital aberto de concessão de saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento"). A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é controlada pelo Saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento").</b>					
<b>1.3. Descrição do negócio. A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede localizada na Avenida Comendador João Mazzi, 1.251, Jardim Olímpico, no Município de Jahu, São Paulo, controlada pelo Saneamento Ambiental de Jahu S.A. ("SAJ") e uma sociedade por ações de capital aberto de concessão de saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento"). A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é controlada pelo Saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento").</b>					
<b>1.4. Descrição do negócio. A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede localizada na Avenida Comendador João Mazzi, 1.251, Jardim Olímpico, no Município de Jahu, São Paulo, controlada pelo Saneamento Ambiental de Jahu S.A. ("SAJ") e uma sociedade por ações de capital aberto de concessão de saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento"). A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é controlada pelo Saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento").</b>					
<b>1.5. Descrição do negócio. A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede localizada na Avenida Comendador João Mazzi, 1.251, Jardim Olímpico, no Município de Jahu, São Paulo, controlada pelo Saneamento Ambiental de Jahu S.A. ("SAJ") e uma sociedade por ações de capital aberto de concessão de saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento"). A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é controlada pelo Saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento").</b>					
<b>1.6. Descrição do negócio. A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede localizada na Avenida Comendador João Mazzi, 1.251, Jardim Olímpico, no Município de Jahu, São Paulo, controlada pelo Saneamento Ambiental de Jahu S.A. ("SAJ") e uma sociedade por ações de capital aberto de concessão de saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento"). A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é controlada pelo Saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento").</b>					
<b>1.7. Descrição do negócio. A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede localizada na Avenida Comendador João Mazzi, 1.251, Jardim Olímpico, no Município de Jahu, São Paulo, controlada pelo Saneamento Ambiental de Jahu S.A. ("SAJ") e uma sociedade por ações de capital aberto de concessão de saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento"). A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é controlada pelo Saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento").</b>					
<b>1.8. Descrição do negócio. A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede localizada na Avenida Comendador João Mazzi, 1.251, Jardim Olímpico, no Município de Jahu, São Paulo, controlada pelo Saneamento Ambiental de Jahu S.A. ("SAJ") e uma sociedade por ações de capital aberto de concessão de saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento"). A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é controlada pelo Saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento").</b>					
<b>1.9. Descrição do negócio. A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede localizada na Avenida Comendador João Mazzi, 1.251, Jardim Olímpico, no Município de Jahu, São Paulo, controlada pelo Saneamento Ambiental de Jahu S.A. ("SAJ") e uma sociedade por ações de capital aberto de concessão de saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento"). A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é controlada pelo Saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento").</b>					
<b>1.10. Descrição do negócio. A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede localizada na Avenida Comendador João Mazzi, 1.251, Jardim Olímpico, no Município de Jahu, São Paulo, controlada pelo Saneamento Ambiental de Jahu S.A. ("SAJ") e uma sociedade por ações de capital aberto de concessão de saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento"). A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é controlada pelo Saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento").</b>					
<b>1.11. Descrição do negócio. A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede localizada na Avenida Comendador João Mazzi, 1.251, Jardim Olímpico, no Município de Jahu, São Paulo, controlada pelo Saneamento Ambiental de Jahu S.A. ("SAJ") e uma sociedade por ações de capital aberto de concessão de saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento"). A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é controlada pelo Saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento").</b>					
<b>1.12. Descrição do negócio. A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede localizada na Avenida Comendador João Mazzi, 1.251, Jardim Olímpico, no Município de Jahu, São Paulo, controlada pelo Saneamento Ambiental de Jahu S.A. ("SAJ") e uma sociedade por ações de capital aberto de concessão de saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento"). A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é controlada pelo Saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento").</b>					
<b>1.13. Descrição do negócio. A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede localizada na Avenida Comendador João Mazzi, 1.251, Jardim Olímpico, no Município de Jahu, São Paulo, controlada pelo Saneamento Ambiental de Jahu S.A. ("SAJ") e uma sociedade por ações de capital aberto de concessão de saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento"). A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é controlada pelo Saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento").</b>					
<b>1.14. Descrição do negócio. A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede localizada na Avenida Comendador João Mazzi, 1.251, Jardim Olímpico, no Município de Jahu, São Paulo, controlada pelo Saneamento Ambiental de Jahu S.A. ("SAJ") e uma sociedade por ações de capital aberto de concessão de saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento"). A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é controlada pelo Saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento").</b>					
<b>1.15. Descrição do negócio. A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede localizada na Avenida Comendador João Mazzi, 1.251, Jardim Olímpico, no Município de Jahu, São Paulo, controlada pelo Saneamento Ambiental de Jahu S.A. ("SAJ") e uma sociedade por ações de capital aberto de concessão de saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento"). A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é controlada pelo Saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento").</b>					
<b>1.16. Descrição do negócio. A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede localizada na Avenida Comendador João Mazzi, 1.251, Jardim Olímpico, no Município de Jahu, São Paulo, controlada pelo Saneamento Ambiental de Jahu S.A. ("SAJ") e uma sociedade por ações de capital aberto de concessão de saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento"). A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é controlada pelo Saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento").</b>					
<b>1.17. Descrição do negócio. A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede localizada na Avenida Comendador João Mazzi, 1.251, Jardim Olímpico, no Município de Jahu, São Paulo, controlada pelo Saneamento Ambiental de Jahu S.A. ("SAJ") e uma sociedade por ações de capital aberto de concessão de saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento"). A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é controlada pelo Saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento").</b>					
<b>1.18. Descrição do negócio. A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede localizada na Avenida Comendador João Mazzi, 1.251, Jardim Olímpico, no Município de Jahu, São Paulo, controlada pelo Saneamento Ambiental de Jahu S.A. ("SAJ") e uma sociedade por ações de capital aberto de concessão de saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento"). A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é controlada pelo Saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento").</b>					
<b>1.19. Descrição do negócio. A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede localizada na Avenida Comendador João Mazzi, 1.251, Jardim Olímpico, no Município de Jahu, São Paulo, controlada pelo Saneamento Ambiental de Jahu S.A. ("SAJ") e uma sociedade por ações de capital aberto de concessão de saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento"). A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é controlada pelo Saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento").</b>					
<b>1.20. Descrição do negócio. A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede localizada na Avenida Comendador João Mazzi, 1.251, Jardim Olímpico, no Município de Jahu, São Paulo, controlada pelo Saneamento Ambiental de Jahu S.A. ("SAJ") e uma sociedade por ações de capital aberto de concessão de saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento"). A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é controlada pelo Saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento").</b>					
<b>1.21. Descrição do negócio. A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede localizada na Avenida Comendador João Mazzi, 1.251, Jardim Olímpico, no Município de Jahu, São Paulo, controlada pelo Saneamento Ambiental de Jahu S.A. ("SAJ") e uma sociedade por ações de capital aberto de concessão de saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento"). A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é controlada pelo Saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento").</b>					
<b>1.22. Descrição do negócio. A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede localizada na Avenida Comendador João Mazzi, 1.251, Jardim Olímpico, no Município de Jahu, São Paulo, controlada pelo Saneamento Ambiental de Jahu S.A. ("SAJ") e uma sociedade por ações de capital aberto de concessão de saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento"). A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é controlada pelo Saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento").</b>					
<b>1.23. Descrição do negócio. A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede localizada na Avenida Comendador João Mazzi, 1.251, Jardim Olímpico, no Município de Jahu, São Paulo, controlada pelo Saneamento Ambiental de Jahu S.A. ("SAJ") e uma sociedade por ações de capital aberto de concessão de saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento"). A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é controlada pelo Saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento").</b>					
<b>1.24. Descrição do negócio. A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede localizada na Avenida Comendador João Mazzi, 1.251, Jardim Olímpico, no Município de Jahu, São Paulo, controlada pelo Saneamento Ambiental de Jahu S.A. ("SAJ") e uma sociedade por ações de capital aberto de concessão de saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento"). A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é controlada pelo Saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento").</b>					
<b>1.25. Descrição do negócio. A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede localizada na Avenida Comendador João Mazzi, 1.251, Jardim Olímpico, no Município de Jahu, São Paulo, controlada pelo Saneamento Ambiental de Jahu S.A. ("SAJ") e uma sociedade por ações de capital aberto de concessão de saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento"). A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é controlada pelo Saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento").</b>					
<b>1.26. Descrição do negócio. A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede localizada na Avenida Comendador João Mazzi, 1.251, Jardim Olímpico, no Município de Jahu, São Paulo, controlada pelo Saneamento Ambiental de Jahu S.A. ("SAJ") e uma sociedade por ações de capital aberto de concessão de saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento"). A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é controlada pelo Saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento").</b>					
<b>1.27. Descrição do negócio. A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede localizada na Avenida Comendador João Mazzi, 1.251, Jardim Olímpico, no Município de Jahu, São Paulo, controlada pelo Saneamento Ambiental de Jahu S.A. ("SAJ") e uma sociedade por ações de capital aberto de concessão de saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento"). A Aguarda de Jahu S.A. ("Concessionária") é controlada pelo Saneamento de Jahu S.A. ("Concessionária de Saneamento").</b>					
<b>1.28. Descrição do negócio. A Aguarda de Jahu</b>					

